



UFMS UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS

**O DISCURSO MIDIÁTICO NO FOGO CRUZADO ENTRE GRUPOS
TRANSGRESSORES ORGANIZADOS E EQUIPES DE SEGURANÇA NACIONAL:
BALAS PERDIDAS OU TIROS CERTEIROS?**

Jefferson Barbosa de Souza

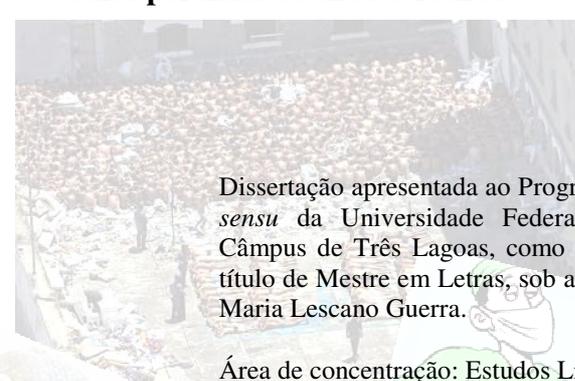
**TRÊS LAGOAS (MS)
2008**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS



**O DISCURSO MIDIÁTICO NO FOGO CRUZADO ENTRE GRUPOS
TRANSGRESSORES ORGANIZADOS E EQUIPES DE SEGURANÇA NACIONAL:
balas perdidas ou tiros certos?**



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Letras, sob a orientação da Profª Drª Vânia Maria Lescano Guerra.



Área de concentração: Estudos Lingüísticos.

TRÊS LAGOAS (MS)
2008



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul **UFMS**



COMISSÃO JULGADORA

Presidente e Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Vânia Maria Lescano Guerra (UFMS)

1º Examinador: Prof. Dr. Valdemir Miotello (UFSCar)

2º Examinador: Prof^ª. Dr^ª. Marlene Durigan (UFMS)

Três Lagoas, 21 de novembro de 2008.

Ao meu avô *Sílvia* (*in memoriam*), de quem *cuidei*
e, agora, *cuida* de mim...
Aos familiares pelo *incentivo*, *compreensão* e *acolhida*, e
aos amigos que *participaram* direta ou
indiretamente deste...

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Vânia Maria Lescano Guerra pela orientação segura e atenção dispensadas, sem as quais não seria possível concretizar este trabalho. Fica, aqui, expresso o meu gesto de gratidão e de *eterna* dívida...

Agradeço à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), pela bolsa e apoio concedidos para a realização deste.

Aos meus pais Edna (*'Ed'*) e Valdeci (*'Casquinha'*), por terem me suportado nos momentos mais difíceis de minha empreita e minhas ausências injustificadas às vezes...

À Jessica (*'Nega'*), uma irmã (ou um *anjo*) concedida(o) por Deus a mim...

À minha avó Jesuína (*'Dona Nega'*), que depositou sua confiança em mim nos *nostros* momentos mais difíceis...

À minha madrinha e tia Dalva, prima Tatiane (*'Taty'*) e tio Generoso, pelo carinho, pouso e fraternidade durante o período de aulas no curso...

Aos meus tios Antônia (*'Tonga'*) e Luiz Carlos (*'Bola'*), pelos momentos de lazer e estada para completar os meus estudos no IEL-UNICAMP, e às minhas graciosas primas Silmara (*'Sil'*) e Simone (*'Si'*), pelo desejo de sucesso e a paciência *sempre*...

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da UFMS e convidados, pela interlocução e conselhos preciosos, especialmente à Profa. Dra. Marlene Durigan e ao Prof. Dr. Edgar César Nolasco, pela leitura crítica-sugestiva por ocasião do exame de qualificação desta.

Ao Prof. Dr. Valdemir Miotello, pela argüição desafiadora e pela contribuição que prestou na banca de defesa desta.

Ao Claudionor e secretárias (Valéria, Camila e Vanessa) da Secretaria do Programa de Mestrado em Letras que sempre estiveram em prontidão diante das minhas solicitações...

Aos Colegas e Amigos que sempre permaneceram juntos de mim e fortaleceram-me mesmo na distância: Santa N. Cariaga (e família), Thaynara Martins, Neuraci Reginaldo (e família), Anna Luisa, Beatrice (*'Bea'*), Carlos Gonçalves, Fernanda Aline, Adriana Postigo, Michele Fazioni, Janaina Nicola, Juliana Fresqui, Ana Carolina Fresqui, Romilda Barbosa, Fabiana Lima, Yara Barros, Sandra F. da Silva, Eva Berto, Anailton de Souza Gama, José Raimundo, Daniel Massimino, Gleice Alcântara, Constance Maria, Nizael Flores, Vânia Almeida, Juliana Trannin, Ruth Oliveira, Carlos Vinícius, Marta de Oliveira, Gerardo Chinchay, Marcos Barbai, Vanessa Amin, Rosemeire Aguero, Annita Moraes, e demais amigos que se fazem ausentes aqui pelo limite deste...

Sinto-me fortalecido, Ó Deus...

(...) não porque [nosso diagnóstico] nos permitiria levantar o quadro de nossos traços distintivos e esboçar, antecipadamente, o perfil que teremos no futuro, mas porque nos desprende de nossas continuidades; dissipa essa identidade temporal em que gostamos de nos olhar para conjurar as rupturas da história; rompe o fio das teleologias transcendentais e aí onde o pensamento antropológico interrogava o ser do homem ou sua subjetividade, faz com que o outro e o externo se manifestem com evidência. O diagnóstico assim entendido não estabelece a autenticação de nossa identidade pelo jogo das distinções. Ele estabelece que somos diferença, que nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras.

Michel Foucault. *A Arqueologia do saber*

Um livro vale por aquilo que nele não deveu caber.

João Guimarães Rosa. *Tutaméia*

SOUZA, Jefferson Barbosa de. *O discurso midiático no fogo cruzado entre grupos transgressores organizados e equipes de segurança nacional: balas perdidas ou tiros certos?* Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2008. 109f. (Dissertação de Mestrado).

Este trabalho visou problematizar o funcionamento de estratégias discursivas inerentes à constituição da formação discursiva no discurso da mídia relativa à criminalidade, a partir de regularidades e descontinuidades, tendo por referência discursos em prol da ressocialização e punição das identidades transgressoras, formando uma espécie de pedagogia social contra o crime. Para tanto, este estudo pautou-se na seleção de enunciados materializados em revistas de circulação nacional, *Veja*, *Época* e *Caros Amigos*. Vale dizer que tomamos o ponto de vista de *entremeio* da Análise do Discurso franco-brasileira, cujos pressupostos metodológicos e os princípios analíticos nos subsidiam a partir das concepções de enunciado, acontecimento, arquivo e memória. Importante mencionar que se desenvolveram ao longo deste trabalho, diálogos com os Estudos Culturais anglo-brasileiros, os quais forneceram as bases históricas e culturais da prática midiática, além do estudo da ética no que tange às políticas minoritárias. De modo geral, nosso trabalho organiza-se de forma a, no primeiro capítulo, fornecer, a partir da leitura de alguns enunciados pertencentes ao *corpus*, as condições de produção do discurso midiático, desde a história de sua constituição à visualização da revista como uma prática do discurso midiático. No segundo capítulo, discorreremos sobre a história do projeto da Análise do Discurso francesa, tendo Michel Pêcheux como seu proponente. No capítulo seguinte, recorreremos aos conceitos com os quais a análise efetua-se propriamente, tendo como referência os métodos de descrição/análise enunciativa e a imbricação do poder, propostos por Michel Foucault, estudos sobre a heterogeneidade discursiva e representação e imaginário sociais. O quarto capítulo destina-se à análise dos enunciados selecionados nas revistas mencionadas, dedicando-se um item a cada revista, em ordem de sucessão acontecimental. As análises demonstraram que o discurso da mídia funciona como um macro-dispositivo que permite a intersecção e inter-relação entre variados discursos e gêneros, que além de configurarem a polifonia, possibilitam às revistas deslocamentos de sua identidade no regime da contradição entre a formulação dos enunciados e a constituição das formações discursivas. Além disso, foi possível observar que o discurso da mídia, como uma espécie de discurso que é da ordem do acontecimento, tende a (re)produzir representações negativas do sujeito que vive na marginalidade, configurando, assim, sua identidade como transgressor. Portanto, em relação a esse esquema imaginário e o da empresa midiática, tendo em vista o espetáculo que permeia a formulação de sua escrita, as identidades transgressoras são levadas pela ordem do discurso à segregação do âmbito social.

Palavras-chave: discurso midiático; enunciado; formação discursiva; identidade transgressora; segurança pública.

ABSTRACT

This work intended to trouble how media discourse works through strategies in the discursive formation whose constitution is concerned about criminality, starting to regularities and discontinuity, in reference of the transgressor identities' ressocialization and punishment discourses, making value a kind of social pedagogy against crime. In order to do that, this study selected enunciates materialized in national circulation magazines Veja, Época and Caros Amigos. From the French and Brazilian Discourse Analysis, which methodological presupposes and analytical principles some theoretical support us from conceptions of enunciate, event, archive and memory. Important is also to say that developed dialogues with England and Brazilian Cultural Studies, in which gave the historical and cultural bases relatives to media practices, besides studying of ethical in relation of minority polices. In general, our work is organized by way that, in the first chapter, it's shown the production conditions of the media discourse, since its history to visualization of magazine as a practice. In the second chapter, it's told French Discourse Analysis project's history, having in mind Michel Pêcheux as its beginner. In following chapter, the concepts brought must help performing the analysis, mainly around enunciative description/analysis methods and the power inscription, proposed by Michel Foucault, studies about discursive heterogeneity and representation and social imaginary. The fourth chapter is concerned to analysis of enunciates selected on the magazines mentioned, dedicating an item to each magazine, in order of event. The analysis could demonstrate media discourse works like a macro-device, belonging the intersection and interrelation between several discourses and genders and, besides configuring the polyphony, lets discontinuity of the magazines' identity in the regime of the contradiction between formulation of enunciate and constitution of discursive formations. Besides it, it was observed the media discourse as of the event order, in which it tends to (re)products negative representations relative the subject lives in the marginality, configuring, therefore, its identity like transgressor. Thus, in relation of this imaginary formation and the ones of media enterprise, having in view the spectacle present in the media writing, the transgressor identities are taken by discursive order on media to segregation of the society.

Key-words: *media discourse; enunciate; discursive formation; transgressor identity; public security*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I - FOCALIZANDO “O ALVO”	17
1.1 Partindo do <i>corpus</i> e do que está à sua volta.....	17
1.2 Aspectos do discurso midiático no contexto global	22
1.3 Gênese da prensa no Brasil.....	25
1.4 A revista como prática do discurso midiático	27
CAPÍTULO II - ADQUIRINDO UMA “ARMA TEÓRICA”	29
2.1 Dos fundamentos histórico-teóricos da Análise de Discurso	29
CAPÍTULO III - MUNINDO A ARMA COM “PROJÉTEIS”	35
3.1 Aporte teórico e metodológico: delimitações e deslocamentos.....	35
3.1.1 <i>Do enunciado ao discurso: “o acontecimento da formação discursiva”</i>	36
3.1.2 <i>Práticas discursivas e poder</i>	41
3.1.3 <i>Dialogismo, polifonia, heterogeneidade discursiva e interdiscurso</i>	45
3.1.4 <i>Os gêneros discursivos e a revista</i>	49
3.2 Representação social e imaginário: as identidades ‘en jeu’	53
3.3 Mídia, práticas de subjetivação e controle.....	56
CAPÍTULO IV - O FOGO CRUZA(N)DO (N)AS PÁGINAS DAS REVISTAS	61
4.1 A semana das mães e a assombração do terror.....	63
4.1.1 <i>Época da “época”</i>	64
4.1.2 <i>Caros Amigos. “Pobres Inimigos”?</i>	73
4.1.3 <i>“Veja” com Veja</i>	80
4.2 Dispostos a aprender? Veja, no Parlamento brasileiro.....	88
ENTRE MORTOS E FERIDOS: O ARSENAL DO DISCURSO MIDIÁTICO	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	108
ANEXOS	109

INTRODUÇÃO

A partir da década de 70, presenciamos no cenário brasileiro o surgimento da “concubinagem” entre integrantes de facções de grandes complexos carcerários como, por exemplo, do Comando Vermelho, no Rio de Janeiro. Em São Paulo, essa malha organizada começou a tecer seus fios apenas na década de 80, com o nascimento da equipe Serpente Negra, que exigia uma política de direitos humanos no sistema penitenciário. Apenas no ano de 1993 nasce, então, a organização criminosa que “assombraria” a história das instituições sociais contemporâneas, o PCC (Primeiro Comando da Capital). Sua história começa na Casa de Custódia de Taubaté com a formação de uma equipe de futebol, da qual faziam parte oito integrantes e cujo propósito era reagir contra o violento massacre ocorrido no Complexo do Carandiru em 1992¹.

No ano de 2006, o país parou para assistir ao estado de insegurança que se apoderou da capital paulista em decorrência de ataques sob a assunção do PCC. A inversão do acontecimento discursivo e, sobretudo, do poder a que se assistiu em 1992 fez despertarem determinados discursos de agências de notícia como as revistas *Veja*, *Época* e *Caros Amigos*, todas na qualidade de difusoras de informação. A recuperação, mesmo que restrita, da história do grupo, das intenções e dos planos põe em funcionamento um trabalho de memória e de reprodução de discursos silenciados e mantidos apagados por algum tempo na história. Além disso, a mídia brasileira, ao comentar os fatos no crivo de uma atualidade, põe em funcionamento discursos, estereótipos, imagens, enfim, representa a figura do transgressor e, ao mesmo tempo, dá indicações da identidade dos aparelhos de informação. Essa representação pauta-se em formações discursivas que ligam o criminoso ao sistema jurídico e penal, bem como político, em que, por conseguinte, é construída por meio de saberes específicos advindos de instituições nas quais o poder encontra-se depositado.

Escolhemos a mídia e não outra instância para tratar dessa questão justamente porque a mídia ainda é um campo aberto de pesquisa já que está constantemente em relação com os discursos e as práticas, das quais é geradora. É como tem apontado Guerra (2007):

compreender a mídia não deixa de ser um modo de se estudar a própria violência, pois quando esta se apropria, divulga, espetaculariza, sensacionaliza, ou banaliza os atos da violência está atribuindo-lhes sentidos que, ao circularem socialmente,

¹ Presídio que foi posteriormente implodido em 2002, como asseveramos em outro trabalho: “passados dez anos do massacre, finalmente são articuladas notícias a seu respeito em 2002, já que a lembrança torna tão vivo o esquecimento do ocorrido, não pela ‘vingança’ (contra o responsável pelo comando das mortes), mas pela implosão do prédio que, ‘entre escombros e fendas, explosivos e poeira’, o Estado procurava apagar da história seu poder, em toda sua dimensão concreta” (GUERRA; SOUZA, 2008).

induzem práticas referidas à violência,

as quais interferem, a seu modo, na construção do cotidiano e na forma como as relações sociais e a memória são configuradas.

Trabalhos dessa estirpe ainda estão em curso. O que nos resta dizer quanto a isso é que, pelo lado da sociologia, Pierre Bourdieu² tem alertado para o fato de que o jornalismo, seja ele de qual natureza for, está investido de poder, um poder que está direta ou indiretamente relacionado ao monopólio da informação, em que estratégias de manipulação para a obtenção de informações novas (quentes) asseguram a exclusividade de transmiti-las (BOURDIEU, 1997, p. 104). A partir da semio-pragmática discursiva, Patrick Charaudeau³ abordou como se processa o discurso da mídia, pontuando, desde a necessidade de informar, os meios de produção, captação, reprodução do acontecimento, até a sua recepção pelo público. Ressalta-se que a mídia, conforme esse autor, apropria-se de um “direito de expressão” que lhe “outorga” o dever de informar e, com isso, o saber se transforma em poder; poder que está na capacidade de induzir o público a acreditar no “fato” pela abordagem do acontecimento que se torna a notícia.

Em pesquisas brasileiras, e especificamente que trilham pela Análise de Discurso, temos o grupo coordenado pela Maria do Rosário Gregolin⁴, que, em inúmeros trabalhos, tratou da relação da mídia com o poder e formação de identidades. Basta um olhar atento ao seu “*Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*” (2004) para que se passe a observar a mídia como instituição do espetáculo sobre a escrita do acontecimento. Navarro-Barbosa⁵ talvez seja o intelectual de quem mais se tenha aproximado o nosso trabalho, haja vista que seu estudo focalizou a mídia e sua escrita na comemoração dos quinhentos anos de “descobrimento” do Brasil, em que se tinha como figurante especial o índio moderno e a crise de sua identidade no espetáculo da escrita midiática.

O que, de fato, devemos destacar é que nunca se deu em trabalhos brasileiros atenção ao discurso da mídia na representação e formulação de práticas relacionadas aos grupos marginalizados⁶ ou ditos organizados, como é o caso do PCC. Aqui se insere a relevância e o

² Aqui estamos nos referindo especificamente a “A influência do jornalismo”, texto que segue *Sobre a televisão* (1997).

³ Como é o caso de seu livro *Discurso das mídias* (2006).

⁴ Livre Docente pela UNESP de Araraquara (2008) e que coordena o Grupo de Estudos em Análise do Discurso de Araraquara, o GEADA.

⁵ Dentre tantos trabalhos, destaca-se “O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente”.

⁶ Referimo-nos explicitamente aos marginais mantidos presos ou que estão em sintonia com o crime, o tráfico e a violência.

estado da arte deste trabalho.

Partindo para um estudo mais sistemático do poder, vemos, assim como Foucault, que, ao longo da história, a questão do saber, da verdade e do poder tem permeado todos os processos discursivos. O que caracterizou a civilização grega, por exemplo, foi uma espécie de poder “sem poder” segundo o qual civis tinham o direito de testemunhar contra seus senhores, isto é, “um poder sem verdade” (FOUCAULT, 2003, p. 54). Atualmente esse princípio não funciona, não é permitido. Conta-se hoje com um novo aparato para a busca da verdade. São os fundamentos jurídicos que promovem uma modificação: a elaboração de uma série de princípios, como o “inquérito”, a “prova”, a “testemunha”, a “sentença”, foram os primeiros recursos do “saber” para a formação de grupos específicos de vigilância e punição instalados sob a tarefa de zelar pelo cumprimento da lei, em respeito à ordem social e ao bem estar individual. Esses artifícios e técnicas são os que caracterizam a sociedade disciplinar, ou até de controle na qual vivemos. A mídia, então, faz uso dos mesmos recursos e garante credibilidade de sua informação, atingindo o seu leitor por meio também de antecipações imaginárias que têm a ver com o modo como circulam as representações sociais do objeto sobre o qual se refere a informação midiática.

Esse poder de controlar e punir sob o respaldo da lei caracteriza uma forma de poder como mecanismo e estratégia “positiva” de produção, visto que se funda num princípio de verdade e de política (FOUCAULT, 2003; 2005), que somente encontrará a razão de existir no processo que visa produzir, sobre o infrator, o reconhecimento de sua violação por meio do isolamento reflexivo e do esquecimento dessas violências por meio do trabalho (cf. FOUCAULT, 2005a, p. 107). Isso, evidentemente, não significa que funcione em países periféricos como o nosso. O que se sabe é que os sistemas de regeneração e (res)sociação do encarcerado não passam de realidades documentais e jamais de práticas, pois, comenta Macaulay (s/d, p. 11), a partir da imprensa internacional, que “Brazilian prisons are in the main ‘schools for crime’ rather than institutions for repairing the social fabric”⁷.

Busca-se, portanto, compreender todos esses fatores como gênese de uma ameaça contínua e de uma guerra perpétua travada entre membros de uma organização criminosa, como o PCC, e a polícia brasileira, permeada nos textos de revistas brasileiras.

Para tanto, fundamentada na Análise de Discurso de linha francesa, nossa investigação tem por meta focalizar “os acontecimentos discursivos a partir do pressuposto de que há um real da língua e um real da história, e o trabalho do analista é entender a relação entre essas

⁷ Tradução do autor: “As prisões brasileiras são mais ‘escolas do crime’ do que instituições de reparo da organização social”.

duas ordens, já que o sentido é criado pela relação entre sujeitos históricos e, por isso, a interpretação nasce da relação do homem com a língua e com a história”. (GREGOLIN, 2003, p. 11).

A Análise do Discurso francesa nasceu em meio à turbulência política dos anos 60 na França, tendo como principais expoentes dois “Michéis”: Pêcheux e Foucault. Em 1969, Michel Pêcheux publica *Análise Automática do Discurso* e Michel Foucault, *A arqueologia do saber*, obras basilares para pesquisas que tinham como objeto um novo recorte, isento de dicotomias, mas contraditório: o discurso; e com a ressalva de que, interrogando as formas de poder e o estatuto do saber moderno, a partir dos problemas da exclusão e da penalidade, as temáticas foucaultianas inserem-se nesta pesquisa, articulando ciência da linguagem e da produção, ciência da vida e análises sobre os destinos da sociedade moderna (GUERRA, 2006, p. 211).

Para Michel Foucault (2004), discurso é um conjunto de enunciados que remete a uma formação discursiva (FD), sendo esta o bloco em que enunciados que obedecem a uma determinação regular estão depositados. Orlandi (2001), baseando-se em Pêcheux, prefere conceituar formação discursiva a partir da noção de ideologia, como aquilo que se pode e deve dizer, em um lugar e situação determinados. A essa noção, acoplam-se (e tornam-se necessários), entretanto, outros conceitos exponenciais, tais como sujeito, interdiscurso, formação ideológica⁸, uma vez que o discurso é uma dimensão ampla que envolve interioridade e exterioridade na relação do simbólico com o histórico.

Conforme Pêcheux (1990, p. 53),

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ou logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, *lingüisticamente descritível* como toda série (léxico – sintaticamente determinada) de pontos de deriva, oferecendo lugar à interpretação. (Grifo nosso).

Na decolagem do deslocamento do enunciado para outras séries, outras descrições interpretativas, há o deslocamento da noção-sujeito. Ele não é mais cartesiano ou propriamente o centro de si, mas um lugar provisório do qual ecoam vozes de outras posições sociais. Dessa forma, apreende-se a formação discursiva do sujeito para analisar sua dispersão

⁸ A relação de Michel Foucault com o conceito de ideologia não é tranqüila a ponto de reuni-los neste trabalho. Vale considerar que a crítica dele à ideologia apenas concerne ao modo como os estudiosos de sua época utilizavam-na, enfocando, de um lado, um sujeito fenomenológico, e/ou, de outro, uma causalidade puramente determinante, no jogo entre superestruturas e infra-estruturas, o que inviabilizava o projeto de Foucault na descrição das relações de poder em rede. (Cf. p. 26 e 34, nota 26).

em outros sujeitos sociais, interpelado, por sua vez, pela ideologia desses estratos sociais diferenciados. Pode ser ainda que o discurso reanime outras estruturas ou outros sentidos reverenciados num passado não muito distante e, pela ruptura do acontecimento enunciativo, retorne sob a forma do pré-estabelecido, uma paráfrase, o mesmo, o interdiscurso (ORLANDI, 1996, 2001; MAINGUENEAU 1993, 2005).

Ao veicular a notícia sob o apoio de ocorrências imediatas, a mídia procura articular esses acontecimentos em tempo real, de maneira que se faça prevalecer o efeito do impacto em decorrência da espetacularidade na “empresa” jornalística. Nesses termos, pensa-se como “uma instituição da qual fazem parte os leitores e com os quais forma uma unidade” (MILANEZ, 2001, p. 293-4). A mídia é, portanto, espetacular (GREGOLIN, 2005; SARGENTINI, 2001), e sua espetacularidade corporifica-se na notícia como “a escrita do acontecimento”, tendo em vista a repercussão da matéria, os rearranjos nas filiações da memória, o abalo que produz na veiculação de interdiscursos que lhe permitem um instante na enunciação do poder.

O discurso midiático, na versão de Charaudeau (2006), é um determinado tipo de discurso que se ilude na tarefa de informar. Mais que simplesmente informar, o discurso da mídia é da ordem do acontecimento e cria várias versões de um mesmo acontecimento a partir de uma série de saberes acionados por seus aparelhos de produção da informação. Se saber é poder (FOUCAULT, 1979; 2004; 2005), certamente o discurso da mídia se desenvolve nas entrelinhas do poder, permitindo o conhecimento de determinados saberes e não outros sobre seu objeto de informação. Se é no jogo da alteridade que se define e compreende a produção de identidades (CORACINI, 2003), vemos que essa infiltração de saberes e poderes no discurso midiático é possivelmente eficaz para definir as representações que os veículos de informação atribuem ao grupo e, ao mesmo tempo, definir e configurar a identidade desses veículos de informação. As representações estão relacionadas, como fatos de discurso, às formações imaginárias que constituem o social e o político nas relações interpessoais e de comunicação.

Tendo em vista que as identidades na pós-modernidade (ou modernidade tardia) são indeterminadas, no sentido de serem móveis (MOITA LOPES, 2006; GRIGOLLETO, 2006; SILVA, 2006; HALL, 2004, 2006), elas são interpretadas como fatos de linguagem, ou seja, efeitos do funcionamento discursivo. A fragmentação do sujeito e das identidades caracteriza o momento do presente e da efemeridade dos posicionamentos discursivos, bem como pode estar associada à implantação de dispositivos de subjetivação de determinados grupos sociais. Dessa forma, estudar as identidades passa inevitavelmente pelo estudo das diferenças, dos

discursos concorrentes que dizem respeito ao acontecimento e à sua representação nas formas da linguagem.

O saber dentro de uma sociedade disciplinar e de controle é um saber que produz a individualização dos sujeitos, por meio de técnicas e procedimentos de subjetivação que podem ser vistos no exercício da escrita do discurso midiático ao tornar o sujeito transgressor objeto de outros discursos, além do apelo à necessidade de governamentalidade, ou seja, uma clássica versão do poder político, médico e intelectual sobre as minorias (BHABHA, 2005; FOUCAULT, 1979), ao invés de dar-lhes o direito à palavra.

Em raras vezes em que o PCC se colocou na posição de “quem diz” para “ser ouvido” foi entendido como simplesmente chantagista, como se não tivesse algo a reivindicar. De nossa parte, fica escusado que o comunicado transmitido na madrugada do dia 13 de agosto de 2006 tanto podia ser entendido como uma reivindicação, como, pelos métodos empregados para a veiculação do mesmo (seqüestrando um funcionário da emissora responsável pela veiculação do vídeo), uma afronta e uso da violência pela violência. Souza e Guerra (2007) discutem como essa forma “invertida” do poder se manifesta discursivamente no comunicado, deslocando o sujeito do PCC de transgressor a sujeito jurídico, e vice-versa. A utilização de recursos metafóricos, nesse discurso, proporcionou também a evidência dessa ruptura subjetiva, bem como do poder centralizado, antes, somente no Estado. Apesar da importância desse acontecimento discursivo, salientamos que nosso objetivo restringe-se ao exame do discurso midiático apenas, embora aquele comunicado seja convenientemente convocado por dialogia.

Posto isso e de acordo com as filiações desta pesquisa, salientamos que nosso objetivo geral é analisar as formações discursivas e, por extensão, as positivities que determinam a dispersão do saber e do poder em matérias relativas ao PCC, autor dos ataques que constituíram o feriado de dia das mães da cidade de São Paulo em maio de 2006. E com isso, problematizar:

a) o funcionamento de estratégias e técnicas discursivas dispersas e constituintes da Formação Discursiva, que permite formar uma cadeia de discursos relativos à criminalidade a partir do PCC e de seus membros;

b) a constituição de uma pedagogia social contra (e a favor do) o crime, tecida sobre uma série de saberes que conjuram seus poderes e excluem as identidades transgressoras do âmbito social;

c) o funcionamento da formação discursiva a fim de apontar a *descontinuidade* dela consigo mesma, ou seja, que, em sua constituição, uma força centrífuga define uma

concorrência e uma contradição entre os discursos que a formam: ressocializar ou punir os transgressores; estar ao lado dos discursos reformistas e humanistas ou estar do lado dos discursos segregacionistas validados também pela lei.

A fim de cumprir esses objetivos, nossa pesquisa apoiou-se metodologicamente nos empreendimentos teórico-metodológicos foucaultianos, nos delineamentos entre a arqueologia e a genealogia, bem como em um “dispositivo de interpretação”, segundo o qual há uma tensão entre descrição, análise e teoria, de cunho pecheutiano. Com vistas a analisar o discurso material e acontecimental da mídia brasileira numa determinada época histórica, trabalhamos sobre a série descontínua de discursos no arquivo, como “prática regular em que o discurso enquanto monumento é constituído de uma opacidade importuna a qual é necessário atravessar para reencontrar a profundidade do essencial” (FOUCAULT, 2004, p. 157).

Para o pensador francês, a articulação entre arqueologia e genealogia consistiu numa tarefa perpétua de ceticismo sobre a história e suas “rachaduras”. À medida que ela é construída, os “cacos” vão se “ilhando” pelo caminho, e a “faxina” (historiadores) encarrega-se de “soterrá-los” para os infundáveis “desníveis da construção” (a História). E a tarefa do analista cujo método sustenta-se na genealogia é justamente o contrário:

manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios - ou ao contrário as inversões completas - os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós somos - não existem na verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente (FOUCAULT, 2004, p. 21).

Contudo, evocamos Pêcheux (1990), que aprofunda as reflexões em torno do discurso, tomando-o na dualidade (ou ambigüidade, se preferirem) da “estrutura” e “acontecimento”. Em decorrência dessa confluência, história e materialidade lingüística constituem peças importantes para a compreensão do discurso. Além disso, essa reunião permite dizer que os enunciados são suscetíveis de enredo, repetição, transformação, pela razão de ser histórico, o que significa dizer que ele está ligado às práticas discursivas de um dado período. A ligação dessa idéia com os estudos de Foucault, face às críticas da Nova História, remodela o estatuto inaugural da Análise do Discurso e possibilita abordagens analíticas diferentes e originais.

O *corpus* constitui-se de enunciados extraídos de três revistas impressas brasileiras, a saber, *Época* (Até quando?, 22 de maio de 2006), edição especial de *Caros Amigos* do mês de maio (PCC – a história da facção; o perfil de Marcola, o líder; a posição do governo; a vida nos presídios) e *Veja* (O bandido que parou São Paulo em *A idade real* de 24 de maio de

2006), no que se refere ao ataque promovido pelo grupo do PCC à capital paulista no feriado do *Dia das mães*. Além disso, acreditamos ser importante abordar outro acontecimento que diz respeito ao envio do primeiro exemplar de *Veja* (*Crime* – as raízes, a impunidade, as soluções) com um dossiê acerca do crime no Brasil ao parlamento brasileiro, em janeiro de 2007, quando os políticos recém-eleitos ocupariam suas bancadas no planalto.

Nosso trabalho, assim, dispõe-se de maneira a trazer em seu **primeiro capítulo** (“Focalizando ‘o alvo’”) as condições de produção do discurso da mídia, pensando-se aí a história da imprensa e a constituição da revista tanto como suporte de informação e como uma prática discursiva do aparelho midiático. Partimos, contudo, da constituição do *corpus* para, enfim, dar corpo ao acontecimento que permitiu que determinados enunciados e não outros fossem ditos naquela conjuntura.

No **segundo capítulo** (“Adquirindo uma ‘arma teórica’”), discorremos sobre a constituição histórica de nossa filiação teórica, trazendo Michel Pêcheux e suas retificações para dentro da Análise de Discurso.

No **terceiro capítulo** (“Munindo a arma com ‘projéteis’”), recorremos aos conceitos com os quais lidamos neste trabalho, além de contemplar as contribuições de Michel Foucault para a Análise de Discurso, dos estudos sobre heterogeneidade em Bakhtin, Maingueneau e J. Authier-Revuz, e do estudo das representações sociais e imaginárias, na esteira das colocações de Moscovici, e depois reconfiguradas por Pêcheux em sua reflexão acerca do discurso. Ademais, trazemos algumas considerações a respeito da identidade por meio de teóricos variados mas que não a dissociam da história e do lingüístico.

O **quarto capítulo** (“O fogo cruza(n)do (n)as páginas da revista”), por sua vez, concentra-se na análise das revistas a partir dos enunciados contidos nelas e que foram selecionados com base no acontecimento discursivo. A análise, vale ressaltar, está dividida em dois momentos: um que se refere aos discursos veiculados apenas no recorte sincrônico de maio de 2006, momento também que se subdivide em outros três, apresentando a análise de cada revista. O outro momento eleito para este estudo por sua vez, é relativo à reativação desse acontecimento no início do ano de 2007, com o envio de exemplares especiais da *Veja* ao parlamento brasileiro, em pleno primeiro ano de exercício político após as eleições de 2006.

CAPÍTULO I - FOCALIZANDO “O ALVO”

Falar de textos midiáticos é falar de todo o uso social da língua e dos demais sistemas simbólicos.

Nilson Lage. *Estrutura de textos midiáticos*.

Acreditamos, assim como Orlandi (2001), que as condições de produção dos discursos dizem respeito aos sujeitos em relação tanto à situação imediata do processo discursivo quanto ao contexto sócio-histórico mais amplo, que define as positivities engendradas às práticas discursivas. Dessa forma, para este trabalho, as condições que se fazem imperantes são a sociedade capitalista no quadro geral de uma política neoliberal no contexto mais amplo da globalização, em cujo sistema de formação econômica se encontra a sociedade de consumo. O consumo de informação e entretenimento é o que define e caracteriza aquilo que se veicula como comunicação de massa. Especificar essa formação histórica atrelada à constituição dos discursos que formam o nosso *corpus*, portanto, torna-se imprescindível, além de apontar alguns de seus aspectos em relação à escrita midiática, nosso objetivo posterior. Em nossa reflexão, partimos do acontecimento do *corpus* às suas condições históricas, econômicas, sociais e até jurídicas de aparição, para finalmente conceber a revista como uma prática do discurso midiático.

1.1 Partindo do *corpus* e do que está à sua volta

A formação dos enunciados, já dizia Foucault (2004), obedece a regras históricas e anônimas. Partindo desse pressuposto essencial lançamos nosso olhar para a formação de enunciados a partir da emergência desse acontecimento material sobre um determinado grupo criminoso denominado Primeiro Comando da Capital.

Os enunciados não são resultado ou um produto simplesmente. Eles são formados num espaço e tempo determinados nos quais as imbricações externas são preponderantes pois ressoam na história que envolve violência, crime, impunidade, corrupção, tráfico, ressocialização, punição...

Quarenta e um agentes da lei, incluindo PMs, policiais civis, guardas metropolitanos e carcereiros, foram mortos numa ação de represália da quadrilha conhecida como PCC à transferência de seus líderes para o presídio da cidade de Presidente Venceslau, no interior de São Paulo. Os criminosos vingavam-se também da recusa aos pedidos, na verdade chantagem, de afrouxamento na rotina de seus líderes presos. (*ÉPOCA*, mai., 2006, p. 25).

Esse é quase sempre o perfil de um preso pertencente ao PCC. Finge adaptar-se às normas da unidade, mas, na verdade, faz o jogo dos interesses do grupo. Sonha, e sempre que pode faz um pedido especial para se livrar de uma penitenciária de segurança máxima para um centro de Ressocialização (CR), destinado aos de baixa periculosidade [...] O Estado não cumpre sequer as normas que criou para ressocializar seus presos. Poucos estudam. [...] menos da metade trabalha [...] o Estado vangloria-se do pesado investimento que faz na construção de penitenciárias (...) (*CAROS AMIGOS*, mai., 2006, p. 9).

O homem que comandou a rebelião simultânea de 73 presídios paulistas, provocou uma onda de atentados no estado e, ao que tudo indica, ordenou o cessar-fogo aos seus comparsas depois de 100 horas de terror, não é reconhecido pela justiça como líder de uma facção criminosa. Aos olhos da lei, Marcos Willians Herbas Camacho, o “Marcola”, é simplesmente condenado por assalto a bancos. (*VEJA*, mai., 2006, p. 42).

O discurso politicamente correto do PCC, que não passa de uma “ação de marketing” encobridora, naufragou com as últimas ondas de atentados lideradas pela facção em 2006. Os ataques – uma reação ao endurecimento do governo estadual no combate à facção – resultaram no isolamento da cúpula da organização no presídio de segurança máxima de Presidente Bernardes. A medida foi tomada pelo Palácio dos Bandeirantes com pelo menos cinco anos de atraso. Com o perdão do clichê, antes tarde do que nunca. (*VEJA*, jan., 2007, p. 65).

Esses enunciados legitimam sua existência em virtude de algumas condições externas (políticas, penais, jurídicas, sociais, históricas). Descrever como esses enunciados adquirem materialidade na revista, portanto, é nosso objetivo momentâneo aqui.

Historicamente não nos faltam exemplos de pequenos rastros, muitas vezes vistos com outros olhos, em que a violência esteve presente na gênese da formação desse país. Se ela é um desafio, conforme aponta Gilberto Velho (2000), isso se deve ao fato de que a violência é nossa essência⁹, sem ela não teríamos nos tornado o país que somos. A violência que hoje presenciamos no cenário cotidiano tem a sua história inscrita no processo de colonização com a eliminação progressiva de populações indígenas, no adentramento às capitâneas; posteriormente com a implantação do sistema escravista em situações de exploração e discriminação, com a substituição da mão de obra indígena pela africana. Além desses episódios em que a força era exercida como forma de suplício, acrescentam-se as revoltas armadas após a independência, como a Guerra dos Farrapos, a Balaiada, a Cabanagem, a Revolução Federalista, Canudos, Contestado. Ou mesmo já no século XX, com os movimentos de 1924 e 1932. Isso sem mencionar o golpe militar de 1964 e a ditadura. O fato curioso a se notar é que a violência se transformou ao longo da história: de antropológica e

⁹ E essa essência pode ser aduzida na afirmação de que a violência não consiste simplesmente numa forma de defesa da sobrevivência, pois ela se delinea em gestos sutis, diríamos, discursivos. Ela se enriquece, de certa forma, porque “perde sua forma natural de defesa para ser uma decorrência da maneira pela qual o homem passa a organizar a sua vida em comum com outros homens” (ODALIA, 2004, p. 14).

econômica para política e legal. Ela é, portanto, sempre algo recorrente e sem continuidade; ela é descontínua e sempre retorna mesmo transformada e legitimada por outros códigos.

A diferença que se estabelece na atual *episteme* é que a violência é legal e resulta dessa prática. Os códigos legais, ao invés de promoverem o fim da violência, somente a fazem aumentar. O Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) é um exemplo disso. Ele repõe o sujeito às “modernas” masmorras medievais (para lembrar o “suplício” descrito por Foucault (2005a), em *Vigiar e punir*), isolando-o de outros indivíduos e da possibilidade de ressocialização, uma vez que não são permitidas, nesse regime, visitas familiares ou íntimas.¹⁰ Combate-se a violência, portanto, por intermédio de iniciativas violentas. E assim o círculo continua a produzir seus efeitos repetíveis na sociedade brasileira.

Velho (2000) ainda leva sua compreensão da violência no Brasil à exegese quando diz que

a cordialidade do homem brasileiro precisa ser relativizada e contextualizada dentro desse panorama. Se for entendida como uma manifestação de sentimentos e emoções na vida social, sem conotações necessárias de gentileza e bom trato, poder-se-ia até tentar incorporá-la como objeto de investigação de um ethos e de uma cultura nacionais. Da mesma forma, o jeitinho poderia ser analisado como parte de um repertório no qual a manipulação de poder e de relações, a corrupção e o uso da força têm papel crucial.

Beatriz Sarlo (2006), escritora e ensaísta argentina, discute, em um artigo postado na internet¹¹, se a violência é mesmo um problema de classe, em que um jogo de representações começa a funcionar e atribuir locais e sujeitos à presença da violência. Ela aponta a existência de uma contradição nessa forma estereotipada de representação e atribuição da violência, dizendo que ela não existe sensivelmente só nos redutos mais carentes da periferia urbana, mas também em bairros considerados ricos. Acontece que essas irrupções “rarefeitas” não conseguem desestabilizar os traços já positivados das representações e das discursividades já instauradas no plano político e imaginário de uma sociedade, onde uma ordem discursiva já impera, tanto que

no hay nada más rápido que pensar en adolescentes pobres, criados en barrios miserables de los cuales les será muy difícil salir hacia otra parte, desertores escolares o, mejor dicho, chicos a quienes la escuela ha abandonado, consumidores de droga de la peor calidad, esa que revienta más la cabeza que ninguna otra,

¹⁰ Descrevem esse recurso penal Junqueira e Fuller (2005, p. 42): ele é aplicado mediante ordem judicial, na ocorrência em que se apresenta “alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade, ou ainda sobre os quais recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando”.

¹¹ Confirmam em <http://www.clarin.com/diario/2006/05/07/sociedad/s-01190850.htm>

golpeados o descuidados en su infancia, abotagados por la tentación ininterrumpida de un consumo al que no pueden acceder sino por el delito, miembros de una cultura de machos bravos y pegadores, hijos de quienes fueron expulsados del mercado de trabajo en los años noventa. Esos chicos son portadores de un identikit social. La policía (tal es la fuerza del identikit) desconfía y los posibles empleadores segregan a quienes, en las mismas condiciones, no hacen las mismas cosas.¹²

O *kit* de identidades, conforme apregoa a autora, assim entendemos, não se compra a qualquer custo no mercado ou na rua. Ele é essencialmente uma representação que se atribui ao outro indiscriminadamente, de modo que não nos vemos livres dessa forma de estabilização da identidade, seja ela “pós” ou moderna. O poder é quem define as identidades e o modo como elas circulam na sociedade, portanto.

Outra posição fundamental é a que nos apresenta Castro-Gómez (2005), que discute a maneira como o Estado cria a imagem de si e dos cidadãos, administrando o conceito de cidadania e nação, tanto racional quanto legalmente. Em determinados aspectos, sua ótica também tem a ver com o que tem argumentado Sueli Rolnik (1992), para quem a subjetividade contemporânea é levada a uma estabilização por parte de um “homem da moral”, deixando de lado a possibilidade da inscrição do “outro”, do “diferente”, do “caos”, como ampliação da concepção da subjetividade como intervenção “ética da diferença”.

Partindo então do que se constata no *corpus* de enunciados, salientamos que foi durante a semana que compreendia o feriado de dia das mães, em maio de 2006, que a atenção da mídia brasileira voltou-se para o grupo até então mantido em silêncio após as últimas rebeliões de 2001 e 2003. O PCC voltava à atividade nessa semana e sua reivindicação, conforme apontavam os noticiários e as revistas, referia-se à não transferência de seus líderes para os presídios do interior, em um dos quais vigora o chamado Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Embora esse regime novo implantado pelo governo Alckmin agrida os direitos garantidos pela Lei de Execução Penal (a LEP), ele vigora no princípio da tolerância e somente os delinquentes considerados mais perigosos à segurança da população e do Estado são enviados para ele. De acordo com o que havíamos dito, o envio de um infrator ao Regime Disciplinar Diferenciado “depende de ordem judicial”, especificamente em casos que “apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade”.

¹² Tradução do autor: “não existe nada mais imediato que pensar em adolescentes pobres, criados em bairros miseráveis dos quais lhes será muito difícil sair para outra parte, desertores escolares ou, melhor, meninos os quais a escola abandona, consumidores de droga da pior qualidade, essa que revolta mais a cabeça que nenhuma outra, golpeados ou descuidados durante a infância, atraídos pela tentação ininterrupta de um consumo que não podem alcançar senão por meio do delito, membros de uma cultura de machos bravos e predadores, filhos que foram expulsos do mercado de trabalho nos anos noventa. Esses garotos são portadores de uma *identikit* social. A polícia (tal é a força da *identikit*) desconfia e os prováveis empregadores segregam aqueles, nas mesmas condições, que não fazem as mesmas coisas”.

Essa ementa promulgada em 2005 pelo governo do Estado caracteriza uma forma de reparar a flexibilidade das leis outorgadas e que constituem as bases do direito do sujeito encarcerado [¹³].

Contudo, há ainda em rigor a Lei de Execução Penal (LEP), que, regulamentada no ano de 1984, funciona administrando aquilo que se pode e deve fazer ao sentenciado, de modo a conter qualquer tipo de exagero nas penalidades. O Código Penal Brasileiro, elaborado em 1940 e que continua até hoje vigorando nos casos de crime nas diversas esferas do setor público ou pessoal, por sua vez, apresenta uma série de ilícitos que não devem ser cometidos por cidadãos conscientes de seus deveres, elencando os mais diferentes tipos de crime e como são qualificados, além da pena à qual é submetido aquele que viola uma determinada regra legal. E esses discursos são os que sempre retornam ao se falar sobre o crime e a penalidade daqueles que o favorecem. O sujeito contemporâneo é este, intercambiável entre direitos e deveres: uma forma sujeito-histórica que funciona pelo jurídico e pelo político em sua relação com o Estado (ORLANDI, 2005).

Não fica de fora também dessa discursividade o debate que tomou conta da imprensa durante um certo tempo e que retornou justamente pelo fato de que agentes penitenciários sentiram-se ameaçados durante o feriado de dia das mães: a questão do armamento. Pedia-se àqueles que tivessem armas em casa que as entregassem caso não tivessem licença para o seu porte. Por outro lado, agentes penitenciários reivindicavam o seu porte, pois a exposição do trabalho conferia-lhes perigo no retorno para casa ou qualquer que fosse a rotina fora das penitenciárias. Muito se debateu, mas nada ficara decidido, trata-se, agora, apenas de uma memória, um interdiscurso.

No mesmo contexto, inseria-se a disputa política em torno da Presidência do Brasil. O governo paulista, sob responsabilidade de Cláudio Lembo (PSDB), tranqüilizou a população fazendo pronunciamento na mídia, dizendo que “tudo estava sob controle”. Enquanto isso, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedia ajuda federal ao Estado, mas o governador preferiu recusá-la. Para o bem ou para o mal, Luiz Inácio do PT venceu as eleições derrotando Geraldo Alckmin do PSDB, ex-governador do Estado de São Paulo, afastado no período dos ataques do PCC.

¹³ O RDD foi proposto pela iniciativa da lei n° 10.792 de 1° de dezembro de 2003 e, conforme Sousa (s/d; disponível em <http://www.fesmip.org.br/arquivo/publicacao/Rdd.pdf>), apresenta-se como uma mácula à constituição que, segundo a autora, nasceu em meio a transformações políticas e sociais decorrentes da “aclimação” da ditadura militar. Essa contradição com o que declara a Constituição Brasileira de 1988 certamente tem a ver com o fato de que ela se expressa de maneira democrática quando diz que todo cidadão é igual perante a lei. O RDD vem, ao seu modo, funcionar como um individualizador nas penalidades, corroborando para a construção de uma identidade singular, transgressora.

Com a finalidade de entender como se processa o discurso da mídia na contemporaneidade, é necessário que analisemos as condições nas quais ele se desenvolve e que aspectos nele estão envolvidos.

1.2 Aspectos do discurso midiático no contexto global

A realidade surge no espetáculo, e o espetáculo é real. Essa alienação recíproca é a base da sociedade existente.

Guy Debord. *A sociedade do espetáculo*.

A chegada gradual da globalização, com a integração cada vez mais acentuada dos Estados-Nação, fez que a relação espaço-tempo fosse comprimida, o mundo se tornasse menor e as distâncias curtas, de maneira que os fatos agora têm mais impacto sobre as pessoas e os lugares longínquos (HALL, 2004, p.64). O desenvolvimento das tecnologias da informação caminha paralelo a esse desenvolvimento global, concebendo a informação como a preciosidade dessa euforia da informatização. A informação, tratada nesses termos, seria, como concebem as teorias da comunicação, a transmissão de um saber por meio da linguagem e de um sujeito que se presume tê-lo, para outro que não o possui. (CHARAUDEAU, 2006, p. 33).

A posição dos estudos que tratam do discurso mantém-se, todavia, irredutível quanto à informatividade da mídia. Concebe-se que, muito mais que informar, a mídia está absolutamente atuando por meio de dois esquecimentos básicos: toma o discurso como se ele tivesse origem em sua formulação particular e como se fosse a única forma de dizer sobre o acontecimento. Na verdade, trata-se de retomada, transformação, encobrimento, silenciamento de outros discursos já ditos, retomados pela repetição enunciativa, sendo esta possibilitada pela sua ligação com a memória. Para Charaudeau (2006, p. 19), “a informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo”. A linguagem é um sistema que, embora seja prescrito de regras combinatórias, está sujeito à falha e ao equívoco (ORLANDI, 1998), portanto o que se deve fazer diante disso é “expor o olhar leitor a opacidade do texto” (PÊCHEUX, 1997).

Uma das conseqüências diretas da globalização e da potencialização do sistema capitalista está, de fato, relacionada ao desenvolvimento de políticas voltadas para o consumo e o acúmulo de bens. Estes, por não serem exclusivamente materiais, estão na base do pensamento ocidental, formando uma extensa rede na qual se torna impossível distinguir o

conteúdo das mídias e as mercadorias, pois ambos estão incorporados num só produto (JAMESON, 1997, p. 284)

De acordo com Arbex Jr. (2003, p. 42), a globalização e o desenvolvimento de um sistema capitalista foram peças que permitiram que o país se subordinasse geopolítica e economicamente aos Estados Unidos; primeiro, no panorama bilateral da Guerra Fria; depois, no panorama internacional da globalização. De fato, grande parte do discurso neoliberal advém dessa relação quase avassaladora entre a maior potência econômica e os países periféricos, haja vista o compromisso do país com o pagamento da dívida externa.

Além da globalização e do capitalismo, outro fator constitui uma das engrenagens do aparelho midiático: a espetacularização da informação. Guy Debord (1997, p. 10) fala-nos que o espetáculo é constitutivo da atividade social efetiva. O desdobramento da realidade em espetáculo está ele próprio desdobrado, de sorte que a realidade acaba invertida na contemplação do espetáculo. Salienta, portanto, que a realidade surge no espetáculo e o espetáculo no real. Essa alienação é que sustenta a sociedade existente. A respeito do discurso e da acontecimentalização da comemoração dos 500 anos do Brasil, Gregolin (2003, p. 98) diz-nos que o imaginário sobredetermina o real e isso implica que os sujeitos vivam relações e representações reguladas por sistemas de vigilância e controle dos sentidos. De fato, se pensarmos que os sujeitos são construções discursivas, isto é, imaginárias, e institucionalmente determinadas pelo que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 1988; ORLANDI, 2001, p. 43), o espetáculo faz parte da cena de formação do discurso e da constituição dos sujeitos.

O capitalismo, por conseguinte, trouxe consigo a consolidação de uma sociedade disciplinar. A sociedade disciplinar é a sociedade da vigilância e do exame, cujo olhar produz determinados saberes sobre os sujeitos sociais. Quem desenvolve essa tese é Michel Foucault, especialmente em *Vigiar e punir* (FOUCAULT, 2005a). Essa exposição torna-se muito importante para este trabalho, visto que ela fundamentará a explicitação dos dispositivos discursivos da mídia na espetacularização do acontecimento que abrange os ataques do PCC.

O discurso da mídia em uma sociedade disciplinar teria, assim pensamos, a tarefa de zelar pela individualização dos sujeitos, seja por meio de técnicas de subjetivação, seja por técnicas de governamentalidade. A finalidade está em produzir a docilidade e a utilidade do homem para atividades ligadas aos sistemas de produção capitalista. É justamente sobre uma lógica do trabalho que o discurso da disciplina legitima-se socialmente. A mídia somente cumpre o papel de reproduzi-las em larga escala, adotando uma postura pedagógica ideologicamente fundamentada nos princípios do Estado. Vale ressaltar ainda que a irrupção

da violência e do crime, destacados quase diariamente na mídia, está associada, sobremaneira, ao modo de funcionamento do Estado contemporâneo. De fato, o que permite a existência desses abalos de resistência à ordem da lei e do civismo é a ausência do Estado como organizador (controlador) simbólico (ORLANDI, 2007). A falha do Estado na governamentalidade da violência, e tudo que a ela se liga, pode ser compreendida “discursivamente” quando vemos a mídia entrar (identificar-se com o) no lugar do Estado, a fim de solucionar o problema social da violência.

O Estado, na condição de entidade comprometida sócio-politicamente com o combate à violência, conforme se constata a partir de ações como esta que estudamos acerca do PCC, não tem respondido positivamente a essa função, o que demonstra a sua insuficiência perante as manifestações do crime, do tráfico e da corrupção. Essa falha vem corroborar o que tem afirmado Lipovetsky (2005) sobre a relação do Estado com o dever. O dever que se pratica hoje difere do dever medieval, ou seja, não há mais uma moral religiosa e austera que se imprime sobre nós como um dever inquestionável. O dever de nossos dias é o dever “responsável”, e essa responsabilidade significa o esmaecimento do dever intolerante social e político do Estado. Diante disso, a mídia ocupa um lugar de destaque, pois é levada pela idéia (ilusória e evidente) de que, informando ou expondo seu ponto de vista, ela cumpre um dever social em relação à falha do Estado.

Por conseguinte, a violência e o conjunto de atitudes hostis que se lhe associam já possuem seu espaço na mídia, quem dirá nos jornais, revistas, telejornais etc. Esse efeito responde ao modo como a mídia se deslocou na história, movimentando-se do simples fato de querer se expressar para o debate público. Ela atualmente se coloca no rincão da “esfera pública” (MAIA, 2006; GOMES, 2006), gerando debates e expondo ao espectador e ao leitor os fundamentos da arena política. Essa utopia não nos assegura, no entanto, que realmente ela cumpra essa função simplesmente.

O discurso da mídia é imediato, pontual e simultâneo ao acontecimento, pelo menos quando veiculado na TV. A revista, por sua vez, é periódica. No entanto, seu olhar já constitui uma interpretação. Melhor nos diz Charaudeau (2006, p. 95): “o ‘mundo a comentar’ nunca é transmitido tal qual à instância de recepção (...) sua significação depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível”.

1.3 Gênese da prensa no Brasil

A história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista.

Nelson W. Sodré. *História da imprensa no Brasil*.

Segundo consta na história, a revolução da prensa gráfica acontece justamente no período que antecede a “era moderna”, mais aproximadamente no ano de 1450, data aproximada em que Johann Gutenberg de Mainz inventa uma prensa gráfica às margens do rio Reno, inspirado pelas prensas vinícolas ou por intermédio também de estímulos advindos de notícias do que havia acontecido no Oriente, com os chineses ou coreanos. (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 24). Depois disso, a prensa foi disseminada pela Europa, mas sob rígido controle da instituição religiosa, tanto que em Portugal a impressão somente era autorizada mediante aprovação de um conselho religioso (SODRÉ, 1999).

A infusão da imprensa no Brasil está, portanto, irremediavelmente sujeita a essa condição. Apesar de a imprensa ser considerada “peçonhenta” para a política do período colonial e a população ser consideradamente analfabeta em decorrência da ausência do letramento escolar e de Universidades no país – o que, de fato, levava os primeiros burgueses a enviar os filhos para a Europa –, surgem as primeiras tipografias em diversas capitanias a partir do século XVIII. Mas logo foram fechadas pela intervenção da carta régia, que inadmitia publicações que pudessem “alienar” a moral religiosa e política do império.

Mesmo com a abertura política e comercial decorrente da instalação da família real no Brasil – o que acarretava subjugação da política e economia brasileira à inglesa, em favor de uma proteção contra os agravos políticos entre a metrópole e a França –, a imprensa estava associada aos ideais liberais¹⁴. Foi assim que uma tipografia recifense – posteriormente fechada por conter conteúdos impróprios expressos naqueles ideais – lançou o primeiro folheto que saiu a 28 de março de 1817 como ato fundador da imprensa no Brasil.

Portanto, mesmo a implantação da realeza no Brasil não foi capaz de libertar a expressão da imprensa, ficando relegada à aprovação do Paço. Isso se constituirá em um atraso da imprensa no Brasil, que, segundo Sodré (1999), tem a ver com a ausência de capitalismo e burguesia no Brasil, pois, em outros países em que o sistema econômico desenvolveu-se, houve o desenvolvimento da imprensa (cf. p. 28). Ele ainda compara o tipo de colonização e de civilização indígena como fator para a difusão e desenvolvimento da

¹⁴ Sodré (1999, p. 11-3) também declara que os livros, se não tivessem o aval dos missionários, eram vistos aqui no Brasil como sinal de heresia; entretanto os “inconfidentes” que estudavam fora traziam livros que inspiravam ideais de liberdade e revolução, a contragosto dos preceitos da corte e dos missionários.

imprensa, de tal sorte que, em países de colonização espanhola e cujos índios já lidavam com a manufatura de metais, a imprensa desenvolveu-se muito cedo, ao contrário do que aconteceu no Brasil.

Embora surgissem em 1827 cursos jurídicos, após a proclamação da independência do Brasil, e houvesse a proliferação da imprensa a partir de um decreto da corte portuguesa que fazia concessão à liberdade de expressão da imprensa (cf. SODRÉ, 1999, p. 41), isso não foi suficiente para impedir o funcionamento da censura e as perseguições a jornalistas que, em alguns casos, resultavam em assassinato.

Na passagem para o século XX, acontece a transformação da imprensa industrial para empresarial. Isso decorre, essencialmente, da mudança estratégica do foco jornalístico, antes envolvido com polêmicas no gênero opinativo, que passava então a dar prestígio à notícia. Nos Estados Unidos, o jornal *Sun*, ainda no século anterior, em um trimestre provocou essa mudança de foco, passando a abordar crimes e processos judiciais. No Brasil, o mesmo somente ocorre apenas três décadas depois, com o fim da política doutrinária que restringia o jornalismo brasileiro a debates nos quais predominava exclusivamente o gênero opinativo.

A passagem do gênero opinativo para o noticioso pode ter tido o efeito que de lá para cá temos visto na mídia: o deslocamento do debate para o espetáculo, onde prepondera uma nova ordem para o discurso midiático no objetivo da comercialização da informação: a notícia construída como um bem a ser consumido¹⁵.

Essa objetivação da informação foi cada vez mais reforçada em decorrência da confecção de manuais de redação jornalística, os quais primam pela pureza, clareza e objetividade dos textos jornalísticos, considerados cultos. Isso levou, no entanto, à prática da homogeneização das posições dos meios de comunicação, salvo nos casos em que predomina a voz do proprietário do veículo, o que é digno de crítica, uma vez que vivemos em um país no qual os contrastes econômicos e as desigualdades são evidentes e necessita(va)m de uma pluralidade de abordagens.

Conforme destaca Melo (2005, p. 38):

A liberdade de imprensa mantém uma fronteira diferente nas práticas discursivas jornalísticas com relação à censura e à ética, mas, sobretudo, tem, do ponto de vista de prática jornalística, uma limitação muito maior – a do capital –, que pode manter ou exterminar qualquer grande império da comunicação.

¹⁵ Melo (2005, p. 33) acrescenta, diante dessa situação, algumas hipóteses que podem ser seguidas, dentre as quais destacamos a de que isso pode estar associado ao fato de que, na fase pós-industrial, a produção transforma-se em mercadoria antes mesmo de produzida. O modelo econômico atravessa o modelo de produção da notícia.

1.4 A revista como prática do discurso midiático

Reconhece-se o valor de um trabalho quando ele tenta teorizar o seu objeto de reflexão, de modo que apresente um processo e uma transformação na teoria. É assim que vemos, por exemplo, um artigo de Nilton Milanez (2007)¹⁶, que reflete sobre a revista, se ela realmente constitui-se como uma prática.

Pensando como Foucault, e, de certo modo, como alguns marxistas, ele concebe o objeto como uma construção de práticas cotidianas, sendo ambos (objeto e prática) simultâneos. Desse modo, ele diz que a revista não guiaria nosso comportamento, mas estaria intrinsecamente relacionada a ele no “entrever” e “ouvir” dos corpos e das vozes débeis (MILANEZ, 2007, p. 80). Com isso, o autor está propondo que, no cotidiano, as práticas se entrecruzam: as práticas que desenvolvemos como sujeitos cidadãos e (in)formados e as práticas que circulam independentes de nós, mas que no conjunto se relacionam. Tanto isso é dito que o autor acrescenta que a revista, como objeto, se configura “da história de nossos gritos e sussurros diurnos e noturnos de cada dia”¹⁷. Se assim pensarmos, estaremos diante do acontecimento do “inesperado” e do “incompreensível”, ou seja, do “absurdo” que nos coloca à disposição de “saber” acerca dos mínimos eventos que agitam e provocam a fragmentação-desfragmentação da história, pensando-se aí a sua própria descontinuidade, porque é uma história de nós mesmos que nos colocamos a saber, uma vez que passou despercebida. O que nos permite analisar,

da mesma maneira, [que] a cada exemplar, a cada nova edição, levantamos cada prega da saia da história para olharmos o que fizemos e como fizemos, como um diário de adolescente, que realmente é compreendido anos mais tarde quando somos já adultos (MILANEZ, 2007, p. 81),

o que, em outras palavras, significa dizer que – pensando aí a revista – ela se coloca à *prova do tempo*, insere-se na competência de escrever a nossa história, dispõe-se de modo a nos contar o que, de fato, contaríamos com outras palavras; enfim, a revista “se arrisca” no que pode e deve ser dito. Dizemos isso, pois “o que é dito na revista nos lança a *preconceitos, reticências, saliências e reentrâncias inesperadas* das quais não estávamos conscientes” (MILANEZ, 2007, p. 81).

¹⁶ *A escrita do corpo – fios e linhas do jogo escriturístico na revista*, publicado no livro organizado por Fonseca-Silva e Sírio Possenti (2007). Cf. Referências Bibliográficas.

¹⁷ *Idem*.

Para Mariani (1999), o jurídico ainda fundamenta as práticas jornalísticas, impondo-se por meio de uma divisão que determina o que se pode dizer, o que resulta em “material de memória”. Trabalhando em meio a essa divisão, o discurso jornalístico da mídia não apenas faz circular e reforçar somente os sentidos delegados pela lei, mas também incute a fixação de uma memória que delimita e despreza o mal, que é rejeitado pela essência humana.

Diante dessas posições teóricas, dizemos que a revista, como um tentáculo de um corpo maior que constitui a mídia, possui dispositivos específicos para a circulação dos dizeres. A revista como objeto de saber e, ainda mais hoje, de entreter, preenche-se de variados gêneros, os quais poderiam fazer-nos pensar na diversidade de pontos de vista. Contudo, nem a variabilidade dos gêneros de informação, como a entrevista, o editorial, o artigo, a reportagem, são suficientes para nos prover o “bom senso” da ideologia que se materializa nesses suportes textuais. A discursividade é um estrato diferenciado e, para analisá-lo, necessita-se de um instrumento suficientemente capaz de detectar essas “lúcidas evidências” (e o pleonasma aqui é pertinente). Contudo não é preciso, para isso, atravessar a superfície da materialidade enunciativa; basta que miremos o seu essencial: a natureza de ter sido dito e de que maneira. Assim, estamos preparados para adquirir esse tipo de instrumento, como se verá a seguir.

CAPÍTULO II - ADQUIRINDO UMA “ARMA TEÓRICA”

Depois de Freud é que começamos suspeitar do que dizer, o escutar, e portanto o falar (...)

Louis Althusser. *Ler o Capital*.

Apresentadas as condições de produção do discurso de revistas impressas brasileiras acerca dos ataques atribuídos ao Primeiro Comando da Capital (PCC) durante o feriado de dia das mães, bem como seu estatuto enquanto instaurador de práticas no cotidiano, temos por objetivo, neste capítulo, apresentar o princípio teórico por meio do qual se sustenta esta pesquisa. Baseado nos pressupostos da Análise de Discurso francesa (AD), salientamos que, nesta fase, faremos um breve percurso histórico e conceitual na constituição dessa disciplina, destacando contribuições de seu fundador, Michel Pêcheux, no que se refere ao processo de sua elaboração teórica, no batimento também com outros intelectuais que contribuíram para a consolidação da AD.

2.1 Dos fundamentos histórico-teóricos da Análise de Discurso

A questão preponderante para a AD projetada por Michel Pêcheux era saber justamente se as propostas do estruturalismo eram suficientes para poder garantir uma instrumentalidade às ciências humanas e sociais, pois o título de ciência-piloto garantia ao estruturalismo a autonomia de ciência de linguagem. No entanto, as inconsistências pareciam evidentes aos olhos de Pêcheux, em face da extrema densidade do corte feito por Saussure, tendo em vista a contraditoriedade¹⁸ da natureza da linguagem. O genebrino elegeu (e essa era uma atitude política e ideológica, segundo Pêcheux) a língua como objeto da lingüística, baseando-se na sua sistematicidade e regularidade, descartando a fala e sua natureza individual desses estudos (ILARI, 2004, p. 59).

De acordo com Saussure - e isso vale a pena reconhecer - a língua é um fato social, o que Pêcheux jamais deixou de considerar; contudo o ponto fraco da proposta saussuriana é reconhecido a partir do momento em que a língua passou a ser considerada como sistema e deixou de ser compreendida como tendo a função de exprimir sentido. (PÊCHEUX, 1997, p.62). Dando-se mais atenção às regras que permitem a combinação dos signos, o estudo do

¹⁸ Neste ponto, importa notar que a linguagem como objeto simbólico não está dissociada dos fatores internos e/ou externos a ela própria. Isso corrobora o fato de que a natureza da linguagem está vinculada ao paradoxo necessário entre objetivismo idealista e o subjetivismo abstrato.

significado ficou relegado as suas formulações mais primitivas. A intervenção de Pêcheux expressar-se-á justamente aí: no fato de que a fala, o ente reprimido, recalcado dos estudos estruturais, supõe a existência de uma variação discursiva no interior invariante da língua (GADET *et al.*, 1997, p.45) e de que isso intervém constitutivamente na formação dos sentidos.

A AD surge, então, no contexto francês dos anos 60, no momento de exegese das idéias estruturais, como uma ruptura necessária sobre o modo de leitura. A construção desse dispositivo vai se dar com a publicação de *Análise Automática do Discurso* (1969); e essas propostas encontram amizade na fundação da revista francesa *Langages* e na publicação do artigo “Lexicologia e análise de enunciado”, ambos - revista e artigo - de responsabilidade de Jean Dubois. [19]

Reunindo em torno de seu acontecimento marxismo, psicanálise e uma teoria do discurso, a AD de Michel Pêcheux é remanejada num caminho que assiste a formulação de suas propostas, às interrogações e retificações delas, compreendendo três épocas (PÊCHEUX, 1983) de aventura teórica.

No projeto inicial da AD – aliás, dizendo grosso modo – as idéias de Pêcheux se voltam para a construção de um dispositivo de leitura, cuja automaticidade seria garantida com a análise freqüencial e temática de textos, reduzidos à unidade elementar do enunciado. Apesar de pioneiro, esse método mostrou-se revelador, por exemplo, da noção de discurso, um objeto que não é nem similar à fala e tampouco corresponde à língua, posto que se redefine no esquema da comunicação de Jakobson, deslocando o papel atribuído à mensagem para discurso, enquanto “efeito de sentido” entre interlocutores (PÊCHEUX, 1997, p.82).

Vale a pena salientar que, ainda em *Análise Automática do Discurso*, Pêcheux fertiliza o seu conceito de interdiscurso. Ele aparece sob a forma de uma hipótese que relaciona o discurso e o já dito, que, pelo princípio da dupla diferença, favorecem a idéia do não-dito (falta) constitutivo²⁰. Interessante reflexão crítica introduzida por Paul Henry acerca do pré-construído apontou no discurso as marcas de elementos discursivos precedentes. A partir dessa análise que se investia nos conceitos de pressuposição e implícito cunhados por Ducrot, Pêcheux considerou que a constituição do discurso dá-se num horizonte interdiscursivo, como

¹⁹ No Brasil, vale destacar o papel de Eni Orlandi na desterritorialização dessa disciplina, como bem lembra Piovesani Filho (2005, p. 60): “entre la fin des années 1970 et le début des années 1980 (...) le Professeur Eni Orlandi, après un séjour en France, reîntrat à Campinas et proposait ses premiers séminaires et leçons en analyse du discours”. Tradução do autor: “entre o fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 (...) a Professora Eni Orlandi, a frente de seu doutorado na França, retorna à Campinas e propõe seus primeiros seminários e lições em Análise de Discurso”.

²⁰ A partir dessa tese, pode-se dizer que Eni Orlandi (1996; 2001) desenvolveu a idéia da incompletude do discurso: a abertura do simbólico, do movimento do sentido e do sujeito, da falha e do possível.

uma objetividade material que aponta para dizeres anteriores ao processo discursivo. Interdiscurso, contudo, não consiste nem numa estratificação nominal de discursos, nem numa idéia global que os unifica. Ele é - antes de tudo, e numa concepção estritamente althusseriana - “o espaço discursivo e ideológico no qual se desenvolvem as formações discursivas em função das relações de dominação, subordinação, contradição” (GREGOLIN, 2001, p. 18).

É justamente no texto escrito “a seis mãos” – Claudine Haroche, Paul Henry e Michel Pêcheux “A semântica e o corte Saussureano: língua, linguagem e discurso” (1971) – que Pêcheux nos dá, enfim, as marcas do esboço de suas filiações teóricas. Nesse texto ele reivindica o lugar da semântica nos estudos lingüísticos e chega à formulação de que o sentido depende do trabalho e das condições nas quais se encontra o sujeito, pois “constataremos que as palavras podem mudar de sentido segundo as posições determinadas por aqueles que as empregam (...) podemos deixar claro agora: as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma formação discursiva a outra” (HAROCHE *et al.*, 2007, p.18-26). A referência ao papel do sujeito e a posição que ele ocupa para determinar o sentido de suas palavras consiste em uma interpretação do marxismo relido em Marx por Althusser, na formulação da teoria dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs), bem como uma leitura psicanalítica da subjetividade, pois o sujeito, embora não intervenha conscientemente sobre os efeitos de sentido, ele é o seu portador, porque esses efeitos são construções que têm a ver a língua em sua relação com a história (ORLANDI, 1987; 1996; 2001; 2005); história que atravessa os corpos do sujeito e da língua simultaneamente.

Além disso, a referência ao conceito de formação discursiva demonstra a entrada, ao menos dialógica, de Michel Foucault no circuito da AD com a sua *A Arqueologia do saber*, em 1969²¹; um interlocutor fora do campo da linguagem, que contabilizou positivamente para Pêcheux no sentido de propor um conceito e um método totalmente novos que cingem a unidade da história e seu estatuto de ciência.

Noutro momento, assiste-se a um verdadeiro e profundo deslocamento das primeiras formulações. Pêcheux escreve um artigo em co-autoria com Catherine Fuchs, e o intuito de ambos terá sido dissolver as ambigüidades e questões mal resolvidas em 1969. Eles passam a expor explicitamente as referências que subsidiam a Análise Automática, esclarecendo que o quadro epistemológico constitui-se nas propostas do materialismo histórico, da lingüística e da teoria do discurso, sendo ainda essas três balizas atravessadas por uma teoria da subjetividade psicanalítica (cf. PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p.163-4).

²¹ Cabe elucidar que, conforme Baronas (2007, p. 175), o conceito de formação discursiva surge antecipadamente numa nota de rodapé em um artigo de Pêcheux escrito com A. Culioli e C. Fuchs.

Na esteira do marxismo althusseriano²², Pêcheux define o sujeito não como indivíduo empírico, mas como uma posição que depende, para ser sujeito, de sofrer a interpelação da ideologia, pois ela é a base das relações de produção. Essa noção também se caracteriza pelo assujeitamento, de maneira que “cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p.166).

É nesse momento também eufórico que Pêcheux evoca sua famosa teoria dos dois esquecimentos (em contraposição a uma filosofia idealista da linguagem), que tem seu lugar no sujeito, no papel que ele acredita exercer como fonte dos sentidos, quando não o é por “inconveniência” do inconsciente, e no papel que os dizeres exercem quando formam famílias parafrásticas, indicando que o dito poderia ter sido dito de outra forma (nível de pré-consciência).

Em todo caso, a principal tese de Pêcheux nesse texto parece confluir no que tem orientado recentemente diversos pesquisadores na área de AD: “que o objeto a propósito do qual ela produz seu “resultado” não é um objeto lingüístico mas um objeto sócio-histórico [ou seja, o discurso] onde o lingüístico intervém como pressuposto” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 188). A materialidade lingüística é, portanto, lugar de inscrição material da história e dos sentidos.

Marcando o fim do tempo das grandes construções, para lembrar Maldidier (2003), surge no cenário francês *Les vérités de La Palice*, traduzido no Brasil sob o título de “*Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*” (1988) pelo grupo de estudos orientado por Eni Orlandi (UNICAMP). Nesse livro, Pêcheux fortalece a idéia de que sobre uma base material é que se desenvolvem os processos discursivos, e ao mesmo tempo esses processos inscrevem-se numa relação ideológica de classe. Por esse motivo, ele questiona a evidência e a transparência do sentido. A linguagem, nesse sentido, é opaca e os sentidos jamais são conteúdos. (ORLANDI, 2001, p. 54).

Notamos, pois, uma transformação com relação à noção de formação discursiva, visto que ela agora incide sobre a materialidade do discurso e do sentido: “os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”

²² O marxismo ao qual nos referimos é justamente aquele relido por Althusser em Marx e trazido por Pêcheux para a Análise do Discurso. Pêcheux considera o discurso como uma relação entre a exterioridade da História e a materialidade da Língua. Contudo, o modo como a História acontece no e é feita pelo homem não lhe é acessível, do mesmo modo que a Língua para o sujeito não é transparente a ponto de evidenciar o sentido que ele imagina que ela produz. É a ideologia que faz funcionar a relação do homem com suas condições materiais de existência, fornecendo evidências discursivas de sua relação com o mundo.

(PÊCHEUX, 1988, p. 161).

A ênfase de Pêcheux em relação à ideologia é o que acentua, a rigor, os debates com Foucault, porque a leitura que este último faz do marxismo difere da de Pêcheux. Foucault, em sua *Microfísica do poder* (1979, p. 7), responde a uma série de questões em cuja pauta se insere o marxismo e a fenomenologia. Para ele, ambos constituíram as leituras de muitos estudiosos de seu tempo, mas que implicavam considerar, de um lado, arremeter a um sujeito constituinte e, de outro, as razões econômicas e classistas no jogo das superestruturas e infra-estruturas, o que, de certa maneira, inviabilizava seu projeto em torno da genealogia dos poderes.

Pêcheux também notou, a partir daquela obra, uma ligação mais estreita entre a definição de formação discursiva e a noção de interdiscurso. Segundo Orlandi (2005, p. 103), é dentro de uma formação discursiva que se desenha a identidade do sujeito e o sentido, de tal maneira que adquire uma unidade, cujos limites que a caracterizam trazem necessariamente, pela diferença, a presença de outros (sujeitos e sentidos) para dentro dessa formação.

A terceira época, por sua vez, compreende o período da “desconstrução dirigida” (MALDIDIER, 2003), momento em que se acentua a crise da esquerda francesa e um enorme vácuo projeta-se sobre as idéias levantadas até o momento, uma vez que desapareciam figuras intelectuais importantes como Pêcheux, Foucault, Althusser, Lacan, Barthes...

Um texto de destaque escrito nessa época é “*Discurso: estrutura ou acontecimento?*” (de 1983, mas cuja primeira publicação brasileira data de 1997, tradução de Eni Orlandi), que resulta de um pronunciamento de Pêcheux na Universidade de Illinois. Aqui fica mais evidente a relação entre os dois *michéis*, apesar de algumas discrepâncias quanto à metodologia de análise. Ainda que o dispositivo de análise de Pêcheux tenha em vista a tensão entre descrição e interpretação, é na descrição do enunciado como unidade elementar do discurso em um dado acontecimento que ele e Foucault estão em concordância.

A aproximação é justificável, posto que mais uma vez a AD estava passando necessariamente por uma revisão teórico-metodológica que, conforme nos aponta Gregolin (2006, p.20), tem a ver com a incorporação de pesquisas sobre a heterogeneidade discursiva que se vêem nos trabalhos de J. Authier-Revuz; a articulação entre discurso e memória discursiva, cujo tributo se deve a J. J. Courtine e sua leitura crítica de *A Arqueologia do saber*, de M. Foucault; a adoção de teses da Nova História, que afastam as idéias althusserianas em virtude de novos conceitos, como “acontecimento”, “práticas discursivas”, “arquivo”; a expansão do domínio dos *corpora*, com a inclusão das produções orais do cotidiano, em cujo estudo destacam-se M. Bakhtin e M. de Certeau; o rompimento com a idéia de maquinaria

discursiva e a inclusão da alteridade como fator importante de ruptura com a homogeneidade.

Dessa forma, Pêcheux configura a sua opção teórico-metodológica, concebendo o enunciado como unidade de análise em sua natureza de acontecimento discursivo, que insere, por sua vez, um contexto de atualidade e convoca um espaço de memória, que desfaz a idéia de evidência do sentido. Veremos a seguir, na constituição de nosso dispositivo de análise, como estabeleceremos ligações importantes entre autores tão díspares mas tão caros à AD em prática hoje.

CAPÍTULO III - MUNINDO A ARMA COM “PROJÉTEIS”

3.1 Aporte teórico e metodológico: delimitações e deslocamentos

Porque há um problema, uma questão posta (que reclama sentido e interpretação) é necessário, dentro da teoria, operar com o movimento e o deslocamento de conceitos, de modo a ressignificá-los.

Marcos A. Barbaí. *Inquietações em Análise de Discurso*.

Neste item, subsequente ao capítulo em que se discorreu sobre o percurso teórico e histórico da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux, da qual asseveramos ser, em parte, tributários, temos o objetivo de explicitar nossas convicções teóricas, apontando como ponto forte o que de melhor e mais compatível se pode extrair de diferentes abordagens que constituem a AD atual. Quando nos referimos a diferentes abordagens, estamos pensando na relação das idéias fundadoras de Pêcheux e nas distintas elaborações de Foucault incompatíveis, para alguns analistas – e, sobretudo, na incorporação das idéias bakhtinianas às recentes análises discursivas. Mas, que fique claro que o que os *michéis* propõem não está absolutamente em oposição, senão em complementaridade, visto que as propostas se especificam em decorrência da diferença e não da contraditoriedade implementada pela leitura das teses althusserianas. (GREGOLIN, 2004).

Pode-se até perceber tanto um certo distanciamento quanto uma aproximação de Pêcheux às hipóteses de Foucault²³, o que, de fato, permite não só o cotejo mas a possibilidade de trabalhá-los na arena de análise, desde que se esclareça a especificidade dos projetos teórico-metodológicos.

De nossa parte, optamos por fundamentar esta pesquisa quase exclusivamente com as reflexões de M. Foucault, pois nos parecem mais adequadas para examinar o nosso objeto. Isso é explícito com a adoção dos conceitos de enunciado, formação discursiva, saber, poder, princípio de memória, que têm neste pensador seu principal formulador, considerando-se, no entanto, a opinião de outros também relevantes para este trabalho. Outro argumento importante é o de que M. Foucault esteve ligado às questões que se discutem em nosso trabalho: violência, delinquência, prisão, encarceramento, dispositivos jurídicos. Lidar com os grupos mantidos à margem da sociedade, além de ser uma premissa teórica, é uma premissa

²³ Isso é observável, segundo Gregolin (2004), de um texto a outro: de *Remontemos de Foucault a Spinosa* (1977) ao anexo de *Semântica e discurso*, intitulado “Só há causa daquilo que falha. O inverno político francês, início de uma retificação” (1988).

prática. Dizemos isso, diante do projeto teórico, analítico e político de M. Foucault no tocante ao seu estudo sobre a loucura, as práticas ligadas ao encarceramento e as técnicas de elaboração e de controle da subjetividade em relação à sexualidade.

3.1.1 *Do enunciado ao discurso: “o acontecimento da formação discursiva”*

Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva (...) o enunciado, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra a operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade.

Michel Foucault. *A Arqueologia do saber*.

De início, o que permite que os dizeres circulem entre nós, que eles se apaguem repentinamente, ou retornem após um longo período de sonolência, se, enquanto práticas, eles são o que nos mantém em relação constante numa sociedade mediada pela linguagem e o seu efeito não só é simbólico, mas de poder?

A política da linguagem é inerente às práticas discursivas que dão respaldo às lutas em torno de questões que envolvem sistemas de integração e segregação, de assunção e representação das identidades. O que é a mídia senão linguagem e instituição, e, em decorrência dessa natureza, está intimamente relacionada a todas essas questões que, na maioria das vezes, têm mais efeitos repressivos e pedagogizantes (GUERRA; SOUZA, 2007; 2008a) que éticos na tarefa “voluntarista” de informar e entreter. Informar e entreter, dizendo genericamente, passam a ser a ilusão que fundamenta a subjetividade dos sistemas de informação e comunicação.

Dito isso, vemos a produção de determinados enunciados em revistas brasileiras, para as quais há uma relação sintomática entre palavra e objeto²⁴, entre notícia e fato. Na verdade, para nós, há aí a irrupção de um “acontecimento”, de um real que irrompe na materialidade enunciativa proporcionado por condições e regras que são de ordem sócio-histórica. O acontecimento, assim dizendo, é aquilo que reúne, na materialidade do enunciado, o real da língua e o da história, atualidade e memória (PÊCHEUX, 1990, p. 17). Numa simples, mas

²⁴ Michel Foucault, em *As palavras e as coisas*, já desfaz esta evidência do sentido: de que os objetos preexistem à linguagem. Pelo contrário, os objetos só nos são acessíveis porque adquiriram visibilidade nos regimes de enunciação, isto é, nos discursos sobre eles. Portanto, o discurso é que lhes garante visibilidade.

importante palavra: “monumento”, tal como concebeu Foucault, quando des(a)locou do documento o seu caráter estritamente doutrinário, admitindo sua constituição a partir de um conjunto regular de discursividades e de histórias singulares descontínuas.

A título de ilustração, os enunciados aos quais fazemos menção chegam até nós dizendo, “Não combater o crime com energia e senso de urgência é, também, uma forma de crime” (*Época*, 22 mai. 2006); “O mundo criminoso do PCC é eclético. O narcotráfico, porém, é o seu negócio mais lucrativo [...] O elo entre o PCC e as diversas quadrilhas de traficantes é o mercado” (*Caros Amigos*, mai. 2006); “A mitificação de criminosos, processo freqüente, é ainda mais compreensível num caso em que o bandido em questão acaba de levar às cordas os que deveriam combatê-lo” (*Veja*, 24 mai. 2006); e mais atualmente, dicas para solucionar esse “problema”: “Promover o isolamento real da cúpula do PCC, mantendo seus líderes em prisões de segurança máxima, restringindo ainda mais o número de visitas que recebem e acompanhando conversas com parentes de advogados, como ocorre nas prisões de segurança máxima americanas” (*Veja*, 10 jan. 2007).

Esses enunciados dão-nos mostra das formações discursivas que estão sendo acionadas no acontecimento da escrita midiática em revista: segurança x criminalidade associada ao tráfico; benefícios legais x punição decorrente da periculosidade do transgressor. Trabalhar sobre essa materialidade da língua em que se desvela o discurso servir-nos-á, portanto, para compreender as representações e as discursividades que estão associadas ao PCC e que o identificam no social e, por sua vez, geram também a identidade das revistas.

É especialmente em *A Arqueologia do saber* (1969/2004) que o historiador do presente nos apresenta um método de análise, em que a preocupação com o enunciado, sua formação, aparição no lugar em que poderia surgir outro, ou seu apagamento, sustentam a constituição do método arqueológico.

Em *A Arqueologia*, Foucault está construindo um dispositivo de descrição de enunciados e seu livro constrói-se na técnica do diálogo, ou seja, em todo momento seu interlocutor faz parte da obra. O autor apresenta respostas a ele por vazios ou questionamentos de obras anteriores. Sua conversa dirige-se, mais especificamente, aos althusserianos e ela se pauta na relação entre estrutura e história. Foucault, portanto, vai questionar a primazia da história, concebida até então como uma continuidade inabalável, um encadeamento feliz de sucessões factuais que, muitas vezes, reduz os fatos a uma generalização e não contempla os acontecimentos em sua singularidade e especificidade. O ponto nodal de sua crítica, por conseguinte, constrói-se com a arqueologia, um estudo que visa compreender o sentido a partir da contemplação do acontecimento, investigando as condições que permitiram o

surgimento de enunciados, textos e discursos.

Tendo o método apresentado por Foucault a função de ater-se ao arquivo, à maneira como ininterruptamente os discursos acumulam-se e constituem monumentos dotados de uma história particular dentro de um panorama abrangente de discursos, tomamos como imprescindível a sua opção pelo enunciado como entrada aos discursos, e, sobretudo, como uma possibilidade de relacioná-lo ao estudo das formações discursivas.

De acordo com o filósofo, a descontinuidade do discurso, isto é, o caráter de ele não permanecer o mesmo, de estar atravessado por outros na heterogeneidade que envolve as práticas sociais, de dispersar-se para outras direções, só pode ser entendida no efeito singular de seu acontecimento, tendo mais a ver com a sua aparição sob a forma de enunciado (um “grão” do tecido, um “átomo” do discurso), e descrevê-lo consistirá na possibilidade de se estabelecerem relações entre as formações discursivas e o arquivo (FOUCAULT, 2004, p. 90).

O enunciado

(...) para todas as análises (...) ele nunca passa de um suporte ou substância accidental: na análise lógica, é o que “resta” quando se extrai e define a estrutura de proposição; para a análise gramatical, é a série de elementos lingüísticos na qual se pode reconhecer, ou não, a forma de uma frase; para a análise dos atos de linguagem, aparece como o corpo visível no qual eles se manifestam. Em relação a todas essas abordagens descritivas, desempenha o papel de um elemento residual, puro e simples de fato, de material não pertinente (FOUCAULT, 2004, p. 95).

Foucault é muito cético quanto à possível relação do enunciado com a língua. A seu ver, a língua possui outra natureza que não é a mesma que se pode atribuir ao enunciado, de modo que “eles não estão no mesmo nível de existência”, pois a língua apresenta-se como uma “possibilidade material”²⁵, e, quando dizemos “possibilidade”, estamos dizendo que o enunciado não necessariamente precisa estar vinculado ao signo lingüístico para existir. Apesar de ser composto de signos, o enunciado não existe do mesmo modo que a língua; e apesar de ser dotado de uma determinada materialidade, o enunciado não é posto à percepção como quaisquer objetos. Ele exprime uma “função”:

Em seu modo de ser singular (nem inteiramente lingüístico, nem exclusivamente material) o enunciado é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de

²⁵ Sobre isso Foucault sugere o exemplo de uma máquina de escrever. O modo no qual as letras ali se organizam não constitui propriamente um enunciado, e assim se deve comparar esse exemplo com a língua. Mas, acrescenta, “(...) basta, então, que os signos de uma língua constituam um enunciado, uma vez que foram produzidos (articulados, delineados, traçados) de um modo ou de outro, uma vez que apareceram em um momento do tempo e em um ponto do espaço” (FOUCAULT, 2004, p. 96).

linguagem.²⁶ [...] ele não é um si mesmo, uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. (FOUCAULT, 2004, p. 98-9).

O que torna uma frase, uma proposição ou um ato de linguagem um enunciado é justamente o fato de que ele desempenha uma função enunciativa, sendo essa produzida por um sujeito, em um lugar institucional, sob regras e condições específicas de existência.

O sujeito entendido por Foucault, o qual faz intervir aquela função enunciativa, não corresponde ao que prescrevem as gramáticas, reduzido exclusivamente aos elementos da língua. O sujeito é uma função que não depende de elementos gramaticais para existir, embora a existência do enunciado dependa de uma “instância produtora” (GREGOLIN, 2004a, p. 27), um autor que não é idêntico ao sujeito do enunciado, pois a função de sujeito implica que, de um enunciado a outro, essa posição seja ocupada e exercida por outros e diferentes sujeitos, já que “um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos” (FOUCAULT, 2004, p. 107).

Além de poder estar associado a signos e a uma posição de sujeito, o enunciado, conforme Foucault (2004), pertence a um “domínio de memória” que permite associar passado e futuro por meio de um conjunto de formulações no qual o enunciado se inscreve e com o qual poderá ser suprimido ou deliberado, conservado e oferecido a discursos futuros como objeto. Ele possui, portanto, uma “existência material repetível”, sendo atualizado e repetido por instituições, o que, de fato, configura a sua entrada em redes de contestações ou lutas, em torno das quais ele pode ocasionalmente transformar e modificar-se, visto que se integra em estratégias que relativizam sua identidade.

A propósito disso, a partir da ótica dos estudos bakhtinianos, Miotello (2006) afirma que a estrutura enunciativa é uma estrutura social, sempre. De fato, entendemos que isso se deve ao fato de que a existência do enunciado, como a estrutura social, decorre do “enfrentamento permanente” com a história, a possibilidade, no devir, da mudança, da transformação.

Mas a importância de Foucault ainda vai se implantar com sua reflexão acerca do que seria o discurso. Importa considerar que, se os enunciados dispersos e fragmentados num domínio de memória constituírem uma regularidade ao tratar de um mesmo objeto, ou se,

²⁶ Apesar disso, o domínio da frase (gramatical) e o domínio da proposição (lógica) constituem domínios de possibilidade, já que “o enunciado faz de um sintagma, ou de uma série de símbolos [aqui o seu caráter semiológico], uma frase a que se pode, ou não, atribuir um sentido, uma proposição que pode receber ou não um valor de verdade” (FOUCAULT, 2004, p. 103).

entre eles, se puder observar um semelhante sistema de dispersão, ou ainda, identificar e definir uma regularidade quanto aos objetos, conceitos, modalidades enunciativas, escolhas temáticas, estar-se-á diante de uma formação discursiva. Para o filósofo

todo este jogo de relações constitui um princípio de determinação que admite ou exclui, no interior de um discurso dado, um certo número de enunciados [...]; uma formação discursiva não ocupa todo o volume possível que lhe abrem de direito os sistemas de formação de seus objetos, de suas enunciações, de seus conceitos; é essencialmente lacunar e isto pelo sistema de formação de suas escolhas estratégicas. Daí que, retomada, colocada e interpretada em uma nova constelação, uma formação discursiva pode fazer aparecer novas possibilidades (FOUCAULT, 2004, p. 83).

Para o estudioso, a existência do enunciado está associada à formação discursiva, posto que “não há enunciado que suponha outros (...) em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de séries e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis” (FOUCAULT, 2004, p. 112). A formação discursiva constitui um domínio superior ao do enunciado, mas inferior ao do arquivo. Mesmo quando o espaço momentaneamente indivisível de uma formação discursiva é atravessado por uma heterogeneidade que a faz funcionar de forma regular, é nessa forma cindida de surgimento que consiste a irrupção do discurso. Ele (o discurso) deve, assim, ser definido mais que “simplesmente” como aquilo que se “pode” e “deve” dizer, mas, conforme argumenta Fonseca-Silva (2007, p. 21-2), como a “lei” e o “regulamento” do dizer; o sistema geral que rege o aparecimento dos acontecimentos singulares; como aquilo que faz que sejam agrupadas, em figuras distintas, as coisas ditas, e que elas se sobreponham em múltiplas relações ou rarefaçam-se segundo regularidades próprias, “como aquilo que define o modo de atualidade do enunciado”.²⁷

Mesmo admitindo, como Foucault, que não se há necessidade de remeter a formação discursiva a um domínio de “ciência”, “ideologia”, “teoria”, “domínio de objetividade”, quando ele remete às “regras de formação”, ou seja, às condições nas quais os elementos que possuem um sistema regular de dispersão, já se está concebendo as ciências e as ideologias como “positividades”. Sendo as positividades equivalentes a aquilo que, por direito reconhecido e legitimado, estão sob assunção absoluta de verdade numa determinada *episteme* espaço-temporal, elas funcionam como unidades discursivas que determinam as condições nas quais um acontecimento vem a irromper e tornar-se atual.

Por isso, Foucault admite a “contradição” como um princípio de condição de existência do discurso:

²⁷ A esse respeito, consultar o próximo item, intitulado *Práticas discursivas e poder*, na página seguinte.

É a partir dela que ele emerge; é ao mesmo tempo para traduzi-la e superá-la que ele se põe a falar; é para fugir dela, enquanto ela renasce sem cessar através dele, que ele continua e recomeça indefinidamente, é por ela estar sempre aquém dele e por ele jamais poder contorná-la inteiramente que ele muda, se metamorfoseia, escapa de si mesmo em sua própria continuidade. A contradição funciona, então, ao longo do discurso, como o princípio de sua historicidade (FOUCAULT, 2004, p. 170).

Por conseguinte, se a contradição é inerente ao funcionamento discursivo, uma ameaça que ele mesmo tenta contornar na defasagem entre consciência e inconsciência, pensamento e texto, o dever da análise evidentemente consistirá na elisão dessa contradição: mostrar-lhe sua corporificação no jogo que aqueles desempenham, “emprestar-lhes uma fugidia aparência” (FOUCAULT, 2004, p. 170-1).

Devemos reconhecer finalmente que, uma vez dotado de uma “fugidia aparência”, o discurso pode levar-nos ao seu próprio “movimento”. Uma trajetória fantasmática que se obtém, evidentemente, na tentativa de absorver uma “totalidade” que, no fim, se mostra inconclusa, pois a contradição define o discurso em sua incompletude, em sua necessidade de sempre preencher esse “diálogo inconcluso”. (cf. MIOTELLO, 2006, p. 178).

A contradição, então, enquanto elemento vital da existência do discurso, que marca a existência e potencialidade do outro a vir inscrever-se na continuidade do discurso, provocando a sua própria dispersão, não tem nada de incompatível, assim pensamos, com o modo como Pêcheux articulou para poder compreender a possibilidade de o enunciado tornar-se outro diferente de si mesmo (PÊCHEUX, 1990, p. 53). Acrescentaríamos, sobretudo, o fato de que, se o discurso está no ponto em que não se pode definir precisamente a sua relação com o passado e com o futuro, constituindo-se na matéria em que se pode determinar a “dispersão” do sujeito e dos próprios discursos que se conjugam para um propósito (admitir-lhes o próprio poder de existir), restar-nos-ia observar a contradição discursiva não só no sentido da luta e desigualdade de classes²⁸, mas também como constitutiva, como a presença não evidente do interdiscurso.

3.1.2 Práticas discursivas e poder

É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos.

²⁸ É justamente no terceiro capítulo de *Semântica e discurso* (1988) que se pode notar esse efeito, quando Pêcheux associa a contradição às condições ideológicas da reprodução e transformação das relações de produção. Conforme palavras dele, “ao falar de ‘reprodução/transformação’, estamos designando o caráter intrinsecamente contraditório de *todo modo de produção que se baseia numa divisão de classes, isto é, cujo ‘princípio’ é a luta de classes*” (PÊCHEUX, 1988, p. 144; grifos do autor).

Michel Foucault. *A ordem do discurso*.

O discurso como prática de linguagem que envolve a relação entre sujeitos históricos e constituídos pelas ciências (modos de objetivação²⁹) não pode ser dissociado da exterioridade que lhe oferece as condições nas quais a linguagem acontece.

A “prática”, na definição de Foucault (2004, p. 55), não consiste em tratar os discursos como conjuntos ou representações, mas como se “os discursos são feitos de signos; (...) o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas [essa é a tese dele desde *As palavras e as coisas*, 1966]. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”. Ainda de acordo com o autor, falar é fazer algo que difere simplesmente de exprimir um pensamento, de pôr a língua e suas estruturas em funcionamento; é mostrar a difícil tarefa de que somar um enunciado a outros preexistentes acontece sob determinadas condições e comporta regras (FOUCAULT, 2004, p. 237).

As práticas, ensina Araújo (2001, p. 42), relacionam diferentes ordens, como instituições, técnicas, grupos sociais, discursos diversos, em que “a escolha de um tema não provém de uma visão de um dado sujeito, assim como os conceitos não provêm de idéias, e sim dos elementos que uma dada formação discursiva provoca”:

Ele [o discurso] aparece como um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparição, mas também suas condições de aparição e de realização; um bem que põe, por conseguinte, a partir de sua existência (e não simplesmente por suas ‘aplicações práticas’) a questão do poder; um bem que é, por natureza, objeto de uma luta, e de uma luta política (FOUCAULT, 2004, p. 158).

Embora não fosse ainda a tônica de Foucault estabelecer contatos entre as práticas que deram alicerce aos saberes modernos com o poder, essa será sua abordagem a partir de *A ordem do discurso* (1971/2005). Para descrever essa ordem que permite gerir a produção do discurso, Foucault observa que a sociedade, como uma construção sócio-histórica, não está dissociada das práticas discursivas que a atravessam, possíveis em virtude da formação discursiva e da *episteme*.

Desse modo, ele admite que, em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada, redistribuída por certo número de procedimentos

²⁹ Os modos de objetivação, em consonância com Revel (2005, p.82), caracterizam o modo como os seres humanos se transformam em sujeitos pelo poder investido nas práticas de objetivação exercidas pelas ciências modernas.

que têm a função de evitar seus poderes e perigos. São esses procedimentos que certificam, dentro de uma formação discursiva, conforme princípios identificatórios e condições de possibilidade, aquilo que deve ser entendido como verdadeiro e aquilo que deve necessariamente ser rejeitado, excluído de uma formação discursiva.

Internos aos discursos, regulando a sua fugidia aparência, Foucault (2005, p. 7) declara que o “comentário” como princípio de deslocamento³⁰ nivela a existência deles, apontando diferenças, as quais se percebem nos discursos corriqueiros e nos discursos que estão na origem de um certo número de atos novos de fala, discursos que se mantêm pela retomada e transformação às quais são suscetíveis e permanecem na sociedade por serem efeito de atualização. Outro procedimento de limitação interno ao discurso é o “autor”. O autor, como princípio de rarefação³¹, tem a função de agrupar o discurso como unidade e origem das significações. Atribui-se à figura do autor a responsabilidade da unidade do texto, do sentido que o atravessa, que passa a significar junto a sua vida individual. A “disciplina” como terceiro procedimento, por sua vez, está em oposição ao comentário e ao autor, porque ela se constitui de um domínio de objetos (pensa-se aí em métodos, *corpus*, proposições verdadeiras, enfim, uma espécie de sistema autônomo) cujo sentido é indiferente quanto a quem os possa vir articular.

Segundo Foucault (2005, p. 36), apesar da insistência com que cotidianamente se vê nesses procedimentos a capacidade multiplicativa dos discursos, eles são fundamentalmente coercitivos:

Tem-se o hábito de ver na fecundidade de um autor, na multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina como que recursos infinitos para a criação dos discursos. Pode ser, mas não deixam de ser princípios de coerção; e é provável que não se possa explicar seu papel positivo e multiplicador, se não se levar em consideração sua função restritiva e coercitiva.

Esses procedimentos internos não são, contudo, os únicos ou suficientes para controlar, de dentro, a produção discursiva. Foucault considera que ainda existam procedimentos externos que podem ser definidos a partir de princípios como a interdição, a segregação e a vontade de verdade. A tese conforme a qual Foucault (2005, p. 9) acredita na

³⁰ O princípio de deslocamento, aqui circunscrito, pode ser entendido como o fato de o discurso ser descontínuo a si mesmo, ou seja, de ele jamais ser completo em si, de modo que ele sempre se (des)-localiza de seu ponto inicial, cruzando com outros discursos, complementando-se neles ou excluindo-os.

³¹ Por esse princípio, entendemos o efeito limitador e restritivo da função autor. Enquanto entidade de agrupamento discursivo, o recorte e rarefação fazem parte da constituição de sua atuação no/com o discurso, articulando-o de modo a fornecer consistência, coerência e organização ao dizer.

existência da interdição discursiva se deve, de fato, a que, em nossa sociedade, algumas palavras sejam “proibidas” porque “não se tem o direito de dizer tudo, (...) não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, (...) qualquer um não pode falar qualquer coisa”. Além disso, a “censura” é uma forma de interdição que funciona sobre o discurso, impondo três leis de pressurização:

do que é interdito não se deve falar até ser anulado no real; o que é inexistente não tem direito à manifestação nenhuma, mesmo na ordem da palavra que enuncia sua inexistência; e o que deve ser calado encontra-se banido do real como interdito por excelência (FOUCAULT, 1993, p. 82).

Outra interdição tem relação com a segregação, cujo funcionamento atravessa as formações discursivas, selecionando, classificando, habitando ou excluindo os enunciados. Essa valoração dos enunciados provoca, conseqüentemente, a exclusão de determinados discursos, que, por serem divergentes ou estarem acima daquilo que se imagina como normal, sofrem separação e não merecem escuta. Desse modo, a ordem do discurso, e nesse sentido, do discurso verdadeiro, pauta-se no afastamento da palavra, mesmo se investida de razão.

Finalmente, a “vontade de verdade” como princípio de regulamentação discursiva, é considerado o principal por Foucault, pois ele retoma os anteriores para, ao mesmo tempo e por sua própria conta, fundamentá-los e modificá-los. Essa verdade da qual ele disserta e que ele mesmo, a respeito do seu projeto teórico, vai batizar posteriormente de história da verdade (cf. REVEL, 2005, p. 87) define a forma geral segundo a qual nossa vontade de saber se materializa, tendo em vista o papel exercido pelas instituições, os objetos a conhecer, os métodos que permitem validar o conhecimento, além das funções e posições do sujeito de conhecimento em relação aos investimentos materiais, técnicos e instrumentais que admoestam o modo como o saber se aplica na sociedade.

Em *Microfísica do poder*, livro que reúne uma série de artigos e/ou entrevistas do teórico a respeito de suas pesquisas em torno de objetos “marginalizados” pela sociedade, Foucault fala do poder e de como ele está associado umbilicalmente à verdade. Segundo Foucault (1979, p. 10-1),

a verdade não existe fora do poder ou sem poder (...). A verdade é deste mundo; (...). Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Ainda para esse autor, a verdade em nossa sociedade está submetida à economia política, responsável por cinco características históricas que a formam:

- 1) as instituições e os discursos científicos produzidos nelas determinam a “verdade”;
- 2) a verdade está submetida à governamentalidade, logo, está associada à necessidade de produção econômica e ao poder político;
- 3) “é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas)”;
- 4) sob controle dominante e não exclusivo de alguns grandes aparelhos políticos e econômicos a verdade é produzida e transmitida;
- 5) é objeto de debate político e de confronto social.

3.1.3 *Dialogismo, polifonia, heterogeneidade discursiva e interdiscurso*

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo.

Michel Foucault. *A ordem do discurso*.

Com o intuito de introduzir essa abordagem sobre a heterogeneidade enunciativa, inerente, por seu caráter material, ao discurso, devemos necessariamente, em primeiro lugar, desvincular-nos de uma concepção de sujeito imanentista, abrindo essa discussão para a possibilidade polifônica da linguagem, evocando o trabalho de J. Authier-Revuz (1990), muito próximo das propostas de Pêcheux no que se refere ao inconsciente estruturado como uma linguagem, e, além disso, evocando, não só de passagem, algumas contribuições de Bakhtin (1988). Para fomentar o tipo de heterogeneidade que se imprime no discurso, que se caracteriza pela impossibilidade de apreendê-la por meio de marcas de enunciação, acaloramos essa discussão trazendo as formulações de Orlandi (2001) e Maingueneau (2005). É, ainda, na esteira de Maingueneau (2005a), que explicitamos outras formas de heterogeneidade, as quais se dão pela captação e subversão da enunciação legitimada, como o provérbio ou a ironia. Nossa abordagem sobre gênero discursivo fica, portanto, condicionada à leitura do próximo item deste capítulo.

Atenta à maneira como a heterogeneidade discursiva acontece de forma “marcada”, “explícita” (diríamos, como um furo por meio do qual outros discursos passam a habitar a

formulação), Authier-Revuz (1990, p. 26) critica os postulados pragmáticos que se seduzem pelas *evidências narcísicas* do sujeito e senhor de seu dizer, isso porque “face à pretensão – espontânea ou teoricamente conduzida – do sujeito como fonte autônoma do sentido que comunica através da língua, abordagens teóricas diversas têm mostrado que toda fala é **determinada de fora** da vontade do sujeito e que este ‘é mais falado do que fala’” (grifo da autora).

O dialogismo bakhtiniano, pensando-se, agora, a sua relação com as teorias do discurso, trouxe para o centro dos debates a possibilidade de “diálogo” aberto que se depreende internamente ao discurso, segundo a tese de que “as palavras são dos outros, sempre e inevitavelmente”, “um signo é um fenômeno do mundo exterior” (BAKHTIN, 1988, p. 33). Em consequência disso, as palavras e o signo, assim materializados, perdem seu caráter de neutralidade, pois encontram nesse processo (acontecimento) as condições que permitem a sua realização e, mais que isso, encontram no sujeito a possibilidade de existirem e entrarem na ordem do discurso.

É como alega Authier-Revuz (1990, p. 27; grifos da autora):

o que Bakhtin designa por saturação da linguagem constitui uma teoria da produção do sentido e do discurso: coloca os outros discursos não como ambiente que permite extrair halos conotativos a partir de um nó de sentido, mas como um “centro” **exterior constitutivo**, aquele do **já dito**, com o que se tece, inevitavelmente, a trama mesma do discurso.

O que inviabiliza, de fato, maiores contatos entre propostas de perspectivas dialógicas e “estruturais” na abordagem do discurso é que a noção de sujeito ainda está presa à idéia de indivíduo de intenção, e não sujeito na/pela linguagem. Mas, que não nos sintamos surdos diante do deslocamento que a polifonia trouxe ao estudo do discurso, posto que “sempre sob outras palavras, ‘outras palavras’ são ditas” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28), porque a materialidade fornecida pela língua à linearidade de uma cadeia enunciativa pode fazer escutar a voz não intencional do discurso, pontuando indícios do inconsciente.

A heterogeneidade, de acordo com essa autora, pode ser de duas naturezas: “mostrada”, isto é, quando se puder depreender por meio de marcas explícitas a presença de outro(s) discurso(s) no fio enunciativo³², ou “constitutiva”, quando não se puder observar mediante marcas explícitas aquele(s), de maneira que o(s) discurso(s) somente é (são) recuperável(is) por meio do interdiscurso.

³² A esse respeito, a heterogeneidade mostrada explicita-se através de discurso direto, indireto e indireto livre, assim como pelo uso de aspas, da denegação, de expressões de modalização autonímica.

A possibilidade de atravessar a intradiscursividade para encontrar no corpo, na matéria do discurso, os traços da presença de outros em seu interior, é explicada por Maingueneau (2005, p. 38) da seguinte forma:

O interdiscurso aparecia como um conjunto de relações entre diversos ‘intradiscursos’ compactos. Trata-se, desde então, de subverter essa equivalência entre o exterior do discurso e o interdiscurso, para pensar a presença do interdiscurso no próprio coração do intradiscurso, o que Courtine chama de ‘inconsistência’ de uma formação discursiva, entendida como efeito do interdiscurso enquanto exterior específico de uma formação discursiva no próprio interior dela.

De acordo ainda com esse autor, uma das razões que o levaram a recuperar a gênese de alguns discursos religiosos (jansenista e humanista devoto) se deve ao fato de que “o interdiscurso tem precedência sobre o discurso” e, assim, ele se torna o elemento primordial de análise. Isso evidentemente se expressa de modo diferente quando se toma a postura de que, sem reconhecer sua precedência e valoração em relação ao discurso, o interdiscurso seja concebido como aquilo que permite que as coisas ditas mantenham laços de coerência com a atualidade dos discursos. Por ele se constituir como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentado a cada tomada de palavra” (ORLANDI, 2001, p. 31), fica explicitamente garantido que ele é a base ou suporte sobre o qual operam as tramitações discursivas, nas ligações entre os dizeres já-ditos, os “se dizendo” e os a serem ditos.

A propósito da afirmação de Maingueneau (2005) sobre o caráter de precedência do interdiscurso sobre o discurso, retemos duas interpretações possíveis: “a de que somente um estudo que reconheça o espaço das trocas entre os discursos pode definir a especificidade de um discurso. Outra interpretação possível é a de que o interdiscurso se alinha como espaço de regularidade pertinente para a formação dos discursos” (GUERRA; SOUZA, 2008, p. 2). Assim, “todo discurso, como toda cultura, é finito, na medida em que repousa sobre **partilhas iniciais**, mas essas partilhas não tomariam forma sobre um espaço semântico indiferenciado” (MAINGUENEAU, 2005, p. 21; grifo nosso).

Dentre as formas mais comuns de heterogeneidade no discurso da mídia, podemos citar o argumento de autoridade, que consiste na expressão da palavra alheia sobre determinado assunto ou comportamento, geralmente manifesto entre aspas e seguido das indicações que validam a opinião daquele que enunciou. Outras vezes vem expresso na modalidade de discurso indireto, de modo que a voz do enunciador recobre a enunciação do locutor original, daí o caráter polifônico da linguagem jornalística. A polifonia é o que caracteriza a incrustação de outras vozes possíveis no enunciado, sendo distinguíveis por

marcas lingüísticas e recursos de expressão.

A negação, como índice de heterogeneidade discursiva, constitui um recurso altamente utilizado no texto das mídias. Segundo Maingueneau (1993, p. 84), a negação tem o efeito de configurar um espaço de trocas entre formações discursivas, pela anteposição de um enunciador responsável por outro ponto de vista diferente do apresentado pelo locutor da proposição. Ou seja, trata-se, antes de mais nada, de um diálogo entre o sujeito e um ou mais interdiscursos que formam a memória do objeto discursivo ao qual o texto midiático se refere. No entanto, curiosamente, outras formas de polifonia menos freqüentes, mas causadoras de efeitos de sentido diferentes dos habituais, também estão presentes na linguagem dita objetiva do discurso midiático em revista.

Esses tipos de polifonia menos visíveis (MAINGUENEAU, 2005a) caracterizam o provérbio, o slogan e a ironia. Esses recursos permitem ao enunciador apoiar a sua fala sobre a fala de outrem. De acordo com Maingueneau (2005a, p. 169-170), a enunciação proverbial é polifônica, pois atualiza enunciações anteriores de todos os locutores que um dia fizeram uso dela, bem como, por meio da própria voz do enunciador, recupera-se a voz da “sabedoria popular”, voz à qual se delega a responsabilidade pelo enunciado. “Cabe ao co-enunciador [leitor] identificar o provérbio (...) apoiando-se em propriedades lingüísticas do enunciado e em sua memória”.

A diferença entre provérbio e *slogan* é a de que, enquanto o primeiro pode e deve necessariamente ser interpretado fora de qualquer contexto singular, os *slogans*, em sua maioria, estão submetidos a sua situação de enunciação. Os provérbios são asserções que relatam de forma sintética como as coisas funcionam e não introduzem os responsáveis pela sua formulação, como os slogans. Quando *Veja* (jan., 2007) formula a respeito da punição do sujeito transgressor o seguinte “Com o perdão do clichê, antes tarde do que nunca”, introduzindo uma asserção que, além conter na primeira sentença uma modalização autonímica³³, está indiretamente aludindo ao provérbio que diz “A justiça tarda, mas não falha”, de responsabilidade do imaginário popular, ao ler sua matéria. Assim, isso nos permite concordar com Maingueneau (2005a, p. 171): “o provérbio é uma asserção sobre a maneira como funcionam as coisas, sobre como funciona o mundo, dizendo o que é verdadeiro”.

Como vimos, esses casos são típicos de alusão a outros textos ou gêneros de

³³ A modalização autonímica, segundo Authier-Revuz (1998), caracteriza um tipo de recurso em que a enunciação refere-se ao próprio enunciado, orientando a interpretação, mas ao mesmo tempo conduzindo às *não coincidências do dizer*.

discurso³⁴, cuja essência baseia-se na alusão aos já-ditos que constituem a memória social. A diferença que se impõe agora consiste na idéia de que essa recuperação do provérbio pode dar-se sob duas formas, a saber, da captação e da subversão³⁵. No plano da subversão interessante é notar o papel da ironia na geração de efeitos de sentido, haja vista que “o enunciador subverte a sua própria enunciação” (MAINGUENEAU, 2005a, p. 175). Esse recurso no discurso escrito é perceptível por meio de marcas “reticências”, “palavras enfáticas”, que têm por função autorizar o reconhecimento, por parte do co-enunciador, da “particularidade de desqualificar a si mesma, de se subverter no instante mesmo em que é proferida”.

Para finalizar, acrescenta o autor que, entre o provérbio e a ironia, há uma

entonação característica, a voz de um outro, ao qual se atribui a responsabilidade pelo enunciado. Com relação ao provérbio, porém, “o outro” é uma instância valorizada e reivindicada indiretamente pelo enunciador, enquanto na ironia o outro é desqualificado (MAINGUENEAU, 2005a, p. 175).

3.1.4 Os gêneros discursivos e a revista

Se os gêneros do discurso não existissem e se nós não tivéssemos o seu domínio e se fosse preciso criá-los pela primeira vez em cada processo da fala, se nos fosse preciso construir cada um de nossos enunciados, a troca verbal seria quase impossível.

Mikhail Bakhtin. *Estética da criação verbal*.

Vimos nos itens anteriores que a formação discursiva é inerente a qualquer prática discursiva, seja pelo fato de que se pauta na inscrição do sujeito em uma e não outra formação discursiva, ou ainda pelo fato de que isso corrobora com a interdiscursividade, já que essa “escolha involuntária” acontece desvelando a alteridade pela identificação do sujeito também com esta e não aquela formação discursiva.

O que estamos dispostos a expor agora consiste em dizer que o conceito de gênero discursivo, apesar de não ser o alvo concreto dos estudos do discurso, funciona como princípio regulador e multiplicador do discurso (GREGOLIN, 2003), e isso é necessário evidenciar, haja vista constituir-se em estratégia para a geração de efeitos de sentido.

Por meio de diálogos entre Bakhtin, Pêcheux e Foucault, Gregolin (2003, p. 23) propõe para o gênero as seguintes considerações: “a) há uma ordem do discurso que controla

³⁴ Abordaremos mais profundamente sobre os gêneros de discurso no item a seguir.

³⁵ A captação ocorre quando se retoma ou imita um provérbio sem lhe desvirtuar o sentido, ao contrário do que ocorre na subversão, em que, além de se retomar o provérbio ou o gênero discursivo, ele serve de mote e/ou paródia (MAINGUENEAU, 2005a).

aquilo que se pode e deve dizer, em certo momento histórico; b) há sempre diálogo intertextual entre os enunciados”.

Para Bakhtin (1992), um dos iniciadores modernos desta reflexão, a produção lingüística é rica e diversificada, pois ela é um fato profundamente social, visto que acontece na interação verbal, a qual é condição para a formação de enunciados, determinados tanto pela situação material concreta quanto pelo contexto social mais abrangente. Contudo, segundo o estudioso, existe uma organização, que prescreve “o modo como se deve portar a linguagem para dispô-la numa situação de interação”, em que, assim,

para falar utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma formação padrão e relativamente estável de estruturação de um todo. [...]. Aprendemos a moldar nossa fala às normas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prescrever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações (BAKHTIN, 1992, p. 301-2).

Embora a preocupação com o gênero remonte aos gregos acerca dos textos institucionais e literários (GREGOLIN, 2003, p. 24; BRANDÃO, 2004, p. 96), ele também visitou os estudos discursivos. Sua passagem pelas páginas da AD pode ser lida na formulação de Pêcheux sobre sua definição para formação discursiva, quando ele relaciona que aquilo que se pode e se deve dizer articula-se sob a forma de “uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa”. Seguindo esse raciocínio, poderíamos dizer que o gênero pode ser pensado a partir da formação discursiva que delimita o legítimo a ser enunciado e caracteriza uma identidade enunciativa.

Quando pensamos o gênero a partir do suporte revista, antecipamos as diferentes formas textuais nas quais os enunciados podem estar organizados, seja por meio de entrevistas, reportagens, notícias, ensaios, depoimentos, editoriais, propagandas, charges, colunas. É como admite Mariani (1999, p. 199), ao afirmar que a imprensa funciona *desambigüizando* o mundo, isto é, “a construção das notícias se dá pela formulação de enunciados que organizam os acontecimentos em uma ordem logicamente representável”. Essas formas textuais “logicamente” possíveis estão, no entanto, submetidas, para o bem ou para o mal, à ordem do enunciável e, em decorrência disso, aos grandes monumentos textuais que dão suporte como modelos de leitura e ao mesmo tempo funcionam como uma memória. Essas fórmulas discursivo-textuais funcionam, assim como atesta Foucault (2004, p. 136), como “regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que

definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa”.

Conforme Bakhtin (1992), os gêneros diferenciam-se em primários e secundários. Aqueles também definidos como livres são constituídos na vida cotidiana e mantêm relação com a situação imediata na qual são produzidos, ao passo que esses outros, estandardizados, surgem nas circunstâncias culturais em que a escrita é necessária, de sorte que eles repousam sobre instituições e recuperam aqueles discursos primários.

Exemplos disso que acabamos de expor fornece-nos Brandão (2004, p. 101), ao associar o gênero às marcas lingüísticas mais ou menos fixas que permitem identificá-los: “- era uma vez (abertura de narrativa ficcional); - prezado amigo (abertura de carta); - tome meio quilo de açúcar e adicione... (receita culinária); - alô, quem é? (telefonema)”.

Em nosso caso especial, a revista, o discurso desse suporte de informação não mantém instantaneamente esta estabilidade, embora algumas marcas formais permitam prever o gênero em que o enunciado esteja disposto. Existe, no discurso jornalístico em revista, uma tensão entre os gêneros (FRANCESCHINI, 2004) que não nos garante com total precisão se, de fato, estamos diante de uma notícia ou de uma reportagem, isso sem mencionar o artigo, a coluna, o editorial e a entrevista que, aparentemente, parecem mais estabilizados. Como neste trabalho lidamos com o acontecimento dos gêneros textuais notícia, entrevista, reportagem, artigo e ensaio, diferenciá-los pode dar-nos indicações “materiais” de seus efeitos discursivos.

O artigo constitui uma matéria assinada pelo seu autor. O objetivo desse tipo de texto é analisar uma série de fatos em relação ao contexto político, social, econômico ou comportamental (FRANCESCHINI, 2004, p. 146).

Outro gênero pertinente é a entrevista, salvo a sua desvalorização em face dos outros. A entrevista apresenta-se semelhante ao relato de alguém, orientado, ordenado e selecionado pelo entrevistador (LAGE, 2002, p. 68). Em relação a esse gênero, há uma falsa idéia de que a publicação sob a forma de enquete seja mais fiel aos propósitos da comunicação. Lage (2002) admite que esse tipo de gênero exija um trabalho penoso sobre a linguagem, de modo a, por meio da reelaboração sintática e generalizações, levar a entrevista à agregação de sua forma “noticiosa”, ou seja, “as proposições da entrevista são reordenadas com valor decrescente – ou a redação em se mesclam enunciados e dados históricos ou circunstanciais de outra pode, eventualmente, ser preferível” (LAGE, 2002, p. 68).

Em relação ao gênero *ensaio*, conforme aponta o jornalista Luiz Beltrão (1980), tem uma estrutura muito similar à do artigo, motivo pelo qual os dois gêneros acabam sendo confundidos por muitos. Numa definição minimalista, por exemplo, e conforme salienta o

autor, o ensaio pode ser considerado um artigo longo e o artigo um ensaio curto. Trata-se, indubitavelmente, de um texto dissertativo persuasivo, que se distingue do artigo pelo simples fato de que seus argumentos baseiam-se em provas documentais e não simplesmente no conhecimento e sensibilidade do articulista. Ensaio constitui um texto breve, situado entre o poético e o didático, que expõe idéias, críticas e reflexões morais e filosóficas a respeito de certo tema. Menos formal e mais flexível que o tratado, o ensaio consiste na defesa de um ponto de vista pessoal e subjetivo sobre um tema (humanístico, filosófico, político, social, cultural, moral, comportamental, literário) sem que se paute em documentos ou provas empíricas ou dedutivas de caráter científico. Para muitos estudiosos, o ensaio assume ainda a forma livre e assistemática sem um estilo definido

Contudo, elucida-nos Franceschini (2004) que os gêneros de informação, ou seja, a notícia e a reportagem, favorecem a formação da opinião do leitor, seja pelo fato de que, excluindo-se estes, os demais gêneros geralmente não estão associados ao tema de manchete da primeira página, seja também pela razão de que não atraem a atenção dos leitores. “O que vende (...) é a novidade anunciada pela notícia, é a revelação feita pela reportagem” (FRANCESCHINI, 2004, p. 147). Concentremo-nos, então, em suas diferenças.

A notícia refere-se sempre a um ou uma série de fatos novos, principiando pelo aspecto mais relevante; por isso, ela é considerada o gênero mais banal dentre os textos jornalísticos. (LAGE, 2002, p. 58). Na ótica desse estudioso, a notícia constrói-se por meio de um parágrafo tópico³⁶, no qual se expõem as circunstâncias (de tempo, lugar, causa, modo, instrumento, finalidade) que giram em torno da função verbal.

Assim, de modo geral, a notícia diferencia-se dos demais gêneros não em decorrência de seu conteúdo ou da natureza da informação, mas pela estrutura. (LAGE, 1999). Ela se organiza a partir do dado mais importante ao de menos importância ou valor. Há uma regularidade estético-discursiva que se observa tanto em relação ao tema (a importância do fato), quanto aos recursos lingüísticos pelo uso de terceira pessoa (a objetividade), os verbos no pretérito perfeito e a ausência de adjetivos desnecessários.

Lage (2002, p. 65) diferencia notícia de reportagem, dizendo que a notícia “trata de um fato novo”, ao passo que a reportagem, devido a sua densidade, refere-se a “um assunto, suscitado ou não por fato novo [...]”. Frequentemente, ela se associa ou complementa a notícia”. Assim entendida, a reportagem configura, em termos foucaultianos, o comentário que segue o acontecimento das primeiras notícias em relação a um “fato novo”.

³⁶ O parágrafo que introduz a notícia também recebe o nome de *lead*. O *lead* resume em toda a sua extensão o que, posteriormente, se desenvolve no corpo da notícia.

3.2 Representação social e imaginário: as identidades ‘en jeu’

[...] somos diferença, que nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras.

Michel Foucault. *Arqueologia do saber*

Embora o assunto da representação social seja objeto quase exclusivo da Psicologia Social (MOSCOVICI, 2001), cremos que esse tema pode interessar-nos uma vez que lidamos com a comunicação social, com a mídia e sua relação com a esfera pública.

Cabe mencionar que essa forma de conceber a formação de uma inteligência única, representável em condições mais amplas que individuais somente tem seu fundamento na teoria das representações coletivas de Durkheim. Moscovici (2001) retoma o percurso epistemológico dessa ciência para poder, pensar do ponto de vista social, como as representações incorporam-se nos indivíduos a partir da vida social desde o nascimento, passando pela adolescência, até o mundo adulto.

Não queremos, contudo, desconsiderar os nossos pressupostos teóricos ao trazer o conceito de representações sociais para este trabalho, mas pensar que “a revolução provocada pelos meios de comunicação de massa e a difusão dos saberes científicos e técnicos”, como um fato sócio-cultural e, sobretudo, de natureza estritamente discursiva, “transformam os modos de pensamento e criam conteúdos novos” (MOSCOVICI, 2001, p. 61).

Assim, o que está em jogo no processo das representações que estamos propondo é que elas acontecem mediante interação e troca simbólica, ou seja, circulam na sociedade sob a forma de discurso. Moscovici (2001, p. 63; grifos nossos) define as representações como uma atividade em que “representando-se uma coisa ou uma noção, não produzimos unicamente nossas próprias idéias e imagens: criamos e transmitimos um produto **progressivamente** elaborado em inúmeros **lugares, segundo regras** variadas”. Nada mais, nada menos, isso é o que se entende por discurso, com apenas a ressalva de que, se as representações são construídas progressivamente, elas são um processo e, além disso, determinadas pelas instituições que as reproduzem em seus discursos.

O discurso, enquanto instância de produção de sentidos que funciona também pela representação e, sobretudo, pelo imaginário, não se desvincula do lugar a partir do qual ele é posto a funcionar e tampouco do grupo em específico ao qual se dirige, pensando-se, claro, no caso da mídia ou especificamente da revista.

Pêcheux, em sua *Análise Automática do Discurso* (1969), desenvolve um estudo sobre

as antecipações discursivas, tendo em vista o jogo de imagens entre locutor e interlocutor, uma vez que a prática discursiva funciona sob a “regra da representação” que ambos atribuem a si no processo discursivo. Assim escreve o intelectual: “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um de “si” e ao “outro”, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997, p. 82).

Assim, a substância das formações imaginárias se constitui em relação à condição pré-discursiva do discurso (PÊCHEUX, 1997, p. 85), ou seja, um ou mais sentidos que se historicizam e que constituem o “já-dito” e “já-ouvido” e se ressignificam na atualidade do acontecimento que põe em situação imediata os interlocutores. Dessa maneira, pode-se dizer que a representação, como mecanismo antecipado pelo imaginário dos sujeitos, é algo histórico, que tem seu valor e seu lugar na história social. O modo como os sujeitos se representam e, melhor, representam o outro constitui-se em matéria acessível pela língua, a condição de possibilidade do discurso. Se bem que devemos considerar que, nesse jogo das representações, aquilo com que o sujeito identifica-se ou estranha-se mostra como se constitui a sua própria identidade, num processo em que o Outro também é parte integrante do sujeito (CORACINI, 2003).

A alteridade como elemento simbólico e de sentido que desvela a presença do Outro, do inconsciente, também é a falha e o rompimento do sujeito com a continuidade de si mesmo (FOUCAULT, 2004). No jogo das identidades, atuam, portanto, as representações como processo de identificação do outro com aquilo que pode ou não corresponder às expectativas do sujeito que enuncia. Disso resulta a posição deste em relação ao outro, o seu referente, bem como as imagens que o sujeito faz de seu interlocutor, possivelmente, no caso desta pesquisa, do leitor da revista, com quem espera identificar-se para que os enunciados atinjam seu “regime de verdade”.

Estudos que dizem respeito às questões identitárias ainda estão em curso e o que se nota de comum nessas pesquisas é a consciência de uma pluralidade identitária. Falar de identidades, portanto, vai requerer que se fale em identidades, em instâncias, lugares de sentido que se deslocam no próprio devir do discurso.

No entanto, trataremos das identidades como construções ideológicas e de poder, pois elas são geradas no âmbito de uma instituição de notícia (a mídia). Desse modo, as identidades são também construções lingüísticas (SILVA, 2006, p.76) que permeiam o processo de escrita do texto jornalístico. E trabalhamos justamente sobre a ilusão referencial que consiste em pensar que a linguagem representa com fidelidade o mundo e o outro

(PÊCHEUX, 1983).

No que tange propriamente ao estudo das identidades, Moita Lopes (2002), embora fale pelo viés de um estudo etnográfico da sala de aula e da Linguística Aplicada, contribui para o debate, posto que concebe a identidade como uma questão cultural, pela qual perpassam a globalização e as novas tecnologias, que colocam o homem diante de múltiplas identidades. Constituem a identidade, segundo ele, fatores como classe social, gênero, sexualidade, idade.

Do ponto de vista de Grigolletto (2006), as identidades são construções sociais e culturais, opostas à concepção subjetiva e individual, haja vista que elas se determinam exclusivamente na alteridade. Para a autora, o mundo pós-moderno é um mundo de mudanças constantes, em que as certezas são abaladas, a todo momento, pela desconstrução de verdades e de discursos, provocando identidades fragmentadas, ou seja, modos fixos de representação deixam de existir.

A posição da autora a partir dos Estudos Culturais e discursivos é a de que a identidade pode ser analisada por três operações construídas no discurso. Trata-se da lógica agonística, da subjetividade inventada e do inajustamento da identidade. A primeira lógica, e para nós a que melhor se enquadra neste estudo, concerne ao sistema de oposições e tensões em que “as identidades culturais e políticas são construídas por um processo de alteridade em que as categorias de consenso e fusão não têm lugar” (GRIGOLLETO, 2006, p.16). Ou seja, de uma forma ou de outra, o poder permeia as relações entre interlocutores situados no fio discursivo, produzindo “eus” a partir de “outros”. A estratégia midiática na construção do outro (o PCC), define-lhe como instituição de poder e de saber, posto que a regra que lhe autoriza identificar grupos minoritários é um contrato social pré-estabelecido no momento da escritura do texto jornalístico (CHARAUDEAU, 2006, p. 76), uma vez que não se escreve para si, mas para o outro.

A questão da identidade para a maioria dos autores passa pela instância do sujeito. Hall (2004), por sua vez, afirma que as identidades não estão mais estabilizadas, visto que a concepção de sujeito que prepondera hoje difere, por exemplo, de um sujeito do Iluminismo e da Sociologia. Lida-se, hoje, com uma concepção de sujeito pós-moderno, ou seja, um sujeito “no processo de fazer”. Assim, o que há são posições de sujeito, mobilidades, deslizos, falhas na unicidade, equívocos de objetivação da subjetividade.

Seu argumento é o de que, na modernidade tardia, as sociedades “são caracterizadas pela ‘diferença’; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma

variedade de diferentes ‘posições de sujeito’ – isto é, identidades (...)” (HALL, 2004, p. 17).

Hall (2006, p. 109) orienta-nos para o fato de que é porque as identidades são construídas dentro do discurso que precisamos compreendê-las como produzidas em lugares históricos ou institucionais específicos e estar atentos para as formações e práticas discursivas nas quais se constroem. Isso porque as identidades são construídas no fulcro da diferença. “Toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta” – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado” (HALL, 2006, p. 110). A posição dos Estudos Culturais conta também com as contribuições de Silva (2006, p. 79) para o debate acerca da identidade e da diferença: ele acredita na impossibilidade de tratar da identidade sem tocar na diferença, pois a identidade somente se constitui na relação da “mesmidade” com a “outridade”. Dessa forma, as identidades nunca estão acabadas de completo, mas estão no processo, em transformação constante.

Em suas reflexões filosóficas, Nietzsche (2002, p. 4) pensa o homem moderno como um tipo de homem descrente e incerto:

Quem mais a [felicidade] descobriu? – O homem moderno? – “Eu não conheço nem a saída nem a entrada; sou tudo aquilo que não sabe nem sair nem entrar” – assim suspira o homem moderno... Esse é o tipo de modernidade que nos adoeceu – a paz indolente, o compromisso covarde, toda a virtuosa sujidade do moderno Sim e Não.

O homem é essa contradição natural. Sim e Não simultaneamente. Uma identidade indeterminada, na qual se disseminam posições diversificadas.

A esse respeito, para finalizar, diz-nos Miotello (2006, p. 177) que os trabalhos de Bakhtin permitem vislumbrar essa constituição polifônica da subjetividade contemporânea, uma vez que este estudioso traz para o cerne da filosofia da linguagem a presença constitutiva de vozes no discurso, que podem ou não instaurar relações de identidade e/ou alteridade no quadro da utilização de signos criados e organizados no curso das organizações sociais.

3.3 Mídia, práticas de subjetivação e controle

Quanto mais o homem é detentor de poder ou de privilégio, tanto mais é marcado como indivíduo, por rituais, discursos, ou representações plásticas.

Michel Foucault. *Vigiar e punir*.

A sociedade disciplinar descrita por Foucault em *Vigiar e punir* é um tipo de

sociedade na qual o homem é exposto constantemente às táticas para um bom adestramento e controle de sua atividade. Ela se destina a disciplinar, a dizer o que é certo e errado, a repreender as exceções, as anormalidades, enfim, assegurar uma composição coerente do espírito e das ações humanas, tal qual uma ortopedia social. A sociedade disciplinar apresenta recursos para um bom adestramento a vigilância constante e hierarquizada, de modo que se configure visibilidade àqueles sobre quem se aplicam:

O aparelho disciplinar perfeito capacitaria um único olhar tudo ver perfeitamente. Um ponto central seria ao mesmo tempo fonte de luz que iluminasse todas as coisas, e lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido: olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhos convergem (FOUCAULT, 2005a, p. 146).

A disciplina também apresenta como bom recurso a sanção normalizadora, cuja intenção era produzir, no seio de uma determinada disciplina, um pequeno julgamento, qualificação do comportamento, castigo no intuito de reduzir os desvios, distribuindo gratificações e sanções. Nas palavras de Foucault (2005a, p. 151), “a disciplina recompensa unicamente pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares; pune rebaixando e degradando”.

Todas essas táticas e técnicas de objetivação dos sujeitos estão relacionadas à arquitetura panóptica desenvolvida por Jeremy Bentham e amplamente aplaudida por Foucault tanto em *Vigiar e punir*, quanto em *A verdade e as formas jurídicas*.

A inovação arquitetônica de que se fala é justamente aquela em que, no centro de uma construção circular, se localiza uma torre a partir da qual o olhar é capaz de atravessar janelas e corredores, alcançando as salas e celas ao seu redor. Foucault descreve a nossa sociedade como um modelo da arquitetura do panótipo, cujo projeto “permite um tipo de poder do espírito sobre o espírito; uma espécie de instituição que deve valer para escolas, hospitais, prisões, casas de correção, hospitais, fábricas” (FOUCAULT, 2003, p. 87). De acordo com Bentham (2000, p. 17), “ele é aplicável, [...], sem exceção, a todos e quaisquer estabelecimentos nos quais, num espaço não demasiadamente grande para que possa ser controlado ou dirigido a partir de edifícios, queira-se manter sob inspeção certo número de pessoas”.

Para Foucault (2003, p. 87), o panoptismo não está mais na forma de poder do inquirido, mas numa prática diferente, que ele denomina exame. O exame é uma forma de poder na qual se combinam as técnicas hierárquicas da vigilância e da sanção. Ele produz um determinado saber sobre os indivíduos que estão sob visibilidade: “ele manifesta a sujeição

dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam” (FOUCAULT, 2005a, p. 154).

Em *A verdade e as formas jurídicas*, o historiador nos diz que o panoptismo ganhou força a partir da segunda metade do século XVIII, pois antes figurava a sociedade do inquérito, recurso medieval. O inquérito procurava adquirir a verdade por meio do questionamento e, por isso, tratava-se de um poder-saber. A sociedade disciplinar somente se consolidou, segundo Foucault, por intermédio da reforma e a reorganização do sistema judiciário. Dessa maneira, o crime passa a ser entendido não mais da perspectiva de uma falta moral ou religiosa, mas como um dano social e, por conseguinte, o criminoso é compreendido como indivíduo que danifica, perturba a sociedade.

Essa mudança no plano jurídico interfere, por sua vez, na prática da legalidade, pois ela agora tem o dever não só de reparar o mal, mas também de impedir que males semelhantes aconteçam. Assim, a penalidade toma rumos menos concretos, posto que “sua função não é mais punir as infrações dos indivíduos, mas de corrigir suas virtualidades” (FOUCAULT, 2003, p. 86).

Na modernidade, o poder era o produto do conhecimento e da “consciência” da razão, mantidos pelo humanismo fáustico em detrimento da vontade inescrutável de Deus, da alta Idade Média. O “projeto da modernidade” tem, sob o auxílio do humanismo e, consideravelmente, da relação estabelecida entre a razão e o domínio científico da natureza, no cerne de sua evocação, a idéia de um centro, uma organização racional, a partir da qual se decide o controle do mundo natural e social. É justamente aí que se desfia o sentido de Estado moderno:

O Estado é entendido como a esfera em que todos os interesses encontrados na sociedade podem chegar a uma “síntese”, isto é, como o lócus capaz de formular metas coletivas, válidas para todos. Para isso se exige a aplicação estrita de “critérios racionais” que permitam ao Estado canalizar os desejos, os interesses e as emoções dos cidadãos em direção às metas definidas por ele mesmo. Isto significa que o Estado moderno não somente adquire o monopólio da violência, mas que usa dela para “dirigir” racionalmente as atividades dos cidadãos, de acordo com critérios estabelecidos cientificamente de antemão. (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 176).

Arelado à constituição do Estado-Nação moderno encontra-se outro (conceito) figurante: o (de) cidadão, existencialmente possível graças ao desenvolvimento das ciências sociais, cujo propósito era o de ajustar a vida dos homens ao sistema de produção. Diz Castro-Gómez (2005, p. 178) que:

A formação do cidadão como “sujeito de direito” somente é possível dentro do contexto e da escrita disciplinar e, neste caso, dentro do espaço de legalidade definido pela constituição. A função jurídico-política das constituições é, precisamente, inventar a cidadania, ou seja, criar um campo de identidades homogêneas que tornem viável o projeto moderno da governamentalidade.

Atualmente, até se tem ouvido dizer que não estamos mais propriamente na era do poder disciplinar, mas do poder libidinoso. Castro-Gómez descrê de uma sociedade disciplinar na atualidade, pois o processo de globalização acabou com o poder de organização e centralização do Estado-Nação, tal como vigorava na modernidade. Na globalização, para o estudioso, pode-se até falar em uma espécie de governamentalidade sem governo. Falando de uma perspectiva consumista e mercadológica, o argumento do autor procede, uma vez que “o poder libidinoso da contemporaneidade pretende modelar a totalidade da psicologia dos indivíduos, de tal maneira que cada qual possa construir reflexivamente sua própria subjetividade sem necessidade de opor-se ao sistema” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 180). No entanto, como estamos falando de poder, e justamente o poder que envolve sujeitos de luta e resistência, há uma hierarquia historicamente fundada, de modo que se torna inviável concordar plenamente com esse autor. A mídia como sistema de “transmissão de informação” já pressupõe hierarquias, bem como a justiça e a polícia fazem pressupor o malfeitor, o infrator, o transgressor. É nessa ordem discursiva, pois, que ela se encontra.

Prosseguindo com esse pensamento, Deleuze (1990, p. 277) também se não descrê, leva a tese de Foucault ao extremo ao afirmar que não se vive mais numa sociedade disciplinar, mas do controle. Realmente devemos nos apartar da idéia de que a coerção somente acontece no interior das instituições ou mediante disciplinas de saber; o controle, segundo o filósofo, é transcendente às instituições. Na pós-modernidade, a incorporação de regras de conduta, fundamentadas ainda pela moral dos velhos tempos, conduz a esse novo paradigma da disciplina. Esse poder está inscrito na sociedade e ele se exerce por meio das máquinas que organizam o cérebro e o corpo, o que denota que eles estão cada vez mais internalizados pelos sujeitos (GREGOLIN, 2007, p. 51).

Isso se deve, assim se pode afirmar, ao caráter democrático em que se desenvolvem as sociedades atuais, como aponta, por meio da subjetividade ondulatória, Deleuze (1996, p. 282):

hemos pasado de un animal a otro, del topo a la serpiente, tanto en el régimen en el que vivimos como en nuestra manera de vivir y en nuestras relaciones con los demás. El hombre de la disciplina era un productor discontinuo de energía, pero el

hombre del control es más bien ondulatorio, permanece en órbita, suspendido sobre una onda continua. El *surf* desplaza em todo lugar a los antiguos *deportes*.³⁷

Isso que o autor está dizendo talvez tenha relação com a nossa forma de conceber o sujeito no contemporâneo: livre mas submetido às regras de responsabilidade impostas pelo caráter jurídico da sociedade capitalista (HAROCHE, 1992). Essa ondulação se faz presente no sujeito como sua condição de existência e no discurso da mídia por meio do jogo mantido entre “liberdade de expressão” e “responsabilidade pelo dizer”. Esses processos simultâneos dão a impressão de que a mídia pode dizer tudo sem, todavia, levar-nos a pensar sobre a responsabilidade como fator de modulação do discurso, de sua interdição. Há, com isso, um controle interno, mas que transborda, pois seus efeitos são discursivos e têm relação com o histórico e social.

Contudo, essa democracia não esfacela o fato de que o que se está em jogo é o controle e, por conseguinte, “esse novo paradigma de poder tem natureza ‘biopolítica’, isto é, o que está em jogo, no poder, é a produção e a reprodução da vida”, a liberdade e a eliminação da vida no encarceramento, “na ideologia do bem-estar social” (GREGOLIN, 2003, p. 51).

³⁷ Tradução do autor: “Temos passado de um animal a outro, do topo à serpente, tanto no regime no qual vivíamos como na nossa maneira de viver e em nossas relações com os demais. O homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle é bem mais *ondulatório*, permanece em órbita, suspendido sobre uma onda contínua. O *surf* desloca-se de todos os lugares em direção dos velhos *esportes*”.

CAPÍTULO IV - O FOGO CRUZA(N)DO (N)AS PÁGINAS DAS REVISTAS

Meu papel – e este é um termo por demais pomposo – consiste em mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam; que elas tomam por verdade, por evidência alguns temas que foram fabricados em um momento particular da história; e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída. Mudar algo no espírito das pessoas: esse é o papel de um intelectual.

Michel Foucault. *Verité, pouvoir et soi.*

O acontecimento do PCC nas páginas das revistas brasileiras muitas vezes foi declarado como *terror*, um terror que nos coloca em situação de entendê-lo pelo viés discursivo. Como devemos antepor, a constituição dessa enunciação obedece a um regime mais amplo que consiste em saber por que esse enunciado e não outro em seu lugar (FOUCAULT, 2004) para definir aquilo que constitui, talvez, uma política em prol de interesses marginais, minoritários, da massa carcerária.

E, assim, ouvimos repetidas vezes *terror*. Que *terror(ismo)* é esse? De que *terror* a mídia acredita estar dizendo? Para quem ela deveria dizer sobre esse *terror* e por quê? Acreditamos que a proposição dessas indagações não se assenta no completo acaso. Parece contundente afirmar que o terror invocado pela mídia aí funciona como uma interpretação daquilo que para ela constituiu o fim da crença na segurança e na imunidade do Estado. Pode-se dizer, assim, que a queda do *World Trade Center* americano em setembro de 2001 é uma peça mnemônica de produção de sentidos em torno dos ataques do PCC à capital paulista. Aqui, porém, nenhuma torre foi destruída, mas o ego e o sentimento de proteção desabaram em todos os âmbitos sociais.

O terror descrito, comentado, posto a circular, nas páginas das revistas brasileiras, pode ser identificado como efeito de carnavalização. A carnavalização não necessariamente traz para o cerne do discurso uma comemoração cultural, mas uma inversão, um deslocamento de poder, um contradiscurso eventualmente manifesto em relação ao “outro”. Num país como o Brasil, em que, consensualmente, a violência sempre foi combatida por meio de órgãos de repressão, a ação do PCC significa a celebração do carnaval, a inversão de papéis pré-estabelecidos, a demonstração de organização, coerência e inteligência em relação ao poder soberano do Estado. Sendo as raízes do PCC provenientes das penitenciárias paulistas, essencialmente durante a gestão peemedebista, e sua ramificação estendendo-se para fora das cadeias, não é caro supor que os grupos organizados representem uma “paródia

da vida ordinária”, caracterizando “um mundo a revés” (BAKHTIN, 1987, p. 5). O carnaval define-se, enfim, como uma liberdade temporária da verdade dominante e do regime vigente de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras, tabus (BAKHTIN, 1987, p. 8). [³⁸]

Pensando-se assim, a imbricação do discurso veiculado na mídia e o discurso elaborado pelo PCC associam-se, no acontecimento, à noção de esfera pública. Uma vez que a esfera pública, segundo Habermas (1997), é uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, de opiniões e de decisões, nela, os fluxos comunicacionais passam por filtros e sínteses e acabam por condensar-se em “opiniões públicas”, visto que se congregam, nela, diferentes vozes (movimentos sociais, cidadãos leigos da sociedade civil, políticos e representantes oficiais, empresários, especialistas). O poder comunicativo desses sujeitos sociais é organizado em torno de discursos éticos (voltados para o bem coletivo) e morais (centrados na justiça), que se pretendem democráticos, mas que produzem, simultaneamente, assimetrias, pois há um grande abismo entre os conhecimentos do especialista e os do leigo.

Assim, o discurso da mídia, apesar de seu poder de circulação, não é o único a tramitar na esfera pública. Passa a existir nesse espaço, provisoriamente homogêneo, um balbúcio que funciona estrategicamente desestabilizando o discurso já legitimado da mídia. É, desse modo, por exemplo, que surge também na mídia a voz do PCC, exatamente três meses após os ataques de maio de 2006. Posto a circular pela própria mídia, esse discurso, sob a forma de um comunicado³⁹ e como apropriação do discurso do outro, produz uma dominação racional-legal, sustentada por seu poder de (co)mando. Racional porque se exerce por meio de um quadro administrativo burocrático (“a organização PCC”), que emerge da inter-relação discursiva entre uma memória sobre a “qualificação profissional” e outra relativa às organizações criminosas.

Para melhor situar essa nossa reflexão, evocamos Lipovetsky (2004), o qual afirma que a ascensão do medo e da insegurança resulta de uma cultura demiúrgica em cuja definição de progresso procurou eliminar a *fatalidade*. Seu argumento de que “quanto mais temos poder de controle, de organização e eficácia, mais estamos fadados ao pavor e a exigência de proteção e de precaução ilimitada” (LIPOVETSKY, 2004, p. 51-2) é pertinente a este estudo,

³⁸ Aqui, tanto nos referimos aos ataques do PCC à cidade de São Paulo como nos referimos ao comunicado proferido por esse grupo. O comunicado, veiculado na mídia no dia 13 de agosto de 2006, trazia em seu cerne reivindicações de necessidades inerentes à vida em cadeia, pautadas na lei, por apropriação discursiva do código jurídico: “O Regime Disciplinar Diferenciado agride o primado da ressocialização do sentenciado [...] Queremos um sistema carcerário com condições humanas [...] Não estamos pedindo nada mais do que está dentro da lei [...] Apenas não queremos e não podemos sermos [sic] massacrados e oprimidos [...] pois não vamos aceitar e não ficaremos de braços cruzados pelo que está acontecendo no sistema carcerário [...]”, (Cf. SOUZA; GUERRA, 2007).

³⁹ O comunicado pode ser visto no site do *youtube*: <http://www.youtube.com/watch?v=bwPHGk0ifb4>.

uma vez que vem elucidar no próprio funcionamento do discurso da mídia a exigência desse controle da transgressão e uma necessidade obrigatória de organização social.

Nosso *corpus* compõe-se das seguintes revistas impressas de circulação nacional *Época*, *Caros Amigos* e *Veja*⁴⁰; em cada uma elegemos três matérias para compor o conjunto de enunciados a serem analisados. Em relação à Revista *Época*, destacamos suas reportagens intituladas “Até quando?”, “Abatidos” e “Dá para resolver?”; já em *Caros Amigos*, selecionamos sua edição especial de maio, “A construção do PCC”, e duas entrevistas “Os presos de hoje são mais ousados” e “O inferno na cadeia”. Da Revista *Veja*, em caso especial, trouxemos enunciados provenientes apenas de duas matérias: um artigo intitulado “O bandido que parou São Paulo”, e “Os últimos acontecimentos revistos e explicados”, um ensaio assinado por Roberto Pompeu de Toledo. Em outra edição desta última revista, a primeira de 2007, selecionamos as matérias “PCC: Primeiro Comando da Cocaína”, “O Brasil que não pune...” e “... e o Brasil que pune mal”.

Por questão metodológica e de organização, os enunciados eleitos receberam uma identificação numérica seqüencial posposta à letra (E), que define a formulação selecionada a partir da qual se trabalha a descrição enunciativa. Buscamos, assim, poder compreender esse *terror* em sua materialidade opaca por meio da análise das formações discursivas que concorrem na escrita espetacular da mídia, que, em caráter de hipótese, apresentam-se entre sanções punitivas e de segregação da identidade transgressora do convívio social – uma espécie de ortopedia que é, conforme vimos, resultado de uma manobra do racionalismo moderno em manter as fatalidades, o caos, e as diferenças à margem do social – e a efetivação de políticas de recuperação e ressocialização daquelas.

4.1 A semana das mães e a assombração do terror

A segurança adquire seu sentido precisamente na sua ausência, quando as incertezas e as fragmentações decorrentes dos avanços tecnológicos contribuem para a sensação do medo e da insegurança (BAUMAN, 2007). Orlandi (2005) tem preferido mencionar que essa ausência que sentimos no social decorre da falha do Estado na implementação de suas políticas públicas. Ele, como “articulador simbólico-político”, promulga-se, mas nesse movimento deixa de cumprir aquilo que esperávamos que ele fizesse (o dever do Estado

⁴⁰ Em caráter especial e em decorrência do acontecimento espetacular também trouxemos para constituir nosso *corpus* a primeira edição de janeiro de 2007 da *Veja*, condição já descrita anteriormente.

encontra-se, por ora, em sua completa efemeridade⁴¹). Assim, a segurança, enquanto um sentimento que possui o seu direito de existir, reconhecido pelo sujeito capitalista, acaba trazendo na sua ausência – como em toda falha – a entrada no espetáculo, ou seja, o efeito de desbotar a realidade e, ao mesmo tempo, “criar” uma nova realidade a partir do “imaginado” (DEBORD, 1997), no espetáculo da informação. O terror descrito e veiculado, assume, portanto, seu efeito espetacular e propenso ao consumo de informação. Desse poder simbólico, o que resta em última instância é a sua inscrição em práticas discursivas cotidianas, representadas nos discursos que se materializam nas revistas, que arquitetam, assim compreendemos, um espelho para o leitor.

Desta feita, passamos a compreender o funcionamento do discurso da mídia por meio dos enunciados materializados em revista.

4.1.1 *Época da “época”*

A Revista semanal *Época* surgiu em 25 de maio de 1998 e sua marca de venda chega a atingir o índice de 600 mil exemplares semanais. A sua inspiração advém da necessidade de um projeto gráfico baseado na revista alemã *Focus*, com a qual *Época* mantém colaboração em relação à utilização de material fotográfico e editorial no Brasil. Vejamos agora o que nos diz *Época* acerca do PCC em São Paulo.

A primeira formulação que selecionamos de sua edição de 22 de maio refere-se à reportagem *Até quando?*. Ressalte-se que esta reportagem integra um conjunto de matérias que estão açambarcadas pela seção *Brasil*, na qual se destaca um cabeçalho com a inscrição *Terror em São Paulo*.

(E-1) Quarenta e um agentes da lei, incluindo PMs, policiais civis, guardas metropolitanos e carcereiros, foram mortos numa ação de represália da quadrilha conhecida como PCC à transferência de seus líderes para o presídio da cidade de Presidente Venceslau, no interior de São Paulo. Os criminosos vingavam-se também da recusa aos pedidos, na verdade chantagem, de afrouxamento na rotina de seus líderes presos. (*ÉPOCA*, p. 25).

Na materialidade do enunciado transcrito, observamos um dado e uma regra curiosa: “Quarenta e um agentes da lei, incluindo PMs, policiais civis, guardas metropolitanos e

⁴¹ Recentemente, Gilles Lipovetsky, em seu livro *Sociedade pós-moralista* (2005), afirma que, na sociedade contemporânea, o dever já não é uma imposição como em outros tempos em que reinava o dogmatismo religioso. A moral hoje se exerce pela *responsabilidade* e não pelo completo dever.

carcereiros, foram mortos numa ação de represália da quadrilha conhecida como PCC”. Nesse recorte materializado em voz passiva, diz-se que “agentes da lei” foram mortos pela “quadrilha conhecida como PCC”. O discurso da mídia interpreta a ação do PCC como a violação de uma regra social: “matar agentes da lei”. O enunciado, assim disposto, sugere um outro caminho que se preenche de sentido. Talvez a morte de sujeitos responsáveis pela segurança e o bem estar social seja entendida aí como a reverberação de uma vontade de poder, que pode ser interpretado por meio da inversão das relações de força. As equipes de segurança possuem uma identificação social que permite dizer que, na verdade, ao invés de as equipes terem sofrido ataques de grupos organizados, elas deveriam primar daquele reconhecimento social do poder e soberania sobre a delinquência.

Historicamente, podemos afirmar que o surgimento da polícia já é, segundo Foucault (1979, p. 30), a transformação do papel desempenhado pelo exército, que possuía o dever de organizar e controlar o cotidiano das cidades. Esse papel foi, no entanto, atribuído à polícia, uma “sobrecarga do sistema penal, para o controle do cotidiano: no flagrante de pequenos delitos, na vigilância pós-penal”. A interdependência da polícia e da delinquência tem sua origem histórica na consolidação das riquezas nacionais e na evolução das penalidades ocasionada pela manifestação dos direitos do homem e do cidadão. O infrator passa a ser privado de sua liberdade, ao invés de ter em seu corpo as chagas do suplício, como assim prescreviam os rituais até o início do Iluminismo, a gênese do racionalismo moderno (FOUCAULT, 2005a).

Por intermédio de marcas formais de enunciação, percebemos na cultura da mídia o funcionamento de práticas discursivas diversas. As palavras como signos ideológicos, para suscitar Bakhtin (1987), fornecem-nos lugares de enunciação representáveis, pois, do sujeito transgressor. Além disso, a ligação dessa subjetividade subversora a um aparelho jurídico pode ser vislumbrada pelo uso do substantivo “represália” e do verbo “vingar” em: “represália [...] à transferência de seus líderes para [...] Presidente Venceslau [...] vingavam-se também da recusa aos pedidos, na verdade chantagem, de afrouxamento na rotina de seus líderes”, o que caracteriza uma prática de subjetivação do sujeito transgressor.

Ademais, nesse caso, os atos de represália e vingança, materializados no enunciado, seriam “privativos” de quem combate o crime. Ora, a prisão de alguém, mediante a imposição de um código legal de conduta, tem, no mínimo, três funções primordiais para a garantia de funcionamento positivo do Estado moderno: “vingar o crime”, “coibir a reincidência” e “ressocializar”. O deslocamento proporcionado pelos direitos humanitários, todavia, não suprime o efeito contrário: que hoje a preocupação com a insegurança é uma questão de

emergência, logo, a prevenção se faz tão necessária quanto sua remediação imediata.

Embora possa parecer quase contundente que o enunciado apresentado por essa revista esteja mitigado à homogeneidade e a apenas um direcionamento de sentido, podemos verificar que essa evidência pode ser relativamente deslindada pela justaposição de duas (ou mais) formações discursivas. Observe que o enunciado inicia-se pela descrição quantitativa dos mortos e suas funções na sociedade, em contraposição ao “outro”, marcado lingüisticamente a partir de “criminosos”, “quadrilha”, atualizando o reconhecido e antigo esquema maniqueísta da oposição entre “mocinho” x “bandido”. Em seguida, nesse enunciado, faz-se um comentário acerca de uma reivindicação que não foi aceita pelas autoridades legais. Logo, temos a demonstração de efeitos de sentido que, de um lado, exigem a punição dos transgressores e, de outro lado, a equiparação das penalidades, tendo em vista o papel de transformar o sujeito encarcerado em cidadão, (res)socializá-lo.

Diante disso, o que está em jogo é tanto um ressentimento como uma revolta, que caracterizam a subjetividade da escrita midiática naquele enunciado; um jogo em que concorrem o dever de punir e o direito à flexibilidade da pena, ou, em termos do jurídico, a ressocialização com o abrandamento da pena, uma exigência dos integrantes do PCC, dialogismo recuperável pelas marcas enunciativas como “pedidos”, e a sua retomada, por paráfrase, em “chantagem” e “afrouxamento”.

Em outro trecho da mesma matéria, vemos a constituição da mesma formação discursiva do excerto anterior. Mas, ao invés de expor a disputa política como causa da falta de segurança no país, pede-se que os partidos se reúnam. O que podemos antecipar sobre os sentidos produzidos aí talvez seja o de que a segurança não é uma questão de disputa política, mas uma questão essencial que está no cerne da política e da administração do espaço público. Assim, diz-se que

(E-2) Um pacto que una os partidos em torno de uma causa tão relevante como a segurança dos cidadãos se impõe. Falta senso de urgência para o Brasil, como disse um grande economista brasileiro que milita na vida acadêmica de Princeton, um dos mais luminosos focos de inteligência entre as universidades americanas. Mas, como se viu na semana passada em São Paulo, enfrentar o tema da segurança não admite mais atrasos. Mais que um erro, mais que uma demonstração de miopia ou preguiça intelectual, não tratar da questão da violência com imediata energia e seriedade é um crime. (*ÉPOCA*, p. 25).

Nesse excerto, podemos ver que o discurso indireto introduz a fala de outrem no enunciado, como voz de autoridade que afirma “falta senso de urgência para o Brasil”, uma

vez que seu autor é um estudioso de Princeton, que o locutor define como “um dos mais luminosos focos de inteligência entre as universidades americanas”. Conforme Maingueneau (1993, p. 86), o que se enuncia passa por verdadeiro, pois não é o locutor propriamente que diz, mas produz um outro para dizer, embora seu dizer e o dele se mesquem.

O discurso indireto introduz a voz de um sujeito de saber, qualificado para avaliar e sancionar as medidas adotadas para a contenção da violência e da organização dos grupos transgressores no país. E essa forma de saber, que se implanta no discurso da mídia, conseqüentemente tem o poder de dizer a “verdade” (FOUCAULT, 2003) sobre o crime e a sua relação com a política. Reside aí, talvez, uma relação curiosa, pois o sentido de crime é transformado, isto é, não é agir transgressoramente que vai definir o crime, mas também a omissão em coibi-lo, como se pode verificar em: “Mais que um erro, mais que uma demonstração de miopia ou preguiça intelectual, não tratar da questão da violência com imediata energia e seriedade é um crime”. O crime passa a ocupar outro lugar, justamente aquele em que não se trabalha para contê-lo, não são promovidas políticas de combate à violência; trata-se do lugar da política, ou do lugar do serviço de inteligência da polícia? Pede-se ainda para tratar da questão da violência “com imediata energia e seriedade”, cujo dialogismo assegura que a questão da violência sempre foi tratada como um caso secundário, haja vista virem em primeiro lugar os interesses políticos e eleitorais, como atesta o item lexical “partidos”.

Na reportagem intitulada *Abatidos*, da Revista *Época*, lemos a ligação entre os sentidos do trabalho e da economia para reforçar a representação social do PCC como identidade transgressora. O enunciado constrói-se da seguinte forma: em decorrência dos ataques do PCC às equipes de segurança da cidade, durante o feriado, até mesmo indivíduos que não estavam em serviço foram eliminados por integrantes do grupo, de acordo com o discurso da mídia. Uma forma surpreendente de aliar “objetivos comerciais” do acontecimento foi “apelar para a emoção” (LIPOVETSKY, 2004) dos leitores, interditando o seu próprio dizer para não mencionar aquilo que poderia ferir a integridade do *status* da segurança pública sob a responsabilidade de policiais e agentes penitenciários, além dos familiares inconsolados pela dor da perda:

(E-3) Nenhum dos agentes de segurança ganhava mais que R\$ 1.500,00 líquidos. [...] Não morreram em confronto. Foram caçados e abatidos como animais. A maioria foi sepultada no Dia das mães. [...] Não existe ignomínia maior que condenar uma mãe a enterrar o corpo perfurado a balas de um filho. Foi o que aconteceu no domingo sangrento de São Paulo. (*ÉPOCA*, p. 45).

Segundo Pêcheux (1990, p. 53) “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro”. “Abatidos”, nesse contexto, gera múltiplos efeitos de sentido, pois pode ser atribuído ao estado de lamento das famílias com a perda de entes policiais ou agentes, como também pode referir-se ao sentido de caça capturada, indefesa que serve de alimento ao caçador (PCC).

O enunciado traz marcas lingüísticas que garantem a coexistência de discursos atrelados à enunciação. “Nenhum dos agentes de segurança ganhava mais que R\$ 1.500,00 líquidos” traz o pronome indefinido negativo e, além disso, alude às condições econômicas do sujeito policial. A negação, segundo Maingueneau (1993, p. 84), constitui-se como índice de heterogeneidade discursiva. Em outras palavras, a negação permite a configuração de um espaço de trocas entre formações discursivas. O sentido em jogo nesse enunciado envolve tanto a questão do salário quanto a questão da periculosidade do trabalho. Essa formação discursiva surge nessa formulação justamente com a associação do salário à condição da morte. Mais que isso, com a situação em que a morte se apresenta.

No trecho “Não morreram em confronto”, a negação é elemento de uma castração simbólica de outro discurso, operado, no entanto, pelo silêncio, visto que, consoante Orlandi (2005, p. 128), “todo dizer apaga necessariamente outras palavras produzindo um silêncio sobre os outros sentidos”. Ou seja, a formulação não quer dizer o que se encontra materializado nas palavras em si, mas permite que se chegue ao sentido de que “morrer em confronto” é necessariamente normal para aqueles que atuam na área em questão; morrer em confronto adquire um sentido estável demais para essa situação, pois morrer nas condições de trabalho pela segurança seria previsto, até heróico. Um combate como esse, travado entre as equipes de segurança e o PCC, na proporção de uma guerra, já nos antecipam duas possibilidades de desfecho: matar ou morrer.

Considerando o que Pêcheux (1990, p. 54-5) diz em relação à análise que se faz indissociavelmente do jogo entre a estrutura e a ideologia, tem-se que

a descrição de um enunciado ou de uma seqüência coloca necessariamente em jogo (através de detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa seqüência.

Desse ponto de vista, “Não morreram em confronto. Foram caçados e abatidos [...]” produz a especificidade do acontecimento; “morrer” já se despreencheu de seu sentido, de

sorte que se referir à morte dos agentes não basta e, assim, os termos “caçados” e “abatidos” ganham materialidade deslocando o sentido “sem-sentido” de morte, pois esses termos reforçam que os policiais e agentes assassinados não estavam em serviço, eram apenas inocentes, indefesos e que, por maldade, prazer mórbido, serviram de “presa” para o PCC. Essa representação, por sua vez, enfatiza a formação discursiva que vemos materializar-se no discurso de *Época*, cuja regularidade se pode verificar quando há menção às mortes, aos salários, ou quando se refere às reivindicações do PCC: a “necessidade”, senão o “dever”, de punir os transgressores como forma de contornar a situação da violência e da segurança pública brasileira.

Vemos, assim, na disposição geral do enunciado, que a menção ao salário dos agentes de segurança, considerado relativamente baixo para o sujeito da enunciação, e o modo como ocorreram as mortes deles, convocam o efeito de “ato heróico”: a morte deles significa o “sacrifício do próprio sangue”, sentido no qual se materializam discursos bélicos típicos de batalha (santa ou não) e religiosos.

Ainda na leitura sobre o *Terror em São Paulo*, no artigo *Dá para resolver?*, assinado por Ricardo Mendonça e Andrei Meireles, discute-se a contradição do investimento em segurança à luz dos confrontos políticos entre partidos. A revista até que responde à pergunta que ela mesma coloca: “Dá. Mas antes é preciso entender que não é possível enfrentar o crime organizado com o mesmo método usado para prender ladrões de carro” (p. 52). O que fica assinalado, assim, com esse dizer, é que a revista sabe “resolver” esse problema, e esse saber garante-lhe o poder de dizer, de debater, expondo à esfera pública as medidas a serem tomadas. Uma delas vem expressa como resposta ao título do artigo, apresentando-se sob a forma de duas formações discursivas contraditórias. A incisão de um “mas antes” no início da proposição que pretende, assim, complementar a resposta demonstra a existência de um outro conceito - em sentido foucaultiano - sendo inserido na questão da solução do crime. Além disso, o fator determinante é o tempo demarcando com o “antes” a necessidade de uma ruptura, acrescido, ainda, do modalizador deôntico “é preciso”, que, a seu modo, mostra que há duas espécies de tratamento ao preso que precisam ser diferenciadas. Enfim, para esse sujeito de saber que se esboça aí, uma coisa é ser um “ladrão de carros” e outra coisa é “pertencer ao grupo organizado, ao PCC”. Essa regularidade (da identificação e representação do sujeito transgressor) vai sendo construída ao longo do artigo, posto que, desse modo, a revista se ilude na pretendida objetividade, acreditando que a exposição das contradições seja-lhe a garantia daquela. Acontece que, com a especificação da formação discursiva entre o delinqüente e o transgressor, o leigo e o especializado, vai-se construindo uma representação

do grupo (a especialização joga com os sentidos da periculosidade, da violação e resistência constantes ao aparelho penal) que a revista, posteriormente, associa às medidas que devem ser tomadas a fim de sanar a criminalidade. Mas, antes de mostrar como isso acontece, vejamos no próximo enunciado como fica definida a posição da revista diante da exposição dos dois lados da questão:

(E-4) Admitir a necessidade de ação conjunta das várias esferas públicas, independentemente de coloração política ou partidária, talvez seja um primeiro passo rumo a uma solução. Um segundo passo essencial – e talvez mais difícil – é abandonar visões ingênuas e deletérias sobre a violência. De um lado, a ideologia cara à esquerda que vê os presos e criminosos como vítimas de uma sociedade cruel e considera a polícia e autoridades como vilões com sede de vingança. É esse tipo de visão que tem sustentado a proteção e ampliação de direitos e regalias absurdas para os presos (...). De outro lado do espectro ideológico, a direita costuma acreditar que a solução é tão simples quanto adotar a pena de morte ou desferir algumas rajadas de metralhadora contra os bandidos. Nenhuma dessas visões, porém, é capaz de atacar a questão. (*ÉPOCA*, p. 53).

Segundo Foucault (2004), o que é importante descrever em um enunciado é o que lhe sobra; é aquele “a mais” que se especifica na materialidade enunciativa. Esse excesso, se assim o podemos designar, fornece-nos a posição do sujeito e a sua relação com a formação discursiva. Desse modo, o enunciado constrói-se sobre duas visões antagônicas de solução para o problema da crise da segurança, mas a presença do discurso político é-lhe inevitável, pois a “coloração política ou partidária” evocada tem sua história nesse caso. Isso permite compreender que o discurso da mídia, como um discurso que escreve a história, sabe que a concorrência política não ajuda na questão; que a diferença partidária coloca mais empecilhos do que soluções, as quais a revista sente-se no direito de “informar” (ou criticar?).

Assim, o enunciado prossegue expondo primeiramente a visão da “esquerda”, dizendo que presos e criminosos são vistos como “vítimas” da sociedade “cruel” e a polícia e as autoridades, “vilões com sede de vingança”, representações que servem de auxílio aos detentos, fazendo que eles adquiram “regalias absurdas”. Aqui, vemos, por meio dos substantivos e adjetivos, que a posição do sujeito jornalista é avessa aos benefícios legais. Isso parece recobrir determinados discursos que associam a criminalidade a um problema social que se encontra disperso em meio a políticas voltadas desde ao saneamento até a melhor distribuição de renda e geração de empregos. Assim, advém um discurso que desestabiliza o (sentido de) transgressor como sujeito produzido pelas falhas no plano político e social. Logo, mais uma vez, materializa-se a necessidade de puni-los e não de conceder-lhes benefícios, já que o sentido prático aí remete ao fato de que estes fariam que o problema da segurança não fosse resolvido e, assim, se criasse um círculo vicioso em torno da questão.

Em seguida, o enunciado materializa a visão da “direita”, que aparentemente não traz representações explícitas, mas acaba gerando-as por meio da ativação de interdiscursos (lei da pena de morte e, por alusão, à da “justiça com as próprias mãos”) de controle das infrações, como em: “a direita costuma acreditar que a solução é tão simples quanto adotar a pena de morte ou desferir algumas rajadas de metralhadora contra os bandidos”. Nesse segmento, o sentido do consenso é evocado pela perífrase verbal “costuma acreditar” e que coloca em igualdade - pelo jogo entre os conectores de comparação “tão simples quanto” e de alternativa “ou”, com efeito mais de inclusão do que de exclusão ou alternância - a pena de morte e a eliminação do transgressor.

Aqui, a representação que acaba ganhando visibilidade, chegando a constituir-se numa ideologia, parece circundar o desejo de se livrar de um ‘mal’, um mal que engloba um pacote no qual se encontram a violência, o tráfico e o crime – desejo geralmente sustentado por grupos que a revista interdita em seu dizer, mas que podem ser identificados como comerciantes, banqueiros, grandes empresários, políticos, agentes, ou até o cidadão intolerante à fatalidade e à responsabilidade social. Com isso, o discurso da revista se isenta, mesmo que ilusoriamente, de tomar uma posição em relação ao fato, mas não é esse o efeito produzido quando ela se refere aos marginais. O discurso da segurança é ainda um bem que extrapola as *políticas de cidadania* e de *tolerância ao outro* (ROLNIK, 1992), logo o sujeito adquire identificações que o segregam e o tornam exclusivamente transgressor, portanto.

Ainda em relação a esse artigo, agora vejamos as medidas apresentadas para solucionar o problema e ver a associação do transgressor (enquanto sujeito de resistência) a medidas de segurança:

(E-5) “É preciso ter uma polícia competente em inteligência, capaz de antecipar as ações criminosas”, afirma Silva. “No Brasil, isso não existe.” [...] Para combater o crime organizado, também é essencial ampliar o número de prisões de segurança máxima. [...]. Outra tática comum no combate ao crime organizado é a infiltração de agentes nas organizações criminosas. “É preciso saber como processar as informações e infiltrar agentes no meio dos bandidos” diz o sociólogo Cano. “Hoje é o crime que infiltra gente na polícia”. [...] Mexer no trâmite da Justiça é outro ponto fundamental. (*ÉPOCA*, p. 54-5).

Nesse enunciado, a fala de outrem é incorporada à da revista por meio de discurso direto, de modo que se produza autoridade de/para dizer, talvez, alguma coisa que não esteja na “ordem do discurso” da revista: ou seja, o locutor traça limites discursivos a sua própria voz e a do enunciador convocado a fazer uso da palavra. Isso se justifica no fato de que somente o comentário não é suficiente para dar sustentação à fala da revista, de modo que o

sujeito vê-se compelido a entrar na ordem do discurso da ciência, trazendo outras vozes que demarcam seu índice de polifonia: uma voz que se incorpora à do locutor, produzindo diferentes posições subjetivas na enunciação (BAKHTIN, 1987). Assim, segue entre aspas “É preciso ter uma polícia competente em inteligência, capaz de antecipar as ações criminosas”, que, além de apontar para o efeito de autoridade, traz em seu bojo o modalizador deôntico “é preciso”, marcando aí o sentido da necessidade mais uma vez. Além disso, essa fala de autoridade refere-se à inteligência da polícia, jogando com a representação tanto dela quanto dos grupos organizados.

Relacionado a isso, é possível interpretar o enunciado “é preciso ter uma polícia competente em inteligência”, introduzido por modalização deôntica, como uma “memória de futuro” (MIOTELLO, 2006, p. 178), visto que esse enunciado põe em pauta a necessidade de equipes especializadas com a finalidade de se evitarem operações organizadas, como as lideradas pelo PCC. Há, portanto, um ponto de junção entre “as experiências e os sonhos” (melhor dizendo, “propostas para o futuro”) que remete o discurso ao “trânsito” de sua descontinuidade histórica, instaurando um ponto de ruptura e demarcando limites temporais na constituição da história da segurança e da política brasileira.

Em seguida entra em pauta a paráfrase que vai definir o tipo de polícia que se reivindica: “capaz de antecipar as ações criminosas”. Esse sentido que se constrói sobre a figura da polícia gera, por sua vez, outros possíveis, chegando até a endossar a figura do transgressor, atribuindo-lhe sabedoria e organização e, por outro lado, trabalhando sobre uma memória que confere à polícia incapacidade de eliminar a criminalidade e o tráfico, possível de ser recuperada pela expressão aspeada “No Brasil, isso não existe”.

Na seqüência, há uma série de outras reivindicações pautadas pelos modalizadores “é preciso”, “é essencial” e, de modo mais interdito, “é fundamental”. Elas geram e estimulam a necessidade e possibilitam pensar, a partir de sua finalidade (“para combater”), no fim do crime. Passagem significativa é aquela em que a voz da autoridade é trazida pelo enunciado da revista para dizer o que ela não tem autoridade para afirmar: “Hoje é o crime que infiltra gente na polícia”⁴², enunciado que trabalha sobre outra memória. Concerne à corrupção dentro da polícia, admitindo a existência das milícias. Esse dizer traz, na concorrência de sua formação discursiva pedagógica (que ensina a combater o crime e a organizar a polícia), o discurso em prol da segurança e o da corrupção que dela, hoje, é indissociável. Outra memória possível de ser recuperada se trata da relação que o “hoje” mantém com o “ontem”

⁴² Além disso, outro enunciado possível, porém que não ocorreu no lugar deste é o de que, talvez, “ontem ou em um momento remoto, a polícia infiltrasse gente no crime”.

em nossa história política: a referência à inteligência da polícia e a sua inexistência na atualidade em relação ao Regime Militar. De 1964 a 1985, esse regime imprimiu na população brasileira sua voz de comando, censurando, suprimindo os direitos constitucionais, perseguindo opositores políticos e intelectuais. A ameaça de o país tornar-se socialista, proporcionada pela vitória de Jânio Quadros e João Goulart, foi o estopim para a implementação do golpe militar.

Esse panorama de controle da população e de políticas democráticas permite ao imaginário do discurso da mídia projetar esse efeito sobre o discurso: de que durante o regime militar havia inteligência na polícia e, que, com a queda do militarismo e chegada gradual da democracia, pouco se investiu em inteligência. Nesse caso, deslocamentos de sentido são possíveis, posto que o que parece adquirir sentido na formulação que atualiza a memória é que se invista em mais repressão, não somente em mais inteligência.

Portanto, a contradição entre esses discursos permite atestar, como Foucault, que são as diferenças entre os discursos que constituem aquilo que somos hoje. Não há alternativa quando ela é uma condição. Não há como romper um fio sem romper necessariamente o outro. O poder é justamente isso: ao se colocar no direito de dizer o que se deve fazer, quais são os pontos a serem modificados e qual a finalidade de cada um, não é possível desconsiderar que esses pontos apresentem o seu outro lado, desestabilizando o próprio dizer - esse é o princípio genealógico, o do acidente (FOUCAULT, 1994).

Esse acidente que auferimos é o que nos dá mostras, por exemplo, de que o poder não é algo estável, que a história não prima sobre todos os acontecimentos, singularizando-os; ao contrário, ela busca uma origem e uma homogeneização das relações de força. O acidente significa, portanto, demarcar os limites da história que não é capaz de nos mostrar com precisão que os acontecimentos se relacionam, apesar de serem diferentes quanto à sua irrupção. (FOUCAULT, 1979, p. 12).

4.1.2 *Caros Amigos. “Pobres Inimigos”?*

Com apenas pouco tempo de existência (a primeira edição é de abril de 1997), a Revista *Caros Amigos* ganhou adeptos de leitura que lhe aplaudem a diversidade de pontos de vista. Essa heterogeneidade não se confere apenas no nível ideológico, mas no do gênero. Entre as revistas selecionadas, ela é a única que traz em seu bojo, ao menos em sua edição especial, além de uma reportagem-dossiê, entrevistas com advogados, secretário de segurança pública, um depoimento na forma de reportagem.

Vale ressaltar, para início de análise que, em abertura à sua primeira edição extra, diz o editorial da revista que o repórter João de Barros “vinha levantando *tudo* sobre o PCC desde janeiro deste [2006] ano”, mas “*com* os acontecimentos do fim de semana do Dia das Mães, resolvemos lançar esta *edição extra*, que trata da força da organização criminosa que desta vez apavorou toda a cidade de São Paulo” (p. 2; grifos nossos). Na verdade, esse “com” aí na formulação, embora argumentativamente mais fraco que os enunciados de causa-efeito, insere uma causalidade. Será realmente verdade isso que nos diz a revista a respeito da impressão dessa primeira edição extra de *Caros Amigos*, ou apenas é mais uma estratégia com a finalidade de livrar o acontecimento da primeira edição extra do acontecimento do PCC na cidade de São Paulo? Resta-nos, quanto a isso, refletir.

Nessa revista selecionamos, portanto, “O preso e o Estado”, matéria que se integra à reportagem “A construção do PCC”, em cujo bojo se trazem não mais notícias acerca do acontecimento, mas uma série de microfatos associados ao estabelecimento e fortalecimento do PCC nas penitenciárias paulistas. Dessa reportagem, então, fazemos visível um enunciado muito significativo que põe em relação o sujeito transgressor e a política pública de segurança do Estado:

(E-6) Esse é quase sempre o perfil de um preso pertencente ao PCC. Finge adaptar-se às normas da unidade, mas, na verdade, faz o jogo dos interesses do grupo. Sonha, e sempre que pode faz um pedido especial para se livrar de uma penitenciária de segurança máxima para um centro de Ressocialização (CR), destinado aos de baixa periculosidade [...] O Estado não cumpre sequer as normas que criou para ressocializar seus presos. Poucos estudam. [...] menos da metade trabalha [...] o Estado vangloria-se do pesado investimento que faz na construção de penitenciárias (...) (*CAROS AMIGOS*, p. 9).

Nesse enunciado, observemos o modo como é construída a representação do sujeito ligado ao PCC como transgressor: ele “finge”, “faz o jogo de interesses do grupo”, com a finalidade de “se livrar” do rigor da punição. Desse modo, o discurso da mídia apresenta o integrante do PCC como um sujeito dissimulado, falso, chantagista, criando, por assim dizer, o dever e a necessidade de puni-lo integralmente. Ao mesmo tempo em que diz isso, na seqüência critica o Estado por não prover a ressocialização daquele sujeito: “O Estado não cumpre sequer as normas que criou para ressocializar... poucos estudam... menos da metade trabalha”. Dessa forma, o discurso da mídia busca nivelar o seu discurso a uma imparcialidade: não se identifica com a atitude dos internos - perceptível no fio enunciativo pelas marcas de referência pronominais “esse”, “se”, aspectuais “quase sempre” e de disjunção e modalidade “mas, na verdade,...” - nem com a irresponsabilidade do Estado em

promover a transformação do sujeito.

Saliente-se o fato de que a utilização do operador argumentativo “sequer” no trecho “O Estado não cumpre sequer as normas que criou...” desequilibra essa “pretensão” imparcialidade, pois vem mostrar, por meio desse articulador argumentativo, que, de fato, o que leva o sujeito à dissimulação de sua personalidade como estratégia de si (formação imaginária) é a imagem que se cria do Estado como “responsável” pela formulação e execução das normas destinadas à reintegração social do sujeito tido como “transgressor”. Essa imparcialidade também é rompida, por sua vez, no jogo das representações, pois insere aí o lugar de investimento de uma “subjetividade” (que na relação de força mostra-se por meio dos recursos argumentativos) no interior da “objetividade imaginada” pelo sujeito da informação.

No entanto, a tensão gerada por esses enunciados dispersivos, ora mantendo-se na alteridade com o transgressor, ora com o Estado, não superam o “efeito já imaginado” (cristalizado) que, dissolvido no social, projeta um sentido de “consenso” sobre as políticas de combate à violência/crime, e de “indignação” sobre o perfil do sujeito encarcerado, submetido à prisão para a sua transformação “social”. Assim, o jogo com os verbos que geram o sentido da dissimulação e da chantagem superam o efeito do que é dito a respeito do Estado. No entanto, se interdita o fato de que esses *jogos de interesse* podem não ser puramente incondicionais, visto que eles também podem ser aqueles garantidos pelo discurso jurídico, os quais são colocados em prática pelo discurso penal. Assim, parece esboçar-se uma formação discursiva que, como na revista anterior, contesta os benefícios legais na proporção dos delitos e da identidade do sujeito transgressor, uma vez sendo “pertencente ao PCC”.

Por conseguinte, esboça-se aí uma contradição que é inerente ao discurso. Quando o enunciado se refere ao Estado, parece haver um anseio para que ele cumpra seu dever ressocializador; quando se refere ao transgressor, na figura do preso integrante do PCC, adquire nuances de que há uma missão e esta é a de punir os transgressores com mais rigor e sem concessão de benefícios. Logo, duas formações discursivas duelam entre si na descontinuidade do enunciado e do sujeito jornalista que não possui uma identidade fixa entre a ética e a repressão, entre a cidadania (inclusão) e a exclusão (segregação).

Noutra passagem, é dito que “o Estado vangloria-se do pesado investimento que faz na construção de penitenciárias”, deixando emergir outra formação discursiva a partir da contradição entre o discurso econômico (“investimento”) e da segurança (“construção de penitenciárias”), que é indissociável do discurso que fundamenta e legitima as ações políticas (“vangloria-se”), que produzem o efeito de afirmar para a própria entidade governamental que

suas políticas públicas funcionam.

Nesse último caso, atente-se para o fato de que o verbo, em construção reflexiva “vangloriar-se”, não nos diz somente que o Estado tem orgulho de si ou envaidece-se pelas medidas que toma a fim de contornar o problema da criminalidade. Na raiz dessa palavra reside um sentido que é histórico. Sua constituição dá-se pela junção do prefixo “van”, que carrega sentidos que “conotam” negatividade: glória vã e auto-elogio. A utilização desse item lexical em detrimento de outro, por sua vez, coloca em cena identidade e alteridade (CORACINI, 2003), isto é, permite a construção de uma crítica e um reconhecimento. A descontinuidade, explica Foucault (2004), é uma questão inerente às práticas discursivas. Estas revelam muito mais o sujeito do que propriamente o que ele diz sobre algo ou outrem. Assim, o não dito é que o Estado, enquanto entidade responsável pela delinquência após a outorga dos direitos universais do homem (decorrente do Iluminismo francês), não cumpre o seu dever social de integrar todo sujeito transgressor novamente à sociedade. A única forma para contornar isso, portanto, é reinserindo-o na prisão por meio da construção de mais penitenciárias, contratação de mais agentes penitenciários, desembolso de mais recursos financeiros para mantê-lo à distância da sociedade.

Ainda na esteira de *Caros Amigos*, selecionamos uma entrevista de João de Barros feita com o secretário de Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, que, desde o governo Covas, está na função. Foi durante sua gestão que se criou o RDD. Procuramos selecionar uma questão que se pauta em saber se, para o crime, a prisão pode ser a melhor alternativa:

(E-7) A prisão é a grande saída para o crime?

Não acho, nunca falei isso. As pessoas que precisam ser presas são aquelas que efetivamente representam um risco para a integridade física das que estão soltas. Eu também sou contra um tempo muito grande de prisão. Acho que a primeira vez que a pessoa é presa, ela devia ficar por um tempo menor e ter oportunidade de mudar o rumo de sua vida e, se isso não acontecer, daí, sim, uma prisão por tempo maior. Tudo indica que essa tentativa de ressocializar as pessoas tirando-as do convívio social produz efeito contrário: torna a pessoa mais violenta, mais perigosa, conhecedora do mundo do crime, exceto nessas unidades prisionais menores que a gente está criando aqui em São Paulo e onde esse fenômeno não acontece. Quanto menor for o estabelecimento, essa contaminação é menor e a pessoa tem mais condição de sair melhor do que entrou. (*CAROS AMIGOS*, p. 16).

A primeira coisa a se ponderar, nesse caso, é o gênero no qual lemos esse enunciado. Por tratar-se de uma entrevista, devemos considerar em primeira instância o fato de que ela acontece entre um sujeito que “necessita saber” e um outro que “além de ter o poder, tem o saber” para proferir as palavras (FOUCAULT, 1979).

O enunciado inicia-se a partir de um questionamento do indivíduo entrevistador “A prisão é a grande saída para o crime?” a um indivíduo responsável pela Secretaria de Administração Carcerária paulista. Em segunda instância, devemos ponderar que, como em toda sociedade, há sociedades de discurso que controlam a aleatoriedade da circulação dos discursos (FOUCAULT, 2005). Assim, por estar nessa posição - no da administração carcerária - o indivíduo em questão não pode nem deve falar tudo que convier; a partir daí se dá a sua entrada como sujeito de discurso. Nem por isso, contudo, a formação discursiva deve necessariamente ser/estar homogênea, posto que a contradição é inerente à prática discursiva, na intersecção de outros possíveis (FOUCAULT, 2004).

Assim, o sujeito, em rebate à questão, diz que “Não acho, nunca falei isso”. O efeito da pergunta sobre o sujeito produz nele o sentido da afirmação - há uma estranha memória que o faria rebater assim ao questionamento? Dessa maneira, ele prossegue dizendo e produzindo representações da diferença entre o cidadão e o sujeito que precisa ser recluso: “As pessoas que precisam ser presas são aquelas que efetivamente representam um risco para a integridade física das que estão soltas”. Nesse segmento, o sujeito está operando com a conceituação do marginal, mas as palavras utilizadas não esclarecem precisamente esse sentido, apesar do uso do artigo definido determinado em “As pessoas”, que é retomado pelo anafórico (dêitico demonstrativo “aquelas”), sem mencionar o fato de que o modalizador deôntico “precisam ser” implica a necessidade da prisão daquele que assim é identificado. Mas o sentido se especifica a partir de duas orações adjetivas justapostas (que restringem e classificam): “que representam um risco para a integridade física das que estão soltas”, em que “risco” e “soltas” se esbarram, pois é ele, o “risco”, que poderá permitir ao sujeito adquirir ou não uma representação de sua identidade como transgressora. A formação discursiva, nesse ponto, como um jogo de regularidades em dispersões enunciativas, caracteriza-se pela concorrência entre os discursos da segurança e da liberdade, entre o dever “penal” de punir e o direito constitucional de ir e vir.

Na seqüência do que é dito, o sujeito não se identifica com a forma com que é aplicada a pena ao indivíduo que cometeu um desvio de conduta reprovado pelos aparelhos de correção do Estado, uma vez que ela incide diretamente sobre o principal dever social da legislação penal, que é a ressocialização dos reclusos. Vejamos, então, como o sujeito se esvai nessa questão contraditória: “Acho que a primeira vez que a pessoa é presa, ela devia ficar por um tempo menor e ter oportunidade de mudar o rumo de sua vida e, se isso não acontecer, daí, sim, uma prisão por tempo maior”. Aqui, parece-nos forte a iniciativa do sujeito em propor uma medida alternativa ao indivíduo que é preso pela primeira vez (réu primário), com a

finalidade de permitir que ele reflita sobre seu ato. A proposição, contudo, inicia-se com verbo epistêmico “Acho”, que induz à imprecisão e compromete o regime de verdade da enunciação como um todo. Além disso, fica na materialidade a inscrição “ter oportunidade de mudar o rumo de sua vida”, que nos faz pensar sobre que sentido adquire essa expressão, ligada ao objeto “prisão”. Sugestiona, assim como o que lemos no texto bíblico “arrependei-vos e convertei-vos”, que a vida é um caminho e cada sujeito faz a sua escolha, mas sempre pode, se tiver oportunidade, voltar atrás em sua decisão. Assim, dois outros discursos concorrem: um concernente ao “bem” e outro ao “mal”, mas diante dessa escolha que nos é colocada reina outra contradição, pois, se pensarmos melhor sobre esse sentido, não há escolha: o mal é punido com a reclusão, logo o que resta ao ser social é seguir aquilo que é imposto para o bem do Estado e da Nação, fazer sempre o “bem” (estar na ordem e cumpri-la) e não se desviar de seu curso.

Dessa maneira, embora o sujeito apresente um ponto de vista menos determinado pelo ritual que o liga à instituição, é inevitável que uma determinada ideologia prepondere e passe a ecoar no entre das palavras. Ainda que contornando duas formações discursivas (ressocialização x punição), o deslocamento do sujeito na enunciação descola-o da resposta negativa à prisão como grande saída para a punição ao crime.

Prosseguindo pelas páginas de *Caros Amigos*, chegamos até outra entrevista, concedida pelo advogado líder da Pastoral Carcerária, José de Jesus, a João de Barros, o responsável pela edição especial dessa revista. O entrevistado fala sobre o sistema carcerário e sua organização em face da necessidade, às vezes imposta, de pertencer ou não a uma facção criminosa. Para esboçar nossa análise, que se pauta no duelo entre as formações discursivas que se regularizam no discurso midiático, escolhemos uma questão aberta pelo entrevistador. A entrevista, vale mencionar, intitula-se *O inferno na cadeia*. Não há nada de religioso nesse título? Na verdade, trata-se de um título bem sugestivo, comparando-se ao fato de que o sujeito da entrevista é um líder pastoral, e que o tema “inferno” marca a sua existência enquanto sujeito que fala do lugar da instituição cristã:

(E-8) Fale sobre o sistema carcerário paulista.

Hoje há 140 unidades prisionais - esse número varia, pode ser que já tenha aumentado - espelhadas pelo Estado. Os presos, na maioria, são provenientes da capital. São condenados e vão para o interior. Os presos ficam muito distantes de seus familiares. E a lei de execução penal é clara: o preso deve cumprir pena próximo à sua família. No entanto, o Estado viola esse direito. E o Estado não dá a essas famílias um ônibus para locomoção. (...). E aí vêm famílias desesperadas procurando a Pastoral Carcerária e outras entidades dizendo: “Eu quero que meu filho venha para cá, próximo da família”. Só que não tem como. Aí, lá no interior, as pessoas das cidades pequenas, onde estão as penitenciárias, ficam desesperadas.

Porque dizem: “Nós não queremos, os presos não são nossos, eles não praticaram crimes em nossas cidades, eles são daí”. Para o prefeito interessa porque tem mais emprego, tem injeção de recursos (...) (*CAROS AMIGOS*, p. 23).

Veja como o problema da segurança afeta uma porção de sujeitos. Como micropontos de uma microfísica, eles estão conectados por laços embaraçosos. Explicamos. O que é embaraçoso é o fato de que, contornando o objeto discursivo que é o sistema carcerário como forma de isolamento e exclusão dos transgressores da sociedade (FOUCAULT, 2005a), há uma malha de discursos que é necessário ao entrevistado recuperar involuntariamente. Mas, antes de apontá-los aprioristicamente, vejamos como se comporta esse enunciado em face das formações discursivas que podem aí estar funcionando.

Partindo da materialidade, podemos observar que o enunciado inicia-se pela descrição da quantidade das prisões feitas pelo Estado sem precisar, no entanto, onde elas se localizam (São Paulo). Na verdade, o sujeito localiza de onde provêm os detentos e para onde eles são enviados: “os presos, na maioria, são provenientes da capital. São condenados e vão para o interior. Os presos ficam muito distantes de seus familiares”. A partir dessa formulação é que surge o problema que configurará o regime das formações discursivas, administradas pelo jurídico do qual se vale o Estado. A “distância” adquire um sentido que controverte o da ressocialização. Assim, quando o entrevistado traz a voz da lei “E a lei de execução é clara: o preso deve cumprir pena próximo à sua família”, está remetendo a um pré-construído e, ao mesmo tempo, inserindo-se como sujeito-de-direito, sendo falado pela lei. Essa recuperação interdiscursiva não ausenta, no entanto, a possibilidade de outro efeito. Ela desestabiliza a política do Estado e de certa maneira a própria lei, que não tem sentido de ser reconhecida como tal, uma vez que não é aplicada, ou sua aplicação é protelada, sendo necessária sempre a sua recuperação pelas enunciações.

A formação discursiva, então, desenha-se por esses esboços em que a problemática da ressocialização se estabelece no confronto entre o discurso legal e o discurso penal. O discurso penal é da ordem da punição, ou seja, atribui aos sujeitos a qualidade de seus atos e, ao mesmo tempo, administra-os em relação à proporção da pena. Uma vez cometida qualquer violação, o sujeito é submetido ao discurso penal. O discurso legal, grosso modo, mais amplo, e talvez, por isso, menos aplicado, diz que o sujeito submetido à prisão possui direito a visita familiar e a conviver próximo da família, a fim de que se torne viável a sua reintegração à sociedade.

Além disso, traz o confronto entre os discursos da família e os dos habitantes da cidade onde se encontra abrigada a penitenciária, como se pode ler no discurso direto da

família incorporado pelo sujeito da entrevista “Eu quero que o meu filho venha pra cá, próximo da família” e o dos habitantes do interior “Nós não queremos, os presos não são nossos, eles não praticaram crimes em nossas cidades, eles são daí”. Interessante notar que, para a família, é utilizado o pronome “eu”, ao passo que, para os habitantes do interior, o sujeito reproduz a voz deles a partir do pronome “nós”. Isso demonstra a relação de proximidade entre o sujeito do discurso e as famílias, suas interlocutoras. É certo que, da posição de líder de uma pastoral defensora da massa carcerária, ele tenha maior contato com os familiares e, desse modo, passe a falar da perspectiva daqueles por meio do pronome pessoal de primeira pessoa.

Enquanto a instituição familiar reivindica que o filho seja transferido para uma penitenciária mais próxima da família, há o funcionamento do interdiscurso jurídico “quero meu filho... próximo da família”; o discurso civil da população parte em direção de um direito que remete ao discurso da segurança: “eles são daí”, “não praticaram crimes em nossas cidades”, em que a atribuição do lugar e a negação fazem gerar representações imaginárias relacionadas à possibilidade de eles (os familiares) se fixarem nesses locais e comecem a praticar tais crimes.

Essas enunciações que se integram à voz do sujeito enunciador atestam o caráter polifônico da linguagem. E a polifonia expressa-se desde a incorporação do enunciado da lei até a fala dos populares em relação aos presos enviados às penitenciárias do interior do Estado. Ela pode ser uma estratégia do sujeito em face das posições que podem ser assumidas no momento da enunciação.

Sendo estratégia, ou não, essas formulações, apesar de apresentarem características formais diferenciadas, assertiva ou negativa, pertencem ao mesmo jogo da formação discursiva (manter os transgressores em seu lugar de origem, perto da família, logo, do social). Cruzam-se aí duas vias: embora o sentido possa estar em descontinuidade, a visão dos habitantes das pequenas cidades apresentada pelo sujeito também joga com os sentidos da repulsa, da segregação, da deportação do sujeito, que acaba ganhando, assim, identificações necessariamente negativas, já que os presos ameaçam o bem-estar e a segurança dessas pequenas localidades.

4.1.3 “Veja” com Veja

Veja é uma das revistas mais lidas no mundo e uma das mais compradas no Brasil. Seu surgimento dá-se em pleno fim dos anos 1950 e início dos 60. Atualmente, são impressos

semanalmente mais de um milhão de exemplares, os quais possuem o diferencial de apresentarem uma qualidade gráfica superior à de outras revistas. Ela é um patrimônio da Abril Cultural, uma das maiores – senão a maior – empresas de comunicação do país.

Veja não tratou como matéria de capa os ataques atribuídos ao PCC em sua edição semanal de maio⁴³, mas tratou de abordar o assunto no interior de suas páginas. No entanto, no topo da capa da revista vemos a seguinte inscrição: “O bandido que parou São Paulo – o verdadeiro poder de Marcola, o chefe do crime organizado”, o que não deixa de exercer o seu poder em relação ao leitor, abrindo um caminho para o sensacionalismo e para o espetáculo como fontes de aquisição da revista. É exclusivamente na sessão destinada a cobrir o *Brasil* que *Veja* reporta-se ao fato, intitulado-o como “Terror em São Paulo” e, como subtítulo, “Como um bandido e seus comparsas conseguiram colocar de joelhos a maior cidade brasileira”, remetendo-nos aí à velha imagem da penitência religiosa por meio da expressão “colocar de joelhos”, que, nesse contexto, pode associar-se à remissão do Estado, ao suplício dos agentes e policiais, à crise comercial e de transporte no centro da cidade. Gera, portanto, a imagem de um *terrorismo* que é interno ao coração da Nação, a partir, como veremos, de um “líder” e seus “fiéis seguidores”:

(E-9) O homem que comandou a rebelião simultânea de 73 presídios paulistas, provocou uma onda de atentados no estado e, ao que tudo indica, ordenou o cessar-fogo aos seus comparsas depois de 100 horas de terror, não é reconhecido pela justiça como líder de uma facção criminosa. Aos olhos da lei, Marcos Willians Herbas Camacho, o “Marcola”, é simplesmente condenado por assalto a bancos. (VEJA, p. 42).

Nessa formulação, podemos observar, no regime de enunciação, além de processos de identificação do sujeito-objeto da reportagem, a atribuição de papéis e o desenvolvimento de funções pelo sujeito que produz o enunciado. Nele se constata a imbricação de duas funções; uma que é descritiva, que insere, por meio desse processo, uma inversão, em que atribuições indefinidas antecipam o sujeito-objeto Marcos W. H. Camacho: “o homem que comandou a rebelião... ordenou o cessar fogo...”. Essa função pode ser atribuída ao sujeito na posição jornalista, uma vez que o papel da descrição é inerente à prática jornalística. Na seqüência, o enunciado “não é reconhecido pela justiça como líder de uma facção criminosa” traz à tona o paradoxo com os enunciados anteriores, gerando posições diferenciadas no interior do discurso da mídia.

O anonimato, com a proposição de “homem” em lugar do nome do agente da rebelião,

⁴³ Tanto isso pode ser comprovado que a revista traz outra matéria de destaque em sua capa: *A idade real – o seu coração, cérebro, ossos e músculos podem ficar jovens por muito mais tempo.*

no entanto, assegura uma relação não totalmente contraditória com o enunciado anterior. Trata-se de uma estratégia para a inserção de mais um enunciado, mais implícito que os demais, pois coloca em choque dizeres que asseguram a ligação daquele sujeito-objeto com a liderança da facção. Quando Michel Pêcheux formula seu conceito de interdiscurso⁴⁴, a partir da remodelação do conceito de formação discursiva - enxerto da noção de formação ideológica - apresentado por Foucault, está justamente pensando nessa possibilidade de os discursos se apresentarem como pré-construídos que constituem a formação dos discursos na atualidade material dos enunciados. É isso que acontece com aquele enunciado que irrompe na forma negativa “não é reconhecido pela justiça como líder de uma facção criminosa”, pois faz um jogo com a memória, abrindo a possibilidade de que aquilo que não foi dito tenha sido, como as descrições que iniciam a formulação e colocam em cena o sujeito-jornalista.

Para Foucault, o sujeito não é correlato ao sujeito definido pela gramática, tampouco pela lógica que coloca em cena um ser cogito consciente de tudo, menos ainda do sujeito da intenção como propõe a teoria dos atos de fala. Para ser sujeito, é necessário ocupar uma “função vazia” que pode ser preenchida por “qualquer indivíduo” a fim de satisfazer as “condições” da função enunciativa. (FOUCAULT, 2004, p. 102).

No entanto, quando se passa ao exame do enunciado seguinte, em que a função assertiva tem uma função especial, pois desloca o sujeito da posição jornalista para a da justiça, o transgressor adquire nome e definição “Marcos Willians Herbas Camacho... é simplesmente condenado por assalto a bancos”. Nesse enunciado, o que está em jogo é a identidade do sujeito transgressor. Na posição jornalista, o sujeito da enunciação atribui a autoria dos ataques e do cessar fogo ao “homem” indefinido e anônimo, que posteriormente identificamos como “*Marcola*”; na posição da justiça, ele não afirma a mesma coisa. Desse modo, as formações discursivas estão definindo aquilo que se pode e deve dizer: o jornalista, como trabalha com fatos e opiniões, expõe, mesmo que precavidamente, a autoria da transgressão, atenuando estrategicamente, por meio da indefinição de “homem”, ao passo que a formação discursiva jurídica trabalha com a prova que lhe permite fazer afirmações, daí resulta o regime dos enunciados que se encontram materializados e a relação entre eles.

Tomar a parte pelo todo talvez seja uma estratégia perfeita para a mídia, pois permite observar como um grupo funciona mediante observação de seu líder, de seu núcleo executor. É dessa maneira que também faz *Veja*. A reportagem assinada por Marcelo Carneiro e Camila

⁴⁴ Em *Semântica e discurso* (1988), Michel Pêcheux aborda que os discursos já existem na exterioridade, limitando o conjunto do dizível, a partir do qual o sujeito de uma formação discursiva se identifica ou não. Ver p. 213-8.

Pereira inicia-se com uma série descritiva sobre Marcola na qualidade de líder do PCC.

Em outra passagem da reportagem, a posição do sujeito muda em relação ao dever de simplesmente informar:

(E-10) A mitificação de criminosos, processo freqüente, é ainda mais compreensível num caso em que o bandido em questão acaba de levar às cordas os que deveriam combatê-lo – para a parte derrotada, exaltar os “superpoderes” do adversário é sempre um jeito de minimizar a própria humilhação. E Marcola humilhou. Ao longo de quatro dias, sua organização conseguiu impor o terror aos 11 milhões de habitantes da cidade de São Paulo. Policiais foram assassinados, prédios públicos sofreram ataques a bomba, ônibus arderam em chamas, serviços básicos foram interrompidos e agências bancárias, escolas e comércio fecharam suas portas. Tudo porque um bando de criminosos se recusava a perder as regalias a que estava acostumado nas penitenciárias comuns. A transferência de 765 detentos ligados ao PCC para a penitenciária de Presidente Venceslau, de regras mais rígidas, foi o estopim para a espiral de violência que teve como epicentro a maior e mais rica metrópole brasileira. (VEJA, p. 43-4).

Nessa formulação, estamos diante da prática discursiva da mídia contemporânea. Essa prática se verifica por meio dos recursos lingüísticos utilizados na enunciação que gera o enunciado. Observe que o fragmento selecionado inicia evocando “mitificação”, palavra comprometida com enunciados mantidos historicamente sob a hegemonia do poder na figura do herói. Contudo, o enunciado não se estabiliza nesse ponto, mas propõe seu deslocamento quando se adjunta à locução “de criminosos”, que é retomada sob espécie de explicação: “num caso em que o bandido em questão acaba de levar às cordas os que deveriam combatê-lo”.

Ou seja, o sujeito que enuncia dessa forma parece falar do lugar das lutas de boxe, o que corrobora a formação de uma estratégia discursiva capaz de deslocar os sentidos atribuídos ao líder do PCC. No fragmento “para a parte derrotada, exaltar os ‘superpoderes’ do adversário é sempre um jeito de minimizar a dor”, o discurso da revista está trabalhando sobre a memória discursiva, transformando enunciados já ditos (PÊCHEUX, 1988), os quais retornam e se reatualizam por um princípio de memória (FOUCAULT, 2004). Isso não só é verdade como pode ser descrito da seguinte forma: os “superpoderes” do adversário, além de aludirem ao discurso lúdico dos desenhos animados em que sempre o bem prepondera sobre os vilões, também parecem evocar o famoso dito popular que diz “se não conseguir vencer o inimigo, junte-se a ele”. Dito que adquire sentido reatualizado quando o sujeito se refere à “exaltação” dos superpoderes do adversário.

Além disso, diante dessas relações que se tecem entre as formações discursivas, resta-nos refletir sobre o papel exercido também pela literatura na representação social da violência

e do crime. Esse tipo de literatura, que surge praticamente coligada à literatura gótica do século XVIII e decorre do impacto da revolução industrial européia, figura-se pelos nomes de Edgar Allan Poe, Conan Doyle e Sherlock Holmes, Agatha Christie e Poirot. Esse tipo novo de literatura, surgida no obscurantismo gótico, revela outra face significativa para o crime, isto é, de que ele é uma “aberração”, não um problema social⁴⁵. Por outro lado, a indústria cinematográfica também, de certa forma, contribui para a constituição do imaginário social das práticas transgressoras. Os filmes mostram, assim como as imagens do noticiário da TV, o mundo e a imaginação que temos sobre ele, materializando, por meio da plasticidade cinematográfica, a interpretação que temos da realidade.

Em síntese, trata-se de espetacularizar sem que, ao menos, o acontecimento tenha sido evidentemente “real”. Exemplo disso são os filmes sobre “terrorismo” que, uma vez transmitidos, acabam adquirindo sentido de verdadeiras “profecias”, quando a ficção vem tornar-se realidade. Aliás, as torres gêmeas americanas foram destruídas pela primeira vez apenas nos ataques de 11 de setembro?

Depois daqueles enunciados que resgatam a figura do herói e do vilão, bem como uma determinada prática discursiva cotidiana como o dito popular, o discurso da revista em questão traz uma série narrativo-descritiva em construções com efeito de voz passiva, como causas da “imposição” do “terror” de Marcola aos habitantes da cidade de São Paulo. Vejamos a série de enunciados: “Policiais foram assassinados, prédios públicos sofreram ataques a bomba, ônibus arderam em chamas, serviços básicos foram interrompidos e agências bancárias, escolas e comércio fecharam suas portas”. Como os enunciados anteriores a essa série já deram indicações de quem na realidade “deveria ser” o herói e o vilão no “final da história”, nessa série posterior de enunciados o agente da passiva fica apagado e é apenas explicitado (indiretamente) em um enunciado posterior: “Tudo porque um bando de criminosos se recusava a perder as regalias a que estava acostumado nas penitenciárias comuns”. O agente, assim, não surge explicitamente no enunciado, uma vez que o pronome indefinido “tudo” e o conector explicativo “porque” asseguram a não indissociabilidade dos enunciados, apresentando-nos apenas os transtornos econômico, político, de tráfego e educacional durante aquele período de maio.

Assim, a revista cria um espaço imaginado do real (aproxima-se da ficção), o que, de

⁴⁵ Essa tipificação e classificação do sentido dado ao crime na literatura policial desenvolvida a partir do fim do século XVIII, justapõe-se ao “terror” espetacularizado na mídia brasileira em relação aos ataques do PCC na capital paulista. A aberração enquanto sentido de assombro, pânico, susto, configura-se na imagem do “terror”, presenciado em São Paulo, contudo, sem efeitos decorrentes do artificialismo científico e/ou fantástico. (Cf. Olívia Maia em “De Drácula a Philip Marlowe” em <<http://diplo.uol.com.br/2007-11,a2053>>).

fato, caracteriza o espetáculo (DEBORD, 1997; GREGOLIN, 2004), pois há estrategicamente uma seqüência de enunciados que são formulados sob uma espécie de atadura discursiva, a qual remete, em primeiro lugar, ao “vencedor” da luta entre facção e equipe de segurança e, em segundo, uma série narrativo-descritiva dos “transtornos” resultantes do confronto; logo a culpa do caos é atribuída (assim é o direcionamento da ordem discursiva) ao PCC. Acoplam-se ainda justificativas como as que são apresentadas da seguinte forma: “se recusava a perder as regalias...” e “a transferência de 765 detentos... foi o estopim para a espiral da violência...”.

Nesse caso, as “regalias” estão se referindo, por meio de paráfrase e/ou metáfora, aos “direitos penais e constitucionais” dos sujeitos internos ao sistema carcerário. Por meio dessa enunciação, percebe-se o quanto o discurso midiático é segregador e produtor de diferenças; sua posição ideológica acaba adquirindo forma justamente aí: no momento em que as palavras passam a desempenhar uma função que tem a ver com a posição do sujeito em face das questões que se lhe interpõem. Nesse ponto, portanto, a formação discursiva que se constitui nesses enunciados é a da necessidade de isolar os sujeitos identificados como integrantes do PCC, o que já demonstra, de fato, a individualização e a categorização a que são submetidos os detentos.

Ainda percorrendo as páginas da *Veja*, interessou-nos como, ao longo de suas páginas dedicadas a outro assunto (a idade do corpo e seus órgãos), outros gêneros⁴⁶ também detiveram a sua atenção sobre as ações do PCC em São Paulo. Assim, lemos um ensaio redigido e assinado por Roberto Pompeu de Toledo e que leva o título de “Os últimos acontecimentos revistos e explicados”. Importante descrever ainda como acontece a entrada desse ensaio. Nele tem-se um adentramento (*lead*) dizendo o seguinte: “A polícia foi tomada de surpresa? Houve acordo com os bandidos? Um roteiro para tirar dúvidas”. O ensaio adquire, assim, *status* de compromisso com a verdade quando é identificado como um roteiro esclarecedor em “Um roteiro para tirar dúvidas”.

O ensaio é escrito de modo a expor como uma organização criminosa leva adiante as informações que possui, ao passo que a polícia, que já sabia dos ataques, não as repassou aos comandos de base. Interessa-nos verificar como fica essa relação na formação discursiva e o jogo de representações que adquirem as equipes de segurança e os “criminosos” em relação à especulação de um acordo entre as duas corporações:

(E-11) Houve um acordo, puseram a denunciar os especuladores. O governador

⁴⁶ Não podemos deixar de mencionar que a *Veja* não se deteve tanto quanto se esperava nas ações do PCC na capital paulista e que, por isso, também trouxemos para o conjunto da análise o ensaio em questão.

apressou-se em qualificar tal suposição de “ofensiva”. Mesmo assim, insistiram: se não foi para negociar um acordo, para que a embaixada junto ao Primeiro Mandatário do PCC? Essa questão não foi bem explicada, mas... precisava? Que custava, àquela altura, exhibir bons modos e boa vontade? Só se espanta quem não reconhece o valor da cortesia entre os indivíduos e das boas relações diplomáticas entre as potências. A má vontade foi a ponto de apontarem uma suposta violação do regime carcerário pelas próprias autoridades, uma vez que o regime a que se condenou o preso o impedia de receber visitas. Ora, prender-se a questiúnculas formais numa altura dessas? (VEJA, p. 138).

Partindo do que nos relata Beltrão (1980), acerca de como se caracteriza o gênero ensaio, cujo argumento respaldado em provas documentais atesta-lhe a superioridade objetiva sobre o artigo, somos levados a discordar da tipologia definida pela própria revista, posto que os argumentos contidos na matéria em questão apresentam pontos de ruptura subjetiva, como se verá por meio de metáforas, adjetivos e modalizadores. Alertam-nos Santos; Oliveira (s/d, p. 247) quanto a esse equívoco comum, pois como fazem parte do grupo tipológico dos gêneros opinativos, distingui-los torna-se difícil, apesar de importante.

Contudo, devemos atentar para o fato de que, como gênero de opinião, ou seja, de exposição explícita do dialogismo e, além disso, de diversas posições subjetivas, esse tipo de texto representa bem o perfil de *Veja*, haja vista que ela não esconde de seus leitores a sua posição no jogo de forças entre a segurança e a transgressão.

Na materialidade enunciativa, podemos perceber que, sob o item lexical (enunciado) “acordo”, há uma série de implicações discursivas. Primeiro porque “acordo” remete a dois lugares que buscam amenizar suas diferenças por intermédio de um estado comum; segundo porque demonstra a relação de forças, a *microfísica* gerindo esses dois lugares que buscam o poder (FOUCAULT, 1979), como se pode perceber em: “Só se espanta quem não reconhece o valor da cortesia entre os indivíduos e das boas relações diplomáticas entre as potências”. A mídia, portanto, como lugar de debate e de exposição da vida cotidiana, tem o compromisso de expor as mazelas das relações políticas, sobretudo quando se trata de um acordo entre política e criminalidade.

Constata-se, na formulação, uma série de enunciados, relativamente co-ligados, que expressam o equívoco daquele acordo. Para iniciar, o locutor resgata a voz do Governador em: “O governador apressou-se em qualificar tal suposição de ‘ofensiva’”, em que indiretamente a voz do Governador passa a habitar a fala do locutor através da palavra aspeada “ofensiva”. Nessa palavra que comporta também o sentido de um enunciado, tem-se a posição autoral do Governador, que, ao mesmo tempo em que é reatualizada, sofre contragolpe do contradiscurso do sujeito (da indignação) que se forma com o enunciado.

Na seqüência, observamos que a modalidade enunciativa se desloca com o sujeito,

uma vez que o regime de enunciação passa a ser interrogativo, como se pode ler em: “Mesmo assim, insistiram: se não foi para negociar um acordo, para que a embaixada junto ao Primeiro Mandatário do PCC? Essa questão não foi bem explicada, mas... precisava? Que custava, àquela altura, exibir bons modos e boa vontade?”. Aqui, o sujeito passa a ocupar o lugar do inquiridor, desconfiando da relação entre a política e o PCC. Veja que o regime de enunciação jurídica/lógica dá início à bateria de questões por meio de “*se* não foi para... para que...”. Além disso, observe o uso da expressão “a embaixada junto ao Primeiro Mandatário do PCC”. Nela, o jogo de deslizamento metafórico (ORLANDI, 2001; GADET; PÊCHEUX, 2004) produz deslocamentos no enunciado, pois “embaixada” e “Primeiro Mandatário” constituem ironizações que têm seu efeito de heterogeneidade discursiva (MAINGUENEAU, 1993, p. 77). Em termos foucaultianos, diríamos que remetem a outro conjunto de formações discursivas (política, especificada na diplomacia e subespecificada nas relações internacionais, com relação ao primeiro termo/enunciado), e, no caso da segunda expressão, trata-se de um jogo com o nome da organização (Primeiro “Comando” da Capital para Primeiro “Mandatário”).

Nos enunciados posteriores, por sua vez, podemos perceber outro deslocamento tanto no regime enunciativo quanto no da posição-sujeito. A dispersão do sujeito viabiliza o deslocamento do enunciado e, por conseguinte, do discurso. Uma vez tratando da contradição do poder político por meio da interrogação, eis que agora o sujeito é objetivado pela lei, passando a falar em nome dela, porque uma estratégia espetacular simula a contradição política.

Na passagem: “A má vontade foi a ponto de apontarem uma suposta violação do regime carcerário pelas próprias autoridades, uma vez que o regime a que se condenou o preso o impedia de receber visitas. Ora, prender-se a questiúnculas formais numa altura dessas?”, ouvimos a voz do novo recurso penal, o RDD, o qual diz que o condenado não pode receber visitas quando submetido a esse regime. Desse modo, o enunciado como uma materialidade repetível “circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade” (FOUCAULT, 2004, p. 121). O que queremos dizer com isso é que o acontecimento dessa formulação, que constitui um enunciado involuntariamente, remete a outro enunciado, enredando sua atualização particular em um jogo de interesses, como os que podemos supor na formação discursiva que o materializa: a da segurança por meio de medidas penais rigorosas.

Posto isso, o que acontece sob a inscrição de “terror” no *mass media* brasileiro? O

terror certamente não possui dono, pois entra nessa rede engendrada pelo poder: poder daqueles que desejam ser suspensos do rigor da lei e penalidades e o poder daqueles que desejam, a todo custo, manter o corpo do condenado sob castigo nos presídios, mantendo-o temporariamente inativo.

4.2 Dispostos a aprender? Veja, no Parlamento brasileiro...

Embora não seja consensual afirmar que a mídia enquanto instrumento de intervenção do cotidiano faz emergir um cenário de debates em torno de políticas voltadas aos cidadãos – de onde surge inclusive o seu caráter de atuação numa “esfera pública” (MAIA, 2006) – vale discutir esse preceito tendo em vista um acontecimento espetacular, o qual poderia ser descrito como pedagógico, além de moral. Trata-se do envio e distribuição do primeiro exemplar do ano de 2007 dedicado ao *Crime: as raízes, a impunidade, as soluções* (edição especial e exclusiva do assinante), ao parlamento brasileiro, cuja tiragem chegou ao número de 1.209.060 exemplares. Esse número vem endossar que “os índices de venda são, em grande parte, a justificativa das atividades das empresas” (MAIA, 2006, p. 24), ou seja, um discurso que recobre o discurso de sua prática enquanto instância midiática, “obrigando as mídias a produzir, paralelamente ao discurso de informação, um discurso que justifique sua razão de ser, como se além de dizer, ‘eis o que é preciso saber’, as mídias dissessem o tempo todo: ‘eis porque temos a competência para informar’” (CHARAUDEAU, 2006, p. 34).

Assim, enquanto espaço de debate entre ações do campo político, civil e público, os textos publicados por *Veja* associam o crime à transgressão, ao tráfico, à corrupção. Entretanto, nosso objetivo circunscreve-se ao domínio das formações discursivas que emprestam aos discursos a sua possibilidade de existência. Desse modo, gostaríamos de abordar como a escrita do acontecimento se repete nessa edição especial da *Veja* e de que modo ela produz e associa sentidos em relação ao maio de 2006, o acontecimento do PCC na mídia brasileira.

A relação entre segurança, política e crime não é sintomática, mas no discurso esses objetos são manejados por um determinado sujeito de saber – o jornalista, que, como veremos, constrói uma argumentação que invalida a palavra da minoria transgressora e, além disso, aprova com ressalvas a atitude dos políticos. O primeiro enunciado é o que segue:

(E-12) O discurso politicamente correto do PCC, que não passa de uma “ação de marketing” encobridora, naufragou com as últimas ondas de atentados lideradas pela facção em 2006. Os ataques – uma reação ao endurecimento do governo estadual no

combate à facção – resultaram no isolamento da cúpula da organização no presídio de segurança máxima de Presidente Bernardes. A medida foi tomada pelo Palácio dos Bandeirantes com pelo menos cinco anos de atraso. Com o perdão do clichê, antes tarde do que nunca. (VEJA, p. 65).

Publicado pela *Revista Veja* de janeiro de 2007, na matéria intitulada *PCC: Primeiro Comando da Cocaína*, esse enunciado materializa, por meio da denegação e das aspas, dois discursos concorrentes possíveis. Um deles é o próprio discurso do PCC, recuperável pela expressão “discurso politicamente correto”, transmitido em agosto do ano de 2006 pela Rede Globo de Televisão, no qual eles pediam melhores condições de tratamento na prisão. Outro discurso é o que se define pela negação “que não”, introduzindo uma definição ou interpretação por parte do sujeito e pela expressão aspeada “ação de marketing”, cuja essência semântica advém do campo publicitário, deformando as políticas minoritárias à completa farsa. Além disso, a complementação com um adjetivo como “encobridora” também permite observar como as relações de força são, no mínimo, visíveis no texto jornalístico. Isso porque, ao invés de esconder sua maquinaria, o discurso midiático vai expô-la incansavelmente.

Com os ataques, os integrantes do PCC passaram a ser dispersos pelas penitenciárias do país, e o líder foi enviado para a Penitenciária de Presidente Bernardes, onde vigora o RDD (Regime Disciplinar Diferenciado), um recurso penal que não permite flexibilidade durante a estada do interno na penitenciária. A esse respeito, o sujeito do discurso jornalístico diz o seguinte: “A medida foi tomada pelo Palácio dos Bandeirantes com pelo menos cinco anos de atraso. Com o perdão do clichê, antes tarde do que nunca”, em que: Palácio dos Bandeirantes está em relação sinonímica com os políticos, ou seja, o lugar determina o poder de quem pode e deve decidir pela vida do outro, do transgressor. Adjunta a isso se encontra a indignação do sujeito “com pelo menos cinco anos de atraso... antes tarde do que nunca”, em que o tempo é um fator de julgamento e determinante para o fim da crise da segurança no Brasil. Quanto mais ágil for a ação política, mais se garantirá segurança à população. O provérbio inserido nesse contexto “antes tarde do que nunca” vem reforçar, por meio da relação de interdiscursividade, o dito popular de que a justiça tarda, mas não falha, e de que os culpados pelo crime sempre são punidos, no seu desfecho, com o rigor da lei.

O próximo enunciado advém da mesma revista; ele é parte integrante da matéria intitulada *O Brasil que não pune...*:

(E-13) A raiz de quase todas as aberrações sobre as quais você lerá nas próximas páginas é a impunidade. Ou seja, a incapacidade endêmica do poder público brasileiro de deter criminosos, condená-los a castigos proporcionais a seus delitos e assegurar que eles serão cumpridos em sua exata extensão, de forma previsível. [...] Mas não tenha ilusões: a impunidade brasileira é o principal combustível do crime.

[...] No plano geral, no entanto, a saída é construir mais cadeias. E prender, prender, prender. (VEJA, p. 46).

O discurso jornalístico, sendo uma prática de reformulação explícita que, longe de “esconder a maquinaria”, vai expô-la sistematicamente, é o lócus em que a heterogeneidade mostrada marcada é especialmente perceptível. Pode-se identificá-la em dois níveis: a) na estrutura enunciativa; e, b) no fio do discurso.

A representação do dialogismo acontece no fio do discurso por meio da justaposição de dois discursos a partir de numerosas formas de estabelecimento de equivalência: A, ou seja, B; A, em outras palavras B; A significando, batizado de B; A ou B: Ou seja, a incapacidade endêmica do poder público brasileiro de deter criminosos, condená-los a castigos proporcionais a seus delitos e assegurar que eles serão cumpridos em sua exata extensão, de forma previsível. Por meio do item lexical “endêmica”, proveniente do discurso médico, relativo a “doença que existe constantemente em determinado lugar e ataca número mais ou menor de indivíduos” (cf. FERREIRA, 1995, p. 246), podemos observar a mobilização de uma formação discursiva que perpassa todo o discurso jornalístico em pauta em que o crime é tratado como um mal local, brasileiro. A expressão “condená-los a castigos proporcionais a seus delitos e assegurar que eles serão cumpridos em sua exata extensão, de forma previsível” marca a heterogeneidade desse discurso, ao fazer emergir o discurso jurídico que fala da precariedade da legislação e da justiça brasileiras, deixando aflorar outra formação discursiva. No entanto, esse tipo de expectativa discursiva já faz parte do imaginário social sobre a justiça, recuperável por intermédio do provérbio “a justiça tarda mais não falha”.

Também é possível verificar que o conector adversativo “mas”, de natureza essencialmente dialógica, envolve a presença de dois locutores, advindos de formações discursivas diferentes: “Mas não tenha ilusões: a impunidade brasileira é o principal combustível do crime”. Aliadas ao conector “mas”, encontramos as asserções com os verbos no tempo presente, como também na forma infinitiva e na imperativa/negativa, e a expressão modalizadora deôntica “É preciso”. Isso vem corroborar o desejo do saber e da verdade que o discurso quer passar aos seus interlocutores, somados à certeza da opinião e à fonte do conhecimento.

Mais do que uma simples repetição, o enunciado “É preciso prender, prender, prender”, formado de uma perífrase verbal com a repetição do verbo “prender”, evidencia uma cadeia discursiva que tem o efeito de sentido de intensificar a ação da polícia (Estado). Parece que a um maior volume de linguagem “idêntica” em “posição idêntica” corresponde

um maior volume de informação que cria o efeito de sentido da necessidade de que se prendam efetivamente e com mais rigor os bandidos.

O enunciado que trazemos para análise faz parte da reportagem ... *e o Brasil que pune mal* (p. 48-9). Essa reportagem traz em seu corpo a seguinte inscrição, (*lead*), que faz o adentramento ao leitor: “A pretexto de ‘ressocializar’ os presos, benefícios da lei penal alimentam a criminalidade”. A partir dela é possível antecipar que formações imaginárias alicerçam essa reportagem e qual a posição da revista em face da dicotomia sobre a qual este trabalho se pauta, isto é, no crivo do acontecimento do PCC na mídia e no do envio desse exemplar da *Veja* ao senado brasileiro.

A reportagem inicia-se com a descrição de um fato que serve de exemplo para aquilo que ela pretende criticar: os benefícios legais. Fala-se sobre um caso ocorrido em março de 1993, envolvendo um sujeito que foi pego em flagrante na tentativa de roubo em São Paulo, recebendo a condenação de oito anos e dez meses de reclusão. Esse sujeito conseguiu, no entanto, passar para o regime semi-aberto após ter cumprido um sexto da pena e, três anos e meio depois, estava totalmente livre. Nessa seqüência vem o que nos interessa analisar:

(E-14) Ele foi premiado por um cardápio de benefícios destinado à ressocialização de presos, elaborado em 1984 como forma de “modernizar” e “humanizar” leis criminais. Em dezembro do ano passado, Joabe voltou ao crime. Foi autor de um dos atos mais desumanos da história criminal recente (...) ateou fogo em quatro pessoas vivas (...) Não há como saber se Joabe deixaria de praticar o segundo crime se tivesse sido rigorosamente punido pelo primeiro. Mesmo assim, o histórico acima revela o mecanismo pelo qual o sistema brasileiro acaba premiando o criminoso a pretexto de ressocializá-lo. (*VEJA*, p. 48-9)

E para resolver o problema, *Veja* propõe:

(E-15) Criar juntas técnicas e restabelecer a obrigatoriedade de um exame criminológico para avaliar se o preso tem direito a progressão de pena.
Aprovar o projeto de lei que amplia o tempo mínimo de cumprimento de pena para a progressividade de pena.
Extinguir a progressão de pena para assaltos cruéis.
Reduzir drasticamente o número de indultos.
Limitar ao máximo as visitas íntimas. (*VEJA*, p. 49).

Iniciando a análise pelo papel exercido pela crítica da cultura midiática ao caso de reintegração social da delinqüência, ela parece sugerir que a “dogmática” penal está subordinada ao discurso “político” dominante. Isso nos remete à história da punição (do poder punitivo): na Idade Média, quando não havia o princípio de legalidade, se um indivíduo transgredia um valor da sociedade (se afrontava ao rei e, por extensão, a Deus), era “fadado” a

“optar” por viver uma conduta contrária aos mandamentos de Deus. No Iluminismo, vem à tona o “contrato social” (não “divino”): ao transgressor, uma severa pena, capaz de intimidar os demais membros da sociedade (o “exemplo”). Em fins do século XIX e início do século XX (sob a “bandeira” do pensamento positivista), a punição recairá sobre a periculosidade do agente, cabendo ao “direito penal” defender a sociedade e os interesses sociais de um criminoso.

O médico Lombroso concebe, por exemplo, a existência de criminosos natos, o que representa a associação do criminoso a uma patologia, anomalia distinguível por meio de um determinismo biológico (formações ósseas do rosto, da narina, da orelha, da fronte e dos olhos), que, em última esfera, determinava a conduta moral e social do indivíduo (reduzido do pensamento antropológico), cabendo medidas terapêuticas para a “cura” dessas anomalias. O jurista Ferri, por seu turno, atribuía a causa do crime ao meio social. Ora, em todos os discursos as causas situam-se no delinqüente.

Hoje, porém, as penas (na verdade, o delito é determinado na/pela lei) ancoram-se na necessidade de estabilizar o sistema social, produzindo-se o respeito ao ordenamento jurídico, por intermédio da medida preventiva da transgressão: se há o desrespeito, aplica-se a pena, de que derivaria a crença na Justiça (na aplicação das leis). Quanto ao “crime”, surge, na “moderna” criminologia, como a única forma que o indivíduo encontraria (em face das desigualdades) para solucionar seus problemas “existenciais” (o delito seria, então, preexistente ao sistema penal).

Partindo para o estudo da materialidade lingüística no enunciado (E-14), curiosa é a forma com que *Veja* aborda a questão da ressocialização do delinqüente. Ao tomar um fato como exemplo (um exemplo singular e nada regular), ela constrói representações acerca tanto do sujeito detido quanto da legislação penal, adquirindo nesse rebate com a alteridade a sua própria identidade (SILVA, 2006; HALL, 2004 e 2006; CORACINI, 2003; FOUCAULT, 2004). O exemplo dado pelo locutor da matéria constitui-se em uma estratégia discursiva explícita no discurso da mídia, uma vez que se parte dele para a observação do que acontece no mundo, generalizando uma verdade particular e rarefeita. O exemplo parece colocar em evidência para *Veja* e seu leitor que o sistema penal não funciona adequadamente. Como modelo, enfim, o exemplo se presta a conduzir e manter a ordem discursiva preponderante. Vejamos como se marca a posição do sujeito que se subleva na materialidade enunciativa.

No início da formulação somos colocados diante de um trabalho de memória, já que em 1984, instaura-se a Lei de Execução Penal (LEP), que administra as medidas aplicáveis e sua regulamentação em relação aos condenados à prisão. Contudo, o sujeito diz da seguinte

forma: “Ele foi premiado por um cardápio de benefícios destinado à ressocialização de presos, elaborado em 1984 como forma de ‘modernizar’ e ‘humanizar’ leis criminais”, em que o ato de “premiar” e os objetos que se associam a ele, “um cardápio de benefícios”, permitem identificar o sujeito da enunciação como desfavorável às iniciativas de ressocialização prisional. A voz que se faz ouvir nesse enunciado, pensando nesses signos evocados, contra-identifica-se com o discurso legal da LEP⁴⁷, pois, uma vez que esse código normatiza as práticas de gerenciamento das penas a serem aplicadas aos condenados, reduz (“drasticamente”) que o suplício venha incorporar-se novamente à cultura dos julgamentos. Assim, no jogo de sentido entre essas estruturas, temos que o contradiscurso da mídia enfatiza que, na realidade, qualquer medida que tenha o objetivo de transformar o transgressor em sujeito dócil e ordeiro não obtém resultado sem “imposição” de uma força drástica.

Posterior a esse jogo, o sujeito novamente retoma o exemplo, enfatizando que Joabe (seu objeto de exemplificação) voltou ao crime. Interessante é observar o funcionamento da denegação na seguinte passagem: “Não há como saber se Joabe deixaria de praticar o segundo crime se tivesse sido rigorosamente punido pelo primeiro”. Aqui, o sujeito, para não dizer que Joabe realmente deixaria o crime se tivesse sido punido rigorosamente, produz involuntariamente na formulação uma modalização “Não há como saber...” (“é duvidável”, “é improvável”). O mais interessante ainda é que a interdição funciona pela negação, um “ponto de deriva” (PÊCHEUX, 1990), gerando nenhuma expectativa quanto ao valor de verdade do enunciado, senão o fato de que poderia ter sido enunciado como uma afirmação (MAINGUENEAU, 1993), e a dúvida interseccionada aí pela negação seja apenas uma resposta a ela. Contudo, a maneira como a prática expositiva é composta permite que seja praticamente inquestionável o efeito de verdade. Segundo Foucault (2005, p. 9), não se pode nem se deve dizer tudo e em qualquer circunstância. Assim, a produção discursiva é controlada para não fugir de seu próprio controle em afirmações categóricas que não se validam como verdade. O mesmo terá dito Pêcheux (1990), quando discute os dizeres logicamente e não-logicamente estabilizados, entre os quais o discurso midiático, que, como provém do cotidiano e das Ciências Humanas, pertence ao não-logicamente estabilizado e, portanto, sua verdade depende de outros fatores, como instituição, poder, métodos, estratégias etc.

O enunciado subsequente ao que analisamos, por sua vez, insere uma conformidade

⁴⁷ Em termos jurídicos, tem-se, assim disposto, o “Art. 1º - A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (BRASIL, 1984; grifo nosso).

em relação ao tema da transformação social do sujeito transgressor, por meio do articulador “Mesmo assim”: “Mesmo assim, o histórico acima revela o mecanismo pelo qual o sistema brasileiro acaba premiando o criminoso a pretexto de ressocializá-lo”. Além disso, o exemplo de Joabe, como se lê na passagem, entra no enunciado formando um documento histórico e perpétuo que prova a ineficácia do sistema ressocializador. Em “... o sistema brasileiro acaba premiando o criminoso a pretexto de ressocializá-lo”, o discurso da segurança enviesa o discurso da punição, formando um contradiscurso (para lembrar Bakhtin, 1988) ao discurso da lei (a LEP, a Constituição⁴⁸). Assim, o conjunto de representações possíveis diante do impasse entre as formações discursivas que se duelam entre punir e ressocializar é o de que o sistema brasileiro como um todo é o produtor das ilegalidades e dos casos mais agudos, como o da transgressão. O fato é que o sujeito, uma vez inserido nesse sistema, passa a funcionar como uma engrenagem deste (FOUCAULT, 1979, p. 134), e a “concubinagem” passa a existir. Exemplo disso são as milícias que se formam nos morros e favelas das cidades.

O que ficou demonstrado, portanto, é que o sujeito que nasce contiguamente com esses enunciados identifica-se com a formação discursiva da segurança, esteja ela ou não, a qualquer preço, punindo com rigor.

Passando ao exame da formulação subsequente à analisada, ou seja, (E-15), cujo objetivo talvez seria o de propor soluções para o fim da criminalidade e da violência, vejamos a princípio os verbos que iniciam cada proposição, a fim de observar como eles conduzem a minimização da condição humana do encarcerado: “criar”, “restabelecer”, “avaliar”, “aprovar”, “extinguir”, “reduzir”, “limitar”. Percebe-se, à primeira vista, um contraste entre os verbos. Os primeiros reforçam ações positivas, ao passo que os três últimos fomentam ações negativas. Contudo a maneira como eles estão articulados a outras palavras, formando outros enunciados, modifica-lhes essa evidência. Fala-se em “criar juntas” para julgar alguma coisa; “restabelecer a obrigatoriedade” para examinar e avaliar se o sujeito tem ou não direito à progressão de pena; “aprovar projeto de lei” para aumentar o tempo de pena e impedir progressão; “reduzir drasticamente indultos”, ou seja, eliminar os benefícios; “limitar ao máximo as visitas íntimas” para produzir isolamento e reflexão.

Em (E-15), ao falar-se em “criar juntas” para a execução de “exame criminológico”, passamos a entender em nosso diagnóstico que, assim como dizia Foucault (1979; 2004), as práticas discursivas na sociedade pós-moderna ainda passam pela diretriz das concepções

⁴⁸ Na Constituição, diz-se que todos são iguais perante a lei (Art. 5º) e que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (inciso III). (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988, p. 2).

modernas e iluministas de “classificação” das penalidades. No auge do humanismo e da modernidade, o sujeito racionalista produziu práticas discursivas associadas ao cientificismo e ao positivismo, contemporâneos aos primeiros Direitos Constitucionais. [⁴⁹] Sem prolongar essa discussão à exegese desses códigos normativos, queremos dizer que o sujeito que formula aquele enunciado, em (E-15), encontra-se “sujeito” de um saber superior e que necessariamente decide sobre a natureza do delito e a pena a ser aplicada ao transgressor. Trata-se de sua objetivação pelos códigos e pelo saber moderno.

Ora, o infinitivo desses verbos e sua ligação com objetos específicos de controle e avaliação do sujeito aí delineado como transgressor, permitem asseverar o quanto os regimes de enunciação, ou melhor, o discurso da mídia encontra-se imbuído de desejo e de vontade de poder (FOUCAULT, 2005), uma vez que se liga ao controle e à disciplina do outro. Logo, essa série de restrições e medidas científicas acaba se tornando o próprio simulacro da violência. O ser humano submetido ao encarceramento não é mais humano? O que ele pratica ou faz na sociedade deve ser heurísticamente anestesiado por meio de uma ortopedia da vida em cadeia? Perdeu-se a visão de que se lida com outros homens e que eles, diferentemente dos demais, fazem isso ou aquilo não só porque querem, mas porque condições são oferecidas para que eles assim ajam, em respeito à preservação de suas vidas. (GIDDENS, 2002).

Dessa forma, esperamos ter podido dar mostras do funcionamento regular das formações discursivas da mídia, bem como o papel das representações imaginárias que consolidam determinadas práticas sociais, especialmente com a segregação das identidades diferenciadas, como a que se sobrepõe na mídia impressa brasileira em maio de 2006 e janeiro de 2007: a identidade transgressora.

⁴⁹ A transformação dos sistemas penais europeus, segundo Foucault (2003, p. 80-102), baseando-se em Beccaria, Bentham e Brissot, deu-se, de um lado, pela reelaboração teórica da lei penal, o que ocasionou 1) a cisão da lei com a moral e a religião; 2) distinguindo-se das leis natural, religiosa e moral, a lei penal deveria definir aquilo que era nocivo à sociedade; 3) assim, da dedução dos dois primeiros itens, a lei deve dar uma definição clara (objetiva) do crime. Essa prática naturalística associa-se com as classificações feitas nas ciências naturais do século XVIII; na classificação das patologias feita pelas ciências médicas do século XVIII e XIX; e na gramática, com a consolidação das classes de palavras a partir da *Gramática de Port-Royal*, do século XVIII (FOUCAULT, 2004).

ENTRE MORTOS E FERIDOS: O ARSENAL DO DISCURSO MUDIÁTICO

“O mais interessante na vida e no trabalho é o que permite tornar-se algo de diferente do que se era ao início. Se você soubesse ao começar um livro o que se ia dizer no final, você crê que teria coragem de escrevê-lo? Isso que vale para a escrita e para uma relação amorosa, vale também para a vida. O jogo vale a pena na medida em que não se sabe como vai terminar”.

Michel Foucault. *Verité, pouvoir et soi*.

De acordo com Foucault (2005, p. 57-8), o acontecimento é oposto à história que prescreve as gêneses como uma sucessão de fatos tranqüilos, nunca abalados por uma repetição, uma ruptura que “ressuscita” outros discursos. E salienta-nos o próprio estudioso que “ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é seu efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais (...) produz-se como efeito de e em uma dispersão material” . Assim, estivemos diante do acontecimento do PCC no discurso midiático em revista. Esse acontecimento está, por sua vez, relacionado à visualização da violência, à materialização do crime, à discussão de episódios exemplificativos rarefeitos, relacionados, ainda, à polifonia e à heterogeneidade discursiva (nas interlocuções dos discursos jurídicos – penal e constitucional – e da articulação desses discursos a uma memória discursiva moralizante e autoritária).

Este trabalho tem condições favoráveis para interpretar o “real” do terror descrito pela mídia, uma vez que o seu objetivo restringiu-se ao estudo da constituição da formação discursiva do discurso midiático (o funcionamento de técnicas e estratégias discursivas acessíveis pela memória, pelos efeitos de sentido e pela política de representações e identificações), bem como da descontinuidade da formação discursiva consigo mesma (em relação aos discursos que se “contradizem”, dialogam), tanto pela iniciativa de ressocializar quanto de punir os transgressores, a partir de três revistas de circulação nacional, *Época*, *Veja* e *Caros Amigos*.

Conforme pudemos analisar, a posição da mídia é definida e está atrelada ao poder e ao medo burguês, bem como está assegurada por uma representação que é anterior à formação dos enunciados, portanto funciona por meio do imaginário social sobre a violência brasileira. O acontecimento que coloca em pauta uma série de enunciados a respeito do PCC (que tem sua condição de existência graças a uma relação que lhe é suplementar) apóia-se no jurídico, por meio da interdiscursividade com o texto da lei; no religioso, por meio da alusão

interdiscursiva do texto bíblico (de fundo restaurador, moralizante); no político, identificando-se, às vezes, com a necessidade de isolar os transgressores do âmbito social para a geração do bem estar, ou, simplesmente, explicitando a parcialidade das visões partidárias, como estratégia de “auto-negação” de uma posição discursiva. O discurso da mídia em revista, assim, constrói sua narrativa interseccionando regiões de saber que delimitam o objeto discursivo, por meio da relação estabelecida entre o criminoso, o marginal, o PCC.

Nossa tarefa não visou descobrir exclusivamente no fundo dos enunciados o seu sentido e seu deslocamento, mas perceber que a ligação que os torna vizinhos está, muitas vezes, relacionada a saberes que tornam possíveis e não incompatíveis tais relações.

As representações que surgem, a partir dessas relações de complementaridade discursiva, permitem a afirmação de que a identidade construída sobre o grupo organizado é regular, reforçando, por meio da língua e dos discursos evocados pela memória dos ditos populares, dos provérbios e dos recursos expressivos (como a metáfora, a perífrase, a modalização), atributos sociais que geram, circulam e constituem os discursos, que se atualizam em face do acontecimento do crime na sociedade brasileira.

Desse modo, acreditamos tecer-se no discurso da mídia uma verdadeira espécie de pedagogia do crime. Temas e elementos figurantes do discurso midiático, tais como a associação das mortes de equipes de segurança à periculosidade e ao baixo rendimento financeiro do trabalho pela segurança, a relação da formação de uma organização criminosa com a flexibilidade beneficiária do discurso jurídico⁵⁰, e a implantação de um recurso penal (o RDD) como medida de contenção dos focos de violência, garantem também essa função pedagógica.

“Antes tarde do que nunca”, “a solução é construir cadeias. E prender, prender, prender”, “assumir a responsabilidade e trabalhar para mudá-las”, “com imediata energia e seriedade” são apenas algumas dessas marcas que denunciam interdiscursivamente a presença de outros discursos mantidos sob o aparente silêncio da evidência da formulação. Esse efeito pedagógico da mídia, de um modo geral, é consensual, tendo em vista que a mídia é o lugar principal onde é realizado o trabalho sobre as representações sociais, pois adquire um status institucional que a autoriza a interpretar e produzir sentidos sobre o social que são aceitos consensualmente pela sociedade (GUERRA; SOUZA, 2007).

Mais do que ensinar, mais que instruir, o discurso da mídia, apesar de

⁵⁰ Referimo-nos explicitamente aqui ao disposto no Art. 112 da Lei de Execução Penal: “A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva, com a transferência para o regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e seu mérito indicar a progressão”.

constitutivamente heterogêneo, polifônico, e, às vezes, irônico, é rarefeito e constrói-se à sombra do discurso universalista dos direitos humanos. A ausência, ou, melhor dizendo, o rastro deixado pela sua ausência murmura, no discurso midiático, funcionando como a imposição de uma ordem discursiva e prática que deve e precisa ser mantida: a ordem social do bem estar, da inexistência do caos, de que estamos, todos (numa homogeneidade social), a salvo do perigo e do terror.

Nesse interstício, concordamos com a idéia de que uma “dialética” da verdade faz-se necessária, uma vez que a constituição heterogênea do discurso da mídia, por meio de múltiplas linhas de força tecidas pelas frentes de saber (o criminológico, o psicológico, o sociológico) e de normalização (a lei em suas múltiplas espécies e esferas de atuação) geram efeitos repressivos que não encontram na história o “eco” do acontecimento da transgressão em relação ao poder colonizador, econômico e político na história do Brasil. A incompletude, nesse sentido, mostra-se no “diálogo inconcluso” (MIOTELLO, 2006) entre essas diferentes esferas discursivas que se complementam e, ao mesmo tempo, contradizem-se. A identificação do discurso da mídia com as medidas de segregação desses sujeitos associados à transgressão, muitas vezes, mostra que a ausência do “Outro” (interdiscursivamente) não fecha o discurso em uma unidade forjada. A própria ausência é antecipadamente sinal da presença desse discurso humanista que se faz necessário no jogo proporcionado pelo discurso midiático, a fim de “completar” esse diálogo infundável e descontínuo.

Aliás, agora podemos refletir um pouco mais sobre o efeito “terror(ismo)” no discurso midiático e seus desdobramentos na sociedade contemporânea. Certamente, a memória constituída sobre o terror tem no 11 de setembro (de 2001) um ponto de articulação e atualização. A imagem da queda das torres gêmeas americanas povoa ainda o imaginário e a memória discursiva do cidadão telespectador, e ela é ancorada agora por mais um acontecimento, mais uma ruptura singular que “revira” e “remexe” o arquivo de discursos: o acontecimento do PCC nas páginas da revista.

Essa ligação, por sua razão “in-voluntária” de ser, contudo não nos faz pensar que nossas torres, “a inteligência da segurança pública brasileira”, tenham sido destruídas, não a balas perdidas mas a tiros certos? O que se faz necessário salientar, no entanto, se refere ao fato de que tomar o acontecimento americano, como forma comparativa, produz efeitos que não são só históricos, mas também espetaculares. A exaltação do espetáculo é o que fundamenta as relações exteriores da cultura da mídia com outras instituições (mercado, política, prisão, escola, etc.) e que lhe permite sobreviver, entre elas.

Por meio da articulação desses recursos, é possível afirmar que o discurso jornalístico

das revistas apresenta-se constitutivamente pedagógico, uma vez que sua materialidade reclama maior vigor no tratamento da violência. Das reflexões geradas pela análise, pode-se extrair com pertinência uma conclusão ao menos “temporária”⁵¹: quando em jogo a hegemonia de determinados grupos ou projetos políticos, é evidente a construção de representações por parte do veículo. Portanto, a valorização de certas temáticas vem comprovar que a cultura da mídia produz representações que tentam induzir anuência a certas posições políticas, levando os membros da sociedade a ver em certas ideologias “o modo como as coisas são”. E entre as grandes problematizações a serem feitas sobre os *mass media*, está a relação entre sua natureza pública e a exigência de que sejam um lugar de circulação de diferentes saberes sobre os fatos e o mundo. Assim, somente a pluralidade de perspectivas de enunciação pode configurar o jornalismo como um campo plural e representativo da diversidade social.

Apesar de a mídia, de forma positiva – como ela própria deve acreditar –, representar o PCC de diferentes formas em diferentes veículos de notícia, ela traz na materialidade a ambigüidade da diferença, que consiste em reforçar valores e idéias que resgatam o poder da disciplina e da lei que constituem o conceito de nação moderna (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

Acreditamos que, por se tratar de um discurso de ampla circulação, o discurso da mídia é o intermediário do Estado e, por possuir esse espaço, adquire a legitimidade necessária para intervir na realidade social brasileira, polarizando seu poder justamente sobre aqueles que pouco são ouvidos, senão calados por razão de uma imaginação pré-concebida da cidadania.

A partir dos resultados deste trabalho, é possível homologar também que uma ponderação é mais do que necessária em termos de se estabelecer a segurança, visto que “o melhor pode ser inimigo do bom, mas certamente o ‘perfeito’ é um inimigo mortal dos dois” (BAUMAN, 2003, p.11). E, além disso, escusa-se o fato de que nossa análise poderia levar ao princípio de tudo, com a história da homologação dos Direitos Universais, com a história do surgimento das prisões e/ou da mídia, contudo o que nos interessou, como pontua, sobretudo, o historiador do presente, foi flagrar o que *acontece* no “presente”⁵², pois o que há são coisas *repetidamente* ditas que não são inteiramente *novidades*. Pôr-se diante das enunciações do

⁵¹ Assim como o tempo é quem define uma “verdade”, cremos que “uma forma de desvencilhar desse poder descomunal sobre os saberes é propor uma abertura” em que “o discurso científico abre-se para sua não derrisão diante das verdades temporárias” (GUERRA; SOUZA, 2006, p. 9).

⁵² Para defendermo-nos do equivoco que pode ser gerado pela evocação dessa palavra, entendemos por presente, a contento das reflexões foucaultianas, um modo de articulação dos enunciados, como processo de reatualização deles, em plena sintonia com o “presente” da realidade histórico-social de uma cultura. Quem garante, com toda a certeza, que o crime não possa vir a ser o próximo assunto do “momento” nas páginas das revistas?

presente é o mesmo que se nos colocássemos à escuta de todas essas coisas ditas costumeiramente e as quais nos são intrínsecas: a descontínua e histórica forma do discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L.; L., RANCIÈRE, J.; MACHEREY, P. *Ler o Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Ed. UFPR, 2001.
- ARBEX JR, J. *O jornalismo canalha. A promíscua relação entre a mídia e o poder*. São Paulo: Casa Amarela, 2003.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Trad. Celane Cruz e João W. Geraldi. *In Cadernos de estudos lingüísticos*. Nº 19, p. 25-42, jul./dez. Campinas, 1990.
- _____. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Trad. Cláudia C. Pfeiffer et al. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud; Yara F. Vieira. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *Estética da criação verbal*. Trad. Aurora Fornoni Bernadini et al. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARBAI, M. A. *No fio do discurso: o seqüestro como um fato de linguagem*. (Dissertação de Mestrado, 133 f. Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP). Campinas, 2004.
- _____. Inquietações em Análise de Discurso. *In: POSTIGO, A. V.; FRESQUI, J. C. (Orgs.) I Encontro de estudos lingüísticos e literários*. (CD-ROM), 2006.
- BARONAS, R. L. Ainda sobre a noção-conceito de formação discursiva em Pêcheux e em Foucault. *In BARONAS, R. L. (Org.). Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João eds., 2007. p. 169-181.
- _____. *Slogan político, poder e identidade: efeito bonsai*. *In: FONSECA-SILVA, M. C.; POSSENTI, Sírio. (Orgs.). Mídia e rede de memória*. Vitória da Conquista: Ed. UESB, 2007. p. 161-176.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. *Tempos líquidos*. Trad. Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BELTRÃO, L. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina-Ari, 1980.
- BENTHAN, J. *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- BHABHA, H. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Seguido de *A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos*. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRANDÃO, H. H. N. Gêneros do discurso: unidade e diversidade. *In Polifonia*, nº 8. p. 95-112. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Congresso Nacional, Brasília, 1988.

BRASIL. *Lei n.º 7210, de 11 de julho de 1984*. Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.soleis.com.br/L7210.htm>. Acesso em: 04 abr. 2007.

BRIGGS, A.; BURKE, P. *Uma história social da mídia: de Guttenberg à internet*. Trad. Maria Carmelita P. Dias. Rev. Paulo Vaz. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CAROS AMIGOS. *PCC: a história da facção; o perfil de Marcola, o líder; a posição do governo; a vida nos presídios*. São Paulo, mai., p. 3-32. 2006.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciência sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. *In LANDER, Eduardo. (org.) A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro. p.169-186, 2005.*

CHARAUDEAU, P. *O discurso das mídias*. Trad. Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CORACINI, M. J. R. F. A celebração do outro. *In: _____ (Org.). Identidade e discurso*. Campinas: Ed. UNICAMP; Chapecó: Argos Universitária, 2003. p. 197-221.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. (Seguida de *Comentários sobre a sociedade do espetáculo*). Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, G. *Conversaciones*. Trad. José L. Pardo. 2. ed. Valência: Letrae, 1996.

ÉPOCA. *Até quando?* São Paulo, 15 mai., p. 24-55. 2006.

FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FONSECA-SILVA, M. C. Mídia e lugares de memória discursiva. *In: FONSECA-SILVA, M. C.; POSSENTI, S. Mídia e rede de memória*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007. p. 11-37.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas – Uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Antônio Ramos Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

_____. Sobre arqueologia das ciências (Resposta ao círculo epistemológico). *In: NEVES, Luiz Felipe Baeta. (Orient.). Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 1971. p. 9-56.

_____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *História da sexualidade I – a vontade de saber*. M. Thereza Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. Verité, pouvoir et soi. In: FOUCAULT, Michel. Dits et écrits. Paris: Gallimard, 1994. p. 777-783, vol. IV.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Machado *et al.* Rio de Janeiro: Nau, 2003.

_____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz F. B. Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura F. de A. Sampaio. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Trad. Raquel Ramalhe. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005a.

FRANCESCHINI, F. Notícia e reportagem: sutis diferenças. In: *Comum*. Rio de Janeiro, v. 9, nº 22. p. 144-55, jan./ jun., 2004.

GADET, F.; LEON, J.; MALDIDIER, D.; PLON, M. Apresentação da conjuntura em lingüística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia S. C. Mariani et al. 3ª ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Campinas: Pontes, 2004.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOMES, W. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In MAIA, R.; CASTRO, Maria C. P. S. (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 49-61.

GREGOLIN, M. R. V. Análise do discurso: o sentido e suas movências. In GREGOLIN, M. R. V.; CRUVINEL, M. F.; KHALIL, M. G. (Orgs.). *Análise do discurso: entornos do sentido*. Araraquara; São Paulo: Laboratório Ed. FCL UNESP; Cultura Acadêmica, 2001. p. 9-34.

_____. Nas malhas da mídia: agenciando os gêneros, produzindo sentidos. In: BARONAS, R. L. (Org.). *Identidade cultural e linguagem*. Cáceres: Ed. UNEMAT, 2003. p. 23-33.

_____. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos & duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.

_____. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: NAVARRO-BARBOSA, P. L.; SARGENTINI, V. M. M. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004a. p. 23-44.

GRIGOLLETO, M. Leituras sobre a identidade: contingência, negatividade e invenção. *In: MAGALHÃES, I.; GRIGOLLETO, M. & CORACINI, M.J. (orgs.). Práticas identitárias: língua e discurso. São Carlos: Claraluz, 2006. p.15-26*

GUERRA, V. M. L. Entre a violência, o poder e a memória, a gênese do discurso midiático impresso. *Encontro Regional da Abralic, 2007. Disponível em: www.abralic.org.br.*

GUERRA, V. M. L.; SOUZA, J. B. Vigiar e punir e o desconforto da economia teórica. *In: POSTIGO, A. V.; FRESQUI, J. I Encontro de Letras: estudos lingüísticos e literários. Três Lagoas: UFMS, 2006. (CD-ROM).*

_____. Um estudo discursivo da mídia e do poder. *Estudos Lingüísticos, 2007. Disponível em: www.gel.org.br/estudoslinguisticos.*

_____. Uma recompensa pelo crime da economia teórica: emergência de outros conceitos em *Vigiar e punir. In: DURIGAN, M.; GUERRA, V. M. L.; NOLASCO, E. C.; (Orgs.) Identidade e discurso: história, instituições e práticas. São Carlos: Pedro & João, 2008.*

_____. Um estudo do discurso midiático no Brasil: entre a crise da segurança pública e a violência do crime organizado. *Anais do I JIED. Maringá: UEM/Fundação Araucária, 2008a. (CD-ROM).*

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade. Trad. Flávio Bueno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. I. 1997.*

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.*

_____. Quem precisa da identidade? *In: SILVA, T. T. (org.). Identidade e diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais. Trad. e org. Tomaz T. da Silva. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p.103-133.*

HAROCHE, Cl.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In: BARONAS, R. L. (Org.). Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João eds., 2007. p. 13-31.*

HAROCHE, Cl. *Fazer dizer, querer dizer. Trad. Eni Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.*

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). *In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia S. C. Mariani et al. 3. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. p. 13-38.*

ILARI, R. O estruturalismo lingüístico: alguns caminhos. *In: MUSSALIM, F. BENTES, A. C. (orgs.) Introdução à lingüística: domínios e fronteiras. vol. 2. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.*

INDURSKY, F. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. *In: INDURSKY, F. &*

CAMPOS, M. C. (orgs.) *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000. p. 70-81.

JAMESON, F. O pós-modernismo e o mercado. In: _____. *Pós-modernismo – a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. Maria Elisa Cevalco. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997. p.268-284.

JUNQUEIRA, G. O. D.; FULLER, Paulo H. A. *Legislação penal especial*. 2. ed. São Paulo: Premier Máxima, 2005.

LAGE, N. *A estrutura da notícia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. *Ideologia e técnica da notícia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. Estruturas dos textos midiáticos. In: GUILARDI, M. I.; BARZOTTO, V. H. (Orgs.). *Nas telas da mídia*. Campinas: Alínea, 2002. p. 57-71.

LIPOVETSKY, G. *Metamorfoses da cultura liberal*. Tradução de Juremir Marcondes Filho. Porto Alegre: Sulina, 2004.

_____. *A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos*. Trad. Armando Braio Ara. São Paulo: Barueri: Manole, 2005.

MACAULAY, F. Political and institutional challenges of reforming the Brazilian prison system. Disponível em: <<http://www.brazil.ox.ac.uk/workingpapers/Macaulay31.pdf>>, acessado em 28/05/08.

MAIA, R. Mídia e vida pública: modos de abordagem. In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. S. (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 11-46.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 2. ed. Campinas: Pontes, 1993.

_____. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Edições Criar, 2005.

_____. Do provérbio à ironia: polifonia, captação e subversão. In: _____. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005a. p. 169-178.

MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso – (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

MELO, S. H. D. *Identidade, ética e linguagem: uma análise pragmática das práticas discursivas na imprensa (ou como fazer um bom jornalismo com palavras)*. (Tese de Doutorado, 212 f. Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP). Campinas, 2005.

MILANEZ, N. Corpos ilimitados: funk e AIDS na revista – um espelho do leitor. In: GREGOLIN, M.R.V.; CRUVINEL, M.F.; KHALIL, M.G. (org.). *Análise do discurso: entornos do sentido*. Araraquara: UNESP/FCL; Cultura Acadêmica, 2001, p. 283-297.

_____. A escrita do corpo – fios e linhas do jogo escriturístico na revista. In: FONSECA-SILVA, M. C.; POSSENTI, S. *Mídia e rede de memória*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007. p. 77-91.

MIOTELLO, V. Bakhtin em trabalhos de estudo de língua: levantando o problema do pertencimento. *Estudos lingüísticos XXXV*, São Paulo, p. 176-180, 2006.

MOITA LOPES, L. P. da. *Identidades fragmentadas – a construção discursiva da raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Trad. Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 45-66.

NAVARRO-BARBOSA, P. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, M. R. V. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

NIETZSCHE, F. *O anticristo*. [2002]. Tradução de André Díspre Cancian. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ph000245.pdf>. Acesso 15 jul. 2007.

ODALIA, N. *O que é violência?* São Paulo: Brasiliense, 2004.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e o seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 1996.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Violência e processos de individualização dos sujeitos na contemporaneidade*. (Comunicação em SIAD, São Carlos, UFSCar, 2007). No prelo.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso [1969]. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia S. C. Mariani et al. 3. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. p. 61-161.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi et al. Campinas: Ed. UNICAMP, 1988 [Original: *Les vérités de La Palice*, 1975].

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento* [1983]. Trad. Eni P. Orlandi. 2. ed.

Campinas: Pontes, 2006.

_____. Análise de Discurso: três épocas [1983]. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia S. C. Mariani *et al.* 3. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. p. 311-18.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. Análise automática do discurso: atualização e perspectivas [1975]. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia S. C. Mariani *et al.* 3. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. p. 161-202.

PIOVESANI FILHO, C. L'analyse du discours entre Brésil et La France. Quelques rectifications épistémologiques. *Langage et langues*, p. 59-63. Paris III, 2005.

REVEL, J. *Foucault: conceitos essenciais*. Trad. Carlos Piovesani Filho; Nilton Milanez. Rev. Maria R. V. Gregolin. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROLNIK, S. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. *Pulsional – Centro de Psicanálise*, São Paulo, ano V. n° 41, p. 33-42, 1992.

SANTOS, D. A.; OLIVEIRA, E. F. O desafio do ensaio jornalístico na graduação. *ACTAS DO III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO – Volume II*, s/d, p. 247-252.

SARGENTINI, V. M. O. Discurso e história: a construção da identidade do trabalhador brasileiro. In: GREGOLIN, M.R.V.; CRUVINEL, M.F.; KHALIL, M.G. (org.). *Análise do discurso: entornos do sentido*. Araraquara: UNESP/FCL; Cultura Acadêmica, 2001, p. 249-261.

SARLO, B. Violencia de clase. Disponível em <http://www.clarin.com/diario/2006/05/07/sociedad/s-01190850.htm>. Acesso em 22 jun. 2008.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da. (Org.). *Identidade e diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais*. Trad. e org. Tomaz Tadeu da Silva. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 73-102.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Mauad, 1999.

SOUSA, E. M. P. de. *RDD – uma mácula à Constituição*. Disponível em: <http://www.fesmip.org.br/arquivo/publicacao/Rdd.pdf>. Acesso: 29 jul. 2008.

SOUZA, J. B. de; GUERRA, V. M. L. A metáfora no discurso do transgressor. Comunicação oral no *III Congresso Estudos Lingüísticos e Literários de Mato Grosso do Sul*, 2007. [No prelo-1].

VEJA. *A idade real*. São Paulo, 24 mai., p. 42-45. 2006.

VEJA. *Crime: as raízes, a impunidade, as soluções*. São Paulo, 10 jan., p. 45-86. 2007.

VELHO, G. *O desafio da violência*. *Estudos Avançados*, maio/ago, 14(39):56-60, 2000. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/framereport.htm>.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AMORIN, C. *CV-PCC: a irmandade do crime*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2007.

SOUZA, P. de. *O sindicato do crime: PCC e outros grupos*. São Paulo: Ediouro, 2006.

VICENTIN, M. C. *A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

ANEXOS